GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2023

APRESENTAÇÃO
É com grande satisfação e renovado compromisso que apresentamos o Relatório de Gestão Integrada referente ao ano de 2023 da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). Este documento representa uma compilação cuidadosa das atividades realizadas ao longo do período, enfatizando nossas conquistas, os desafios superados e o desempenho operacional e econômico-financeiro alcançado. Reflete, ainda, o profundo comprometimento da CAERN com a excelência operacional, a constante inovação e a busca contínua por atender às necessidades da sociedade potiguar. Expressamos nossa sincera gratidão pela confiança depositada por todos os envolvidos e reiteramos nosso compromisso irrevogável em contribuir para o desenvolvimento sustentável do nosso estado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
O Relatório de Gestão Integrada da CAERN referente ao ano de 2023 reflete não apenas os resultados financeiros, mas também o compromisso contínuo da nossa Companhia com o desenvolvimento sustentável do estado do Rio Grande do Norte. Em 2023, a Companhia prestou os serviços de saneamento para 152 municípios, garantindo que mais cidadãos tenham acesso a serviços essenciais de água e esgoto.
A receita operacional líquida de serviços de água e esgoto alcançou um marco impressionante de R$ 986,626 milhões, um aumento significativo de 25% em relação aos R$ 788,342 milhões, registrados em 2022.
A arrecadação totalizou R$ 901 milhões, demonstrando a eficácia de nossas operações e estratégias de gestão.
O resultado líquido operacional de 2023 foi extremamente positivo, com um lucro de R$ 63,102 milhões, obtida através da adoção de medidas que possibilitaram um incremento na receita líquida (aumento de R$ 198,284 milhões em relação ao ano de 2022), advindo principalmente dos investimentos realizados e dos reajustes tarifários concedidos pelas agências reguladoras, possibilitando o reequilíbrio econômico-financeiro e a melhora na capacidade operacional da Companhia.
Os investimentos em infraestrutura totalizaram R$ 144 milhões, com R$ 52 milhões destinados especificamente a obras de infraestrutura hídrica, sublinhando nossa dedicação à melhoria contínua dos sistemas de abastecimento e tratamento.
Mantivemos a nota de risco A+, concedida pela agência Fitch Ratings, refletindo a confiança do mercado em nossa gestão e estabilidade financeira. Além disso, alcançamos a regularização da prestação dos serviços em todos os municípios atendidos, consolidando nossa reputação de confiabilidade e qualidade.
Investimos R$ 212 mil na capacitação de nossos empregados, reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento profissional e a excelência operacional.
Todos esses resultados que convidamos você a conhecer a partir da leitura desse documento, são fruto do trabalho árduo e da dedicação de toda a equipe da CAERN, bem como da confiança depositada por nossos clientes e parceiros. Agradecemos a todos e continuaremos a nos esforçar para superar desafios, maximizar oportunidades e contribuir para um futuro mais sustentável para a sociedade potiguar.

A Administração.

1 PERFIL
A COMPANHIA
A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, com sede em Natal, é uma sociedade de economia mista criada conforme estabelece a Lei nº 3.742, de 26 de junho de 1969. Iniciou suas operações em 2 de setembro de 1969, por iniciativa do então Governador do Estado, Monsenhor Walfredo Gurgel. Especializada nas áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a CAERN atende a 152 dos 167 municípios do estado, além de prestar serviços de esgotamento sanitário a 43 municípios e apresenta 1.998 empregados. A empresa está vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e tem como objetivo principal a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico em todo o território do Rio Grande do Norte. Além da sede em Natal, a CAERN possui unidades regionais em áreas estratégicas do estado.

COBERTURA E ATENDIMENTO
Em termos geográficos, a CAERN está organizada em diversas Regionais, incluindo Agreste Trairi, Sertão Central, Seridó, Mato Grande, Oeste, Alto Oeste, além de Natal. Estas Regionais são encarregadas da gestão de 152 sistemas de abastecimento de água, servindo aproximadamente 600 comunidades rurais, principalmente ao longo das grandes adutoras. Quanto ao esgotamento sanitário, a CAERN opera 43 sistemas em todo o estado do Rio Grande do Norte.
Os indicadores de Nível de Cobertura (disponibilidade dos serviços) e Nível de Atendimento (uso dos serviços) nos municípios atendidos pela CAERN são os seguintes: Nível de Cobertura de água (152 municípios) atinge 92,31%, enquanto o Nível de Atendimento de água alcança 78,09%. Já em relação ao esgotamento sanitário, o Nível de Cobertura atinge 25,10% e o Nível de Atendimento é de 23,70%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA
O Estado do Rio Grande do Norte (RN) detém a maioria das ações, possuindo mais de 95% do total, distribuídos da seguinte forma:

- Estado do RN: 97,22%
- BANDERN [1] /EMGERN [2] : 2,69%
- União: 0,08%
- Outros: 0,01%

[1] Banco do Estado do Rio Grande do Norte, instituição financeira fundada em 1909, durante o governo de Augusto Tavares de Lyra. Antes de seu fechamento, em 1990, o BANDERN possuía 56 agências em todo o estado potiguar. A liquidação se deu em 2008. A estrutura da instituição incluía quatro ramificações: um banco de desenvolvimento, um banco comercial, uma poupança e uma financeira.
[2] Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte S/A, criada pela Lei Complementar Estadual nº 288/2005, é uma Empresa Pública vinculada à SEPLAN, com sede em Natal-RN. Atua na gestão de ativos, incluindo bens imóveis e recuperação de créditos do Sistema Financeiro Estadual, incluindo as carteiras dos extintos BANDERN e BDRN, além da manutenção e conservação dos bens geridos.

COMPROMISSOS
A CAERN, como empresa responsável pelo abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em todo o território do Rio Grande do Norte, tem como principal missão assegurar o acesso universal a serviços de qualidade, fomentando o desenvolvimento sustentável e aprimorando a qualidade de vida da população. Com uma gestão orientada pelos princípios da governança, a empresa se dedica à melhoria de seu ambiente operacional, à transparência na divulgação de informações, à equidade no tratamento das partes interessadas, à prestação de contas de forma clara, sucinta e pontual, e à promoção da responsabilidade corporativa por meio da avaliação contínua de seus gestores.

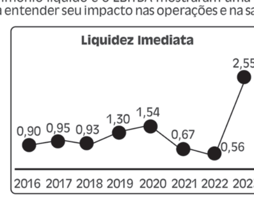
2 ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA
DIRETRIZES INSTITUCIONAIS
As diretrizes institucionais da CAERN são embasadas pelo Plano de Negócios e o Planejamento Estratégico, impulsionados pela necessidade de adaptação à mudança organizacional, especialmente em decorrência da Lei 13.303/2016. Em 2022, um novo Planejamento Estratégico para o período de 2023-2027 foi desenvolvido, após consultoria especializada para modernização organizacional, visando atender aos novos desafios impostos pelo marco do saneamento básico.
Nossos direcionadores estratégicos (missão, visão e valores) são elementos cruciais que norteiam as decisões da CAERN rumo aos seus objetivos de longo prazo. Eles fornecem uma base sólida para o planejamento estratégico, concentrando esforços e recursos nas áreas prioritárias e adaptando-se às mudanças do ambiente externo, promovendo, assim, a competitividade e sustentabilidade da empresa.

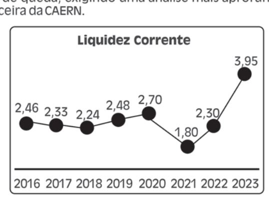
Missão
Contribuir para a qualidade de vida da população, para satisfazer suas necessidades de saneamento básico, atuando com excelência, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social.

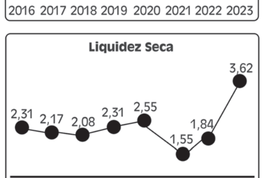
Visão
Ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados de saneamento básico em busca da universalização.

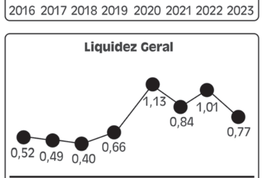
Valores
- Foco nos resultados;
- Satisfação dos clientes;
- Responsabilidade socioambiental.

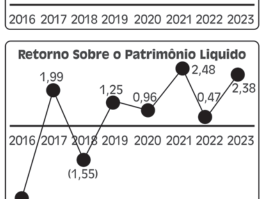
PLANO DE NEGÓCIOS
O Plano de Negócios da CAERN é fundamental para estabelecer os objetivos da empresa, considerando diversos fatores de mercado, garantindo sua viabilidade e reduzindo incertezas. Acompanha a situação mercadológico-financeira da empresa, oferecendo caminhos para a alta administração. Os indicadores financeiros monitorados incluem liquidez corrente, liquidez imediata, liquidez geral, endividamento total, retorno sobre o patrimônio líquido, WACC e EBITDA. Embora a liquidez apresente desafios, houve uma melhoria significativa no endividamento total em 2023, indicando uma maior estabilidade financeira. Entretanto, o retorno sobre o patrimônio líquido e o EBITDA mostraram uma tendência de queda, exigindo uma análise mais aprofundada para entender seu impacto nas operações e na saúde financeira da CAERN.



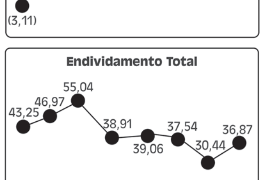


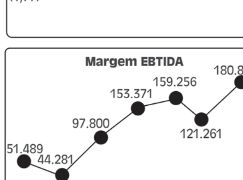


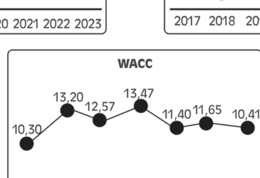




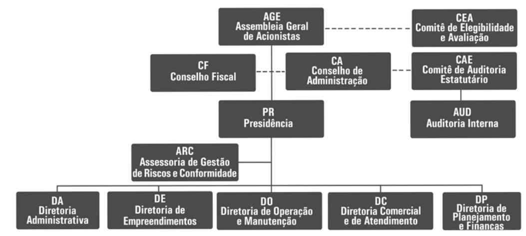




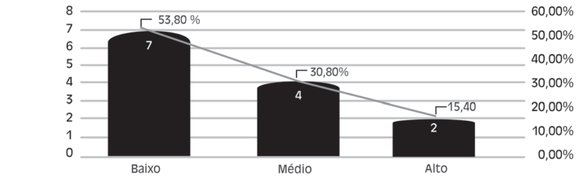




ESTRUTURA DA GOVERNANÇA
A estrutura organizacional da empresa engloba a Assembleia Geral de Acionistas, órgãos de governança, Diretoria Executiva, Assessorias, Gerências, Unidades, Núcleos, Unidades de Receita e Escritórios.



GESTÃO DE RISCOS
No aspecto da Gestão de Riscos da CAERN destaca-se o Comitê Duo Diligence, que tem como objetivo reduzir os riscos e fortalecer as contratações da Companhia. Esse comitê é parte integrante da Política de Gestão de Riscos e está alinhado à Política de Gestão de Ativos e à Política Antissuborno e Anticorrupção da CAERN. Sob a supervisão da Assessoria de Riscos e Conformidade (ARC), o Comitê realiza o Due Diligence de Integridade (DDI) para avaliar os riscos de integridade relacionados às interações com terceiros, atribuindo um Grau de Risco de Integridade (GRI) a cada processo. No ano de 2023, dos 13 processos analisados, 53,8% foram considerados de baixo risco, 30,8% de médio risco e 15,4% de alto risco, conforme o gráfico a seguir.



AVALIAÇÃO DE RISCOS
Em 2023, a CAERN manteve a nota de risco A+ atribuída pela Agência de Risco Fitch Ratings, uma das principais agências de classificação de risco de crédito do mundo, indicando um nível elevado de segurança e confiabilidade nas operações da Companhia.

TREINAMENTO DE LIDERANÇAS
Promovemos, no período, o treinamento anual para os membros dos órgãos de governança da CAERN, conforme exigido pela Lei 13.303/2016 (art. 17, §4º) e pelo Estatuto Social da Companhia. O evento, direcionado à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário, abordou várias temáticas importantes, incluindo Governança, Controles Internos, Viabilidade Econômico-Financeira e os desafios apresentados pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico. Realizado de forma online, preparou e capacitou os membros dos órgãos de governança para a possível renovação de mandatos e incluiu vídeos sobre os seguintes assuntos:

- Legislação Societária;
- Divulgação de Informações;
- Controle Interno;
- Integridade;
- Combate à Corrupção;
- Gestão de Riscos; e
- Saneamento Básico.

3 REGULAÇÃO DO SERVIÇO
TARIFAS
Atualmente, os serviços prestados pela Companhia são regulados por duas agências reguladoras: a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal - ARSBAN e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – ARSEP, responsável pela regulação em todos os municípios do Rio Grande do Norte à exceção da capital, Natal. Ambas as agências praticam as mesmas fórmulas para reajuste e revisão tarifária, conforme o histórico abaixo nos últimos cinco anos:

RESOLUÇÃO	ANO	AGÊNCIA	TIPO	ÍNDICE DE REAJUSTE (%)	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	VIGÊNCIA
001/2018	2018	ARSBAN	Reajuste	4,36	17/01/2018	30 dias após homologação
029/2019	2018	ARSEP	Reajuste	9,4530	12/08/2019	30 dias após homologação
037/2020	2020	ARSEP	Reajuste	6,7243	11/12/2020	30 dias após homologação

Destaca-se que os modelos sempre devem levar em consideração uma tarifa módica, ou seja, a prestação adequada dos serviços com a justa remuneração, fundamentando-se no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

RESOLUÇÃO	ANO	AGÊNCIA	TIPO	ÍNDICE DE REAJUSTE (%)	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	VIGÊNCIA
001/2018	2021	ARSBAN	Revisão e Reajuste	4,42	25/08/2021	30 dias após homologação

Em 2023, os reajustes foram realizados de acordo com as Resoluções abaixo:

RESOLUÇÃO	ANO	AGÊNCIA	TIPO	ÍNDICE DE REAJUSTE (%)	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	VIGÊNCIA
001/2023	2023	ARSBAN	Reajuste	13,03	01/03/2023	30 dias após homologação
010/2022	2022	ARSEP	Reajuste	11,0547	21/12/2022	30 dias após homologação

CONTRATOS
Em 15 de julho de 2021, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte promulgou a lei complementar 682, instituindo as Microrregiões de Águas e Esgotos (MRAE) do Centro-Oeste, composta por 71 municípios, incluindo Mossoró, a segunda maior cidade do Estado, e a MRAE do Litoral-Seridó, composta por 96 municípios, incluindo Natal, a capital do Estado. Essa legislação permitiu à CAERN celebrar os Termos de Atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Termo de Atualização MRAE I - Centro-Oeste; e Termo de Atualização MRAE II - Litoral-Seridó), os quais definiram as áreas de atendimento, metas contratuais/regulatórias e prazos de delegação dos serviços prestados pela Companhia em 48 municípios até 30 de dezembro de 2051.

Nº	Município	Contrato	Nº	Município	Contrato
1	Natal	Vigente	6	Pau dos Ferros	Vigente
2	Mossoró	Vigente	7	Macau	Vigente
3	Parnamirim	Vigente	8	Apodi	Vigente
4	Caicó	Vigente	9	Tibau do Sul	Vigente
5	Assu	Vigente	10	São Paulo do Potengi	Vigente

Depois, buscando regularizar a prestação dos serviços nos demais municípios atendidos pela Companhia, as MRAE I e II emitiram, respectivamente, as Resoluções 3 e 4, em 18 de dezembro de 2023. Por meio dessas resoluções, os serviços passam a ser prestados diretamente pela Companhia, conforme estipulado no caput do art. 175 da Constituição Federal, na Lei Complementar Estadual nº 682/2021 e na Lei Federal nº 13.089/2015, que determina o compartilhamento de responsabilidades e ações na prestação, pelas microrregiões, dos serviços de interesse comum, em termos de organização, planejamento e execução. Adicionalmente, por decisão colegiada, o município de São Miguel do Gostoso, anteriormente com serviços realizados de forma autônoma, passará a ter, a partir de 2024, os serviços prestados pela CAERN.
A Companhia tem fortalecido sua relação com as Agências Reguladoras, contribuindo para a elaboração de normativos e aprimoramento de informações. As concessões são cruciais para o futuro da empresa, com um planejamento que enfatiza o cumprimento das metas contratuais estabelecidas.

4. SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL
Nossa Companhia está comprometida com práticas que visam a preservação e a conservação dos recursos naturais, especialmente da água, um dos seus principais ativos. A busca pela eficiência energética, a redução do desperdício e a promoção do uso sustentável dos recursos hídricos são prioridades constantes. Além disso, a empresa investe em tecnologias e processos que minimizam os impactos ambientais de suas operações, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a promoção da biodiversidade.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) é responsável pela avaliação e autorização de empreendimentos que possam causar impactos ambientais, emitindo licenças ambientais. Na Companhia, há 119 processos de licenciamento, sendo 76 relacionados a Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e 43 a Sistemas de Abastecimento de Água (SAA). Em relação ao status dos processos, a maioria está licenciada, mas há casos sem licença ou com licença vencida, aguardando análise do IDEMA.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Categoria	Quantitativo
Licenciado	22
Sem Licença ou Licença vencida - c/ protocolo - aguardando IDEMA	51
Sem Licença ou Licença vencida - sem protocolo de entrada	3

Fonte: CAERN

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Categoria	Quantitativo
Licenciado	37
Sem Licença ou Licença vencida - c/ protocolo - aguardando IDEMA	4
Sem Licença ou Licença vencida - sem protocolo de entrada	2

Fonte: CAERN

Durante 2023, diversas licenças foram emitidas para empreendimentos como ampliação de sistemas de esgoto, adutoras e estações de tratamento, destacando-se o SES de Natal Ponta Negra e o SAA Jardim de Piranhas. Essas ações refletem o compromisso da Companhia com a regularização ambiental de suas atividades e o desenvolvimento sustentável do estado.

LICENÇAS EMITIDAS
SAA Jardim de Piranhas
SAA Redução do Teor de Nitrato
SAA Extremoz - Nova Adutora do R8
SAA Riachuelo
SAA Integrado Espírito Santo, Santo Antônio, Passagem e Varzea
SAA São Miguel
SAA Adutora Emergencial Campo Redondo
Sistema Produtor Intermunicipal de Abastecimento de Água Sertão Central Cabugi - SPI-SCC
Carnaúba dos Dantas
Sistema Adutor Médio Oeste
Sistema Adutor Alto Oeste
Sistema Adutor Monsenhor Expedito
ETE Tibau do sul e Pipa
ETE APODI
Ampliação do SES da Zona Norte da cidade de Natal - Supressão Vegetal (Emissário) ETE JAGUARIBE
SES Macaíba - ETE 02 (Em instalação)
Ampliação do SES da Zona Norte da cidade de Natal - REDES E INSTALAÇÕES
Ampliação do SES da Zona Norte da cidade de Natal - ETE JAGUARIBE
SES Natal Ponta Negra
SES Parnamirim - ETE PIUM COTOVELO E PIRANGI
Ampliação do SES da Zona Norte da cidade de Natal - Canteiro de Obras do emissário da ETE Jaguaribe
SES São José do Mipibu - Nova ETE
ETE ASSU
SES Areia Branca - ETE Areia Branca
SES Natal - Redes e EE's Jundiaí Guarapes
SES Natal - ETE Jundiaí Guarapes
SES Natal Ponta Negra

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
Durante 2023, a equipe de educação ambiental da CAERN realizou diversas ações, incluindo o lançamento do Projeto Circuito das Águas e a reedição do Projeto Arara Azul. Também promoveu uma horta agroecológica para os colaboradores e fortaleceu a Campanha RN+Limpo, apresentando-a na COP-28 em Dubai. Além disso, organizou a Conferência Territorial da Região Seridó para a construção da Política Estadual de Educação Ambiental. Outras iniciativas incluíram a doação de acervo literário infantil para a biblioteca do Maior Cajueiro do Mundo e visitas técnicas educativas em municípios e instituições de ensino, visando promover o uso adequado do sistema de esgotamento sanitário e a conservação da água.

SOCIAL
Na CAERN, a sustentabilidade é essencial, influenciando a cultura organizacional e as relações com a sociedade. Capacitamos nossos colaboradores para serem agentes de mudança, através de educação ambiental e participação em projetos sociais. Nos comprometemos com o acesso universal aos serviços de água e esgoto, e promovemos o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuamos.

EMPREGADOS
O desenvolvimento sustentável de qualquer empresa passa pelo compromisso com a preservação do meio ambiente em prol da qualidade de vida das pessoas e o futuro do planeta. A Companhia, consciente da relevância desse compromisso, incorpora o tema em sua missão e valores organizacionais. Como parte dos objetivos estratégicos para o novo ciclo de cinco anos, destaca-se a universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário, além do fortalecimento da atuação socioambiental. No âmbito social, a empresa prioriza a saúde, segurança e qualidade de vida de seus quase 2 mil empregados, respeitando a diversidade e reconhecendo a necessidade contínua de evolução.

CAERN – INDICADORES DO QUADRO FUNCIONAL

Indicadores	2023	2022	2021
Nº de empregados(as) ao final do período	1.994	2.024	2.064
Nº de admissões durante o período	14	15	15
Nº de demissões durante o período	44	55	79
Nº de estagiários(as)	118	80	102
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	947	922	918
Nº de mulheres que trabalham na empresa	250	255	258
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,48%	30,2%	31,0%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	754	766	777
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	37,32%	13,32%	13,13%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	21	20	46
Nº total de acidentes de trabalho	87	75	104

Durante o período, a CAERN implementou mudanças cruciais na força de trabalho visando otimizar recursos em várias áreas. Sob a orientação de uma consultoria externa, foram introduzidas as funções de Gestores de Programa e de Projeto, para aprimorar a gestão de resultados e alocar recursos de forma mais eficaz. Em comparação entre 2023 e 2022, houve uma redução de 1,5% no número total de funcionários, enquanto as admissões diminuíram em aproximadamente 7,14%. Além disso, as demissões tiveram uma queda significativa de 20%, e o número de estagiários aumentou em 47,5%, destacando o foco na capacitação.
O contingente de empregados com mais de 45 anos cresceu 2,71%. Em relação à diversidade, houve um aumento de 5% no número de pessoas com deficiência e uma redução de 1,96% nas mulheres empregadas. A representatividade de negros(as) tanto no quadro funcional quanto em cargos de chefia foi, respectivamente, 37,81% e 37,32%, respectivamente, demonstrando que a empresa está atenda às questões de equidade e justiça social. Os acidentes de trabalho aumentaram em cerca de 16%, destacando a importância de medidas preventivas.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Além dos cursos obrigatórios, 1.350 funcionários foram capacitados em cursos específicos. Esses programas abrangem uma variedade de áreas, incluindo aquelas relacionadas aos objetivos de universalização, sustentabilidade, segurança, gestão de riscos e melhorias.
Os cursos oferecidos abarcam uma ampla gama de temas, como: Operação de sistemas de tratamento de efluentes e recuperação de áreas degradadas; Compreensão de Estações de Tratamento de Esgotos - ETE; Avaliação da viabilidade econômica e financeira de projetos de Saneamento Básico; Análise de riscos em obras; Treinamentos em operação de máquinas pesadas e Georradar [3]; Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Sinalização em vias públicas; Gestão de Processos; Programas de Educação Continuada em Contabilidade; bem como participação em fóruns e congressos relevantes.
Além disso, foram realizados investimentos significativos, totalizando cerca de R$ 212 mil, para cobrir tanto os custos diretos quanto os custos indiretos dessas iniciativas. Esses investimentos são justificados pela experiência dos profissionais da Companhia e pelas parcerias estabelecidas para garantir a eficácia e o impacto positivo dos programas de treinamento.
[3] O Georradar, ou GPR, é uma tecnologia que mapeia subsuperfícies usando ondas eletromagnéticas. Detecta objetos enterrados, sendo útil em arqueologia e engenharia.

PROGRAMA DE ESTÁGIOS
O Programa desempenha um papel fundamental na formação de estudantes, proporcionando-lhes a oportunidade de adquirir competências profissionais relacionadas às suas áreas de interesse. Além disso, esse programa contribui para o desenvolvimento de atividades em diversos setores da empresa, capacitando os estagiários para se tornarem futuros profissionais qualificados na sociedade. Atualmente, a CAERN oferece 170 vagas de estágio, das quais 118 estão preenchidas, sendo 89 de nível superior e 29 de nível técnico.

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DE JOVENS
Como parte de sua responsabilidade social, a empresa também mantém o Programa de Aprendizagem de Jovens, que contratou um total de 89 jovens pelo Centro Educacional Dom Bosco. Esses jovens estão distribuídos em diferentes cidades, como Natal, Parnamirim, Macaíba, Caicó e Mossoró.

INVESTIMENTOS
A CAERN está comprometida em investir na capacitação de seus empregados através do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas. Este plano é elaborado com base nas necessidades identificadas na avaliação de desempenho, bem como nas exigências legais e regulatórias, com foco nas diversas áreas que envolvem o negócio da empresa.
Entre os principais projetos desenvolvidos, destacam-se iniciativas como o "Laboratório de Liderança", voltado para o aprimoramento dos gestores de nível tático. Além disso, o programa "Líderes em Ação" foi direcionado aos gestores de nível operacional, buscando aprimorar sua performance e atuação nas diversas regiões de atuação, com o objetivo de oferecer o melhor serviço à sociedade.
A empresa também investiu em diversos treinamentos, especialmente aqueles voltados para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores. Isso incluiu o reforço em diversos aspectos relacionados às atividades operacionais, priorizando a segurança e o bem-estar dos empregados.

SOCIEDADE
A CAERN está empenhada em oferecer os melhores serviços à sociedade, garantindo condições igualitárias a todos os clientes. Isso inclui a disponibilização de tarifas diferenciadas, como as tarifas sociais, e a promoção de ações de conscientização e educação ambiental por meio de projetos que visam ampliar seu alcance em diversas comunidades. Além disso, a empresa incentiva a inclusão e a prática de esportes e atividades culturais por meio de patrocínios, como o da Sociedade Amigos do Deficiente Físico (SADEF).

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
INVESTIMENTOS
A Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) realizou investimentos significativos em diversos municípios potiguares para melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao longo do ano de 2023. Os investimentos totalizaram R$ 144.623.527,87 e foram distribuídos em várias categorias, como imobilizado, adutoras, intangíveis, relacionados a sistemas de abastecimento de água (SAA) e esgotamento sanitário (SES).
Alguns municípios, como Natal, Mossoró, Parnamirim, Parelhas e Caicó, receberam investimentos consideráveis, tanto através de recursos próprios quanto de convênios e empréstimos, demonstrando esforço contínua para melhorar a infraestrutura de saneamento básico nas regiões.
Outros municípios, embora em menor escala, também receberam investimentos importantes para a melhoria da qualidade de vida da população, refletindo o compromisso da CAERN com o fornecimento de serviços essenciais à comunidade.

INFRAESTRUTURA
Os investimentos em obras de infraestrutura hídrica em 2023 refletiram um compromisso sólido com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população em diversos municípios do estado. O montante total investido nessas iniciativas alcançou a expressiva marca de R$ 52 milhões, evidenciando o esforço conjunto para promover avanços significativos no setor.

OBRAS
Entre os principais investimentos no sistema de abastecimento de água, destaca-se a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Mossoró, que demandou um investimento de R$ 15 milhões, a Adutora Pau dos Ferros, investimento de R$ 3,8 milhões, e o SAA Parnamirim e Caraúbas, onde foram investidos respectivamente R$ 1,5 e R$ 1,2 milhões.
Entre os investimentos em esgotamento sanitário destacam-se R$ 12 milhões no SES Parelhas, R$ 16 milhões no SES Parnamirim, R$ 11 milhões no SES Caicó e R$ 48 milhões no SES Natal.
Ao contemplar os municípios mais beneficiados, observa-se que Mossoró liderou com os investimentos em infraestrutura hídrica, seguido por Parnamirim. Natal e Parnamirim lideram com os investimentos em obras de esgotamento sanitário.

OBRAS CONCLUÍDAS
No período de janeiro a dezembro de 2023, destacam-se alguns pontos relevantes, tanto por obra quanto por município. Foram finalizados investimentos em diversos projetos de infraestrutura hídrica e esgotamento sanitário, com recursos provenientes de fontes distintas, tais como recursos próprios, convênios e empréstimos. O investimento total reconhecido foi de R$ 15.235.085,90.
Dentre as obras mais significativas, destaca-se a Perfuração de Poços Tubulares nas Captações do RN, que demandou um investimento total de R$ 955.119,60, nos municípios de Parnamirim, Macaíba, Natal, Tibau do Sul e Goianinha, financiado integralmente com recursos próprios da CAERN.
Outro projeto relevante foi a obra do SES Assú que foi encerrada parcialmente, totalizando um investimento de R$ 8.452.334,45, sendo R$ 1.746.789,78 de recursos próprios e R$ 6.705.544,67 de recursos de convênio.
Também registramos a conclusão das obras de melhoria nos reservatórios elevados dos municípios de Monte das Gameleiras e Triunfo Potiguar, totalizando R$ 729.218,59.
Entre os municípios, é possível identificar a distribuição dos investimentos conforme a localidade beneficiada. O montante total investido foi de R$ 15.235.085,90. Assú foi o município que recebeu o maior volume de investimentos, totalizando R$ 8.452.334,45. Esse valor inclui recursos provenientes de convênio e empréstimos destinados à ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de esgotamento sanitário.
Além disso, merece destaque o Investimento em extensões de rede de água e esgoto que totalizou R$ 5.668.443,80.

EXTENSÃO DA REDE
No que diz respeito aos investimentos por obra, observa-se que a CAERN direcionou em 2023 um total de R$ 4.460.198,71 para diversos projetos de extensão de rede. Estes recursos foram provenientes de recursos próprios e empréstimos.
No exercício de 2023, realizamos o encerramento de extensões de rede em 68 municípios, num total reconhecido de R$ 5.668.443,80.
Dentre as obras de destaque, está a Adutora Nova Cruz, que totalizou um investimento de recursos próprios na ordem de R$ 2.693.545,78. Outro projeto relevante foi a Extensão de Rede de São Paulo do Potengi, que demandou um investimento total de R$ 469.851,05, com parte significativa desse valor proveniente de empréstimos para financiamento da infraestrutura. Também destacamos a Extensão de Rede em Paraná, que recebeu um aporte de R$ 370.495,93, financiado com recursos próprios da CAERN. Todas essas obras contribuíram significativamente para a expansão do sistema de abastecimento de água na região.
Outros municípios como Coronel Ezequiel, Governador Dix-Sept Rosado e Mossoró também foram contemplados com investimentos consideráveis, totalizando respectivamente R$ 187.225,57, R$ 111.813,06 e R$ 454.753,92.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
No exercício de 2023, a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R$ 986.626 milhões, enquanto que no ano de 2022 foi de R$ 788.342 milhões, números que revelam um crescimento significativo em relação ao ano anterior: 25%. A Receita proveniente dos serviços de abastecimento de água registrou um aumento de cerca de 14%, enquanto a receita dos serviços de esgoto aumentou aproximadamente 16% na comparação ano a ano, sendo os investimentos em saneamento, por meio da Receita de Construção, representaram uma elevação de 210%, por meio de investimentos em 2023 que totalizaram a importância de R$ 123.717 (Em 2022 foi de R$ 39.884).
Essas variações positivas evidenciaram não apenas o crescimento das atividades operacionais da Companhia, mas também sua capacidade de captar receitas de forma eficiente. É importante destacar que no primeiro semestre de 2023, ocorreu a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro da tarifa, o que impactou diretamente nos valores apurados. Em 12 de janeiro de 2023, foi realizado o reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do estado do Rio Grande do Norte, conforme Resolução nº 10, de 30 de novembro de 2022, aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP). Esse reajuste, com índice de 11,0547%, foi aplicado tanto nos serviços de abastecimento de água quanto nos serviços de esgotamento sanitário.
Além disso, em 12 de março de 2023, foi aprovado pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN) o reequilíbrio na tarifa de Natal, conforme Resolução nº 001/2023, de 25 de janeiro de 2023. Este reajuste, com índice de 13,03%, também foi aplicado nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Essas medidas contribuíram significativamente para o aumento da Receita Operacional Líquida, refletindo o compromisso da empresa em garantir a sustentabilidade econômico-financeira de suas atividades, bem como a qualidade e a eficiência na prestação de serviços aos seus clientes.

CUSTOS E DESPESAS
Os custos aumentaram em R$ 86,487 milhões, totalizando o valor de R$ 595.774, representando um acréscimo de 17% em comparação a 2022 (R$ 509,287 milhões), enquanto as despesas operacionais tiveram um aumento de R$ 38,366 milhões, totalizando a quantia de R$ 344,324 milhões, um acréscimo de 12,54% ante ao ano anterior (R$ 305,958 milhões).

- Continua -

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL

O resultado líquido operacional de 2023 indicou um lucro de R$ 63,102 milhões ante um prejuízo operacional de R$ 8.249 milhões em 2022. Apesar da elevação considerável dos custos, o aumento do resultado se dá, sobretudo, pelo incremento de R$ 198,283 milhões da receita líquida do período, advindo principalmente dos investimentos realizados e dos reajustes tarifários concedidos pelas agências reguladoras, possibilitando o reequilíbrio econômico-financeiro e a melhora na capacidade operacional da Companhia.

EFICIÊNCIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Para aprimorar o desempenho financeiro e patrimonial, foram adotadas diversas estratégias. Entre elas, destaca-se a iniciativa de retirar o ISS da composição dos custos das obras de saneamento, seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal-STF. Além disso, foram realizados leilões de bens inservíveis, resultando em uma arrecadação significativa de 518 milhões. Outras ações incluíram fiscalização e inventário de 540 imóveis, abrangendo cerca de 35% do patrimônio da Companhia. Também foi realizado um teste de impairment [4] dos ativos e lançado um edital de credenciamento de agentes arrecadadores, contribuindo para a redução do valor das tarifas. Por fim, a aprovação de uma Carta Consulta junto ao Banco do Nordeste foi um marco importante, auxiliando na estruturação do modelo de financiamento de longo prazo.

[4] Redução do valor de um ativo devido a eventos que diminuem sua expectativa de retorno financeiro. Garante que o Balanço Patrimonial reflita fielmente a situação financeira da empresa, ajustando os valores dos ativos conforme sua capacidade de gerar benefícios econômicos.

GESTÃO DE ATIVOS

Dada a importância de que os ativos da companhia sejam repostos constantemente para que permaneçam operacionais de forma satisfatória, em 2023, foram investidos significativos montantes na renovação e substituição de equipamentos essenciais da companhia. Isso incluiu R$ 8.862.123,74 em bens de uso gerais, R$ 5.903.992,29 em equipamentos para sistemas adutores, R$ 18.566.383,07 em equipamentos para sistemas de abastecimento de água e R$ 2.634.618,34 em equipamentos para sistemas de esgotamento sanitário, totalizando R$ 35.967.117,44.

GESTÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

A Companhia atualmente possui um portfólio de novos empreendimentos para expandir os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo projetos como SAA Parnamirim, SAA Mossoró, SAA Portalegre, SAA São José do Seridó, SAA São João do Sabugi, entre outros. Esses empreendimentos têm por objetivo atender à crescente demanda por água e saneamento nas diversas regiões do estado e são relevantes para o desenvolvimento socioeconômico das localidades atendidas (veja a tabela).

NOVOS EMPREEENDIMENTOS

Sistemas de Abastecimento de Água (SAA)	Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES)
SAA Parnamirim	SES Natal
SAA Mossoró	SES Parnamirim
SAA Portalegre	SES Pium, Cotovelo e Pirangi
SAA São José do Seridó	SES Macaíba
SAA São João do Sabugi	SES Caicó
SAA Jardim de Piranhas	SES Parelhas
SAA Caraúbas	Adutora Riachuelo – Santa Maria
SAA Pendências	SES São Paulo do Potengi
Rec. Reservatórios em Ouro Branco, Bento Fernandes e Timbaúba dos Batistas	SES Assú
Sistema Adutor Pau dos Ferros	SES Areia Branca

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Para melhorar continuamente os processos e modernizar a gestão, foi estabelecido o Escritório de Portfólio de Empreendimentos. Esse escritório utiliza a metodologia do Project Management Institute - PMI. Além disso, foram criadas as funções de Gestor de Programa, encarregado de supervisionar um conjunto de projetos de maneira coordenada para alcançar benefícios que não seriam possíveis se os projetos fossem tratados individualmente, e Gestor de Projeto, cuja responsabilidade é planejar, executar e coordenar todas as atividades de um projeto.

6 DESEMPENHO OPERACIONAL

DESEMPENHO OPERACIONAL

No decorrer de 2023, a Diretoria de Operação e Manutenção, por meio das Regionais e com a gestão da Diretoria, implementou aproximadamente 37.823 metros de extensão de rede de água e esgoto em todo o estado, o que representou um investimento de cerca de R$ 4,6 milhões. Essa iniciativa contribuiu significativamente para expandir ainda mais a cobertura do serviço de abastecimento de água.

Em relação ao abastecimento no município de Mossoró, a Diretoria de Operação realizou visitas no período, conduzindo reuniões com a Gerência Regional Oeste, a Prefeitura e outros interessados. Além disso, ocorreu uma reunião de alinhamento e orientação com uma empresa de pavimentação local. Adicionalmente, houve o restabelecimento e monitoramento do controle por meio de um aplicativo de manobra, que definiu as áreas afetadas pelas manobras, permitindo a quantificação dos imóveis impactados e garantindo a disponibilidade de água nos dias em que esses procedimentos foram realizados.

Devido às dificuldades operacionais enfrentadas na área da orla de Ponta Negra, em Natal, devido à baixa cota em relação ao reservatório, que resultava em vazamentos recorrentes, uma válvula redutora de pressão foi instalada após a realização de estudos na região. O objetivo foi diminuir a pressão na parte mais baixa do bairro e represar água na parte mais alta, melhorando o abastecimento, reduzindo as perdas não visíveis e minimizando os vazamentos visíveis.

GESTÃO DE PERDAS

O Projeto Água Justa foi expandido para abranger todas as regionais da CAERN, com o objetivo de promover melhorias operacionais e redução de perdas no sistema de distribuição de água. Essa expansão tem como intuito implementar diversas estratégias, como a setorização das redes, análise do balanço hídrico, modelagem hidráulica para melhor compreensão do fluxo de água, automatização dos poços para otimizar o controle do abastecimento, instalação de Válvulas Redutoras de Pressão (VRP) para regular a pressão na rede, revisão e instalação de válvulas para maior controle do sistema, entre outras medidas.

Além disso, no período, foram implantados 51 novos macromedidores de diversos tipos, como os ultrassônicos "clamp-on" e os eletromagnéticos, para monitorar o consumo de água em larga escala. Isso envolveu a confecção de caixas de alvenaria para os dispositivos, fornecimento e instalação de conexões, construção de abrigos e tampas para proteção dos equipamentos, além do fornecimento de painéis de telemetria para coleta e análise de dados em tempo real.

Todo esse conjunto de ações teve um custo aproximado de R$ 670 mil, mas representa um investimento significativo na melhoria da infraestrutura e eficiência dos serviços de abastecimento de água. Essas iniciativas não apenas têm como objetivo melhorar a qualidade do serviço prestado, mas também garantir um uso mais sustentável e eficiente dos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população atendida pela Companhia.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS

Para melhorar o sistema de manutenção, a Companhia implementou um repositório digital de projetos e desenhos técnicos dos ativos eletromecânicos. Isso contribuiu para padronizar os desenhos e projetos de engenharia, seguindo especificações originais e readequações operacionais e de segurança. Essa medida garantiu uniformidade e qualidade nas peças fabricadas, tanto com mão de obra própria quanto externa. Como resultado, o processo de usinagem e caldeiraria se tornou mais versátil e ágil.

ABASTECIMENTO

No período, a CAERN prosseguiu com a perfuração de novos poços em diferentes áreas do Rio Grande do Norte: nove, em 2023. Essa iniciativa resultou em um aumento significativo na vazão, totalizando 625,117 metros cúbicos por hora. Adicionalmente, foram substituídos cinco poços antigos ou danificados, visando aprimorar a eficiência operacional. Essas ações incluíram a retirada de poços desgastados e a instalação de novos em locais estratégicos, proporcionando melhorias no sistema de abastecimento de água.

MERCADO LIVE

No período a CAERN expandiu ainda mais sua presença no mercado livre de energia, com a migração de mais 43 estações ao longo do ano, totalizando 103 estações operando através dessa modalidade, tornando a CAERN líder no Nordeste neste aspecto. A economia gerada no período foi de aproximadamente 17 milhões, com uma economia acumulada em torno de 42 milhões desde outubro de 2020. Os contratos correspondem a 73% da energia consumida pela Companhia e é produzida através de fontes renováveis (solar, eólica, biomassa).

7 DESEMPENHO COMERCIAL

DESEMPENHO COMERCIAL

Em 2023, a Companhia registrou uma arrecadação recorde de R$ 901.020.486,20, marcando um crescimento de 12,14% em relação a 2022, quando totalizou R$ 803.446.945,12. Esse valor representa uma média mensal de R$ 75.085.040,52. O desafio principal ainda reside na inadimplência de consumidores públicos, contrastando com uma adimplência média superior a 95% entre os consumidores privados. Durante o ano, foram adquiridos novos hidrômetros, com um investimento de R$ 5.852.205,00, e foram gerenciados contratos para instalação e substituição de hidrômetros, totalizando 99 mil substituições. Isso elevou o índice de hidrometração para 96,75% das ligações ativas, ou 97,63% excluindo áreas de vulnerabilidade social.

Também foram estabelecidos quatro períodos para parcelamento, com condições especiais, facilitando a negociação de débitos vencidos de clientes particulares e de perfil normal, ativos ou cortados. Essa iniciativa, que ofereceu financiamento pela Companhia, resultou em um montante negociado de R$ 32.917.033,95.

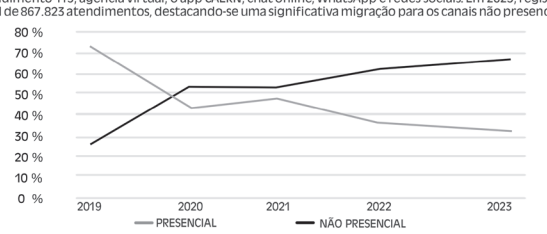
Além disso, a CAERN promoveu o parcelamento de R$ 28.901.985,24 com 58 prefeituras e de R$ 118.596.034,35 com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, impactando positivamente os resultados.

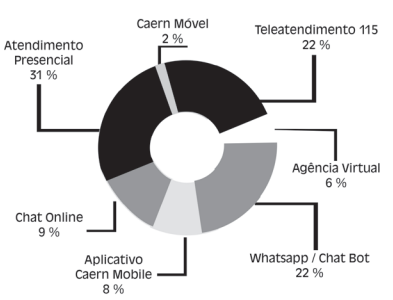
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Durante 2023, a CAERN efetuou 168.740 atualizações cadastrais, gerando diversos benefícios. Destacam-se: 21.216 mudanças de endereço, 6.543 alterações de nome de cliente, 1.003 mudanças de hidrômetro, 968 novos imóveis cadastrados, 2.327 mudanças de CPF/CNPJ e 12.049 inclusões de RG.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A Companhia oferece atendimento ao cliente por meio de diversos canais, incluindo os presenciais, como os núcleos e escritórios de atendimento e o serviço itinerante CAERN Móvel; e os não presenciais, como o teleatendimento 115, agência virtual, o app CAERN, chat online, WhatsApp e redes sociais. Em 2023, registrou-se um total de 867.823 atendimentos, destacando-se uma significativa migração para os canais não presenciais.



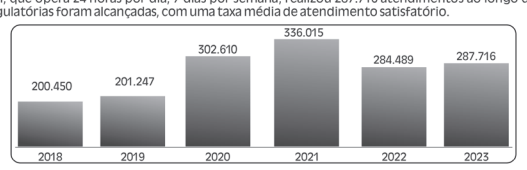


CAERN MÓVEL

Este serviço itinerante demonstrou sua eficácia ao cobrir mais de 53 municípios, totalizando mais de 25 mil atendimentos, e recebendo uma resposta positiva tanto da população quanto da mídia local.

TELEATENDIMENTO 115

Este canal, que opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, realizou 287.716 atendimentos ao longo do ano. As metas regulatórias foram alcançadas, com uma taxa média de atendimento satisfatório.



A totalização mostrou, em 2023, uma boa taxa de atendimento ao longo dos meses, embora tenham sido observadas variações.

TEMPO MÉDIO (ESPERA E ATENDIMENTO)

Data	CR - Chamadas Recebidas	Chamadas Atendidas > 30s		Tempo Médio de Espera		Tempo Médio Atendimento	
	Qtde	%	Qtde	META	TME	META	TMA
jan/2023	32.372	81,06%	26.242	0:00:45	0:00:30	0:04:20	0:03:36
fev/2023	25.484	80,49%	20.511	0:00:45	0:00:20	0:04:20	0:03:22
mar/2023	32.903	80,82%	26.592	0:00:45	0:00:25	0:04:20	0:03:32
abr/2023	26.368	79,40%	20.937	0:00:45	0:00:31	0:04:20	0:03:16
mai/2023	21.111	90,73%	19.153	0:00:45	0:00:14	0:04:20	0:03:16
jun/2023	21.734	84,54%	18.375	0:00:45	0:00:18	0:04:20	0:02:34
jul/2023	23.500	80,35%	18.882	0:00:45	0:00:19	0:04:20	0:02:37
ago/2023	23.032	81,70%	18.818	0:00:45	0:00:20	0:04:20	0:02:59
set/2023	24.201	81,22%	19.656	0:00:45	0:00:22	0:04:20	0:02:56
out/2023	27.519	68,53%	18.859	0:00:45	0:00:55	0:04:20	0:03:11
nov/2023	21.281	68,85%	14.652	0:00:45	0:01:03	0:04:20	0:03:42
dez/2023	18.227	77,97%	14.211	0:00:45	0:00:24	0:04:20	0:03:13

Em média, o índice de satisfação com o teleatendimento 115 em 2023 alcançou 83,57%, evidenciando a consolidação desse canal como um dos principais meios de comunicação entre a Companhia e o cidadão. Os principais resultados em relação ao nível de serviços podem ser observados a seguir.

TELEATENDIMENTO 115 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO

Data	INS - Índice de Nível de Serviço		
	Meta	%	Qtde
jan/2023	85,00%	80,40%	26.028
fev/2023	85,00%	86,83%	22.128
mar/2023	85,00%	84,76%	27.888
abr/2023	85,00%	81,40%	21.464
mai/2023	85,00%	93,39%	19.716
jun/2023	85,00%	89,45%	19.441
jul/2023	85,00%	88,61%	20.824
ago/2023	85,00%	87,85%	20.233
set/2023	85,00%	87,08%	21.074
out/2023	85,00%	72,61%	19.982
nov/2023	85,00%	64,75%	13.779
dez/2023	85,00%	85,69%	15.618

SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO

A pesquisa de satisfação com os serviços prestados e o atendimento ao cliente CAERN, através da leitura de um QR Code, revelou um índice médio de 82,41%, indicando um nível satisfatório de satisfação por parte dos clientes, mas ainda há espaço para melhorias para proporcionar uma experiência ainda mais positiva.

8. BALANÇO SOCIAL

Na CAERN, acreditamos firmemente na importância da transparência e responsabilidade social corporativa. É por isso que estamos apresentando nosso Balanço Social, adotando o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Este documento visa reforçar nossa transparência perante empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes e a sociedade em geral. A prestação de contas sobre valores éticos como participação, igualdade, diversidade de gênero e raça, e inclusão de pessoas com deficiência mostra que a empresa está atenta às questões de equidade e justiça social. Além disso, ao destacar não apenas as conquistas, mas também os desafios a serem enfrentados, a CAERN mostra sua disposição em melhorar e progredir continuamente.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023

Empresa: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN - CAERN

1 - Base de Cálculo	2023 Valor (em reais R$)	2022 Valor (em reais R$)
Receita líquida (RL)	986.625.778,80	788.341.824,85
Resultado operacional (RO)	63.102.722,72	(8.249.521,30)
Folha de pagamento bruta (FPB)	207.216.989,57	207.287.487,09

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (em reais R$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em reais R$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	32.772.461,68	15,82%	3,32%	29.614.465,61	14,29%	3,76%
Encargos sociais compulsórios	65.539.259,90	31,63%	6,65%	63.296.644,69	30,53%	8,03%
Previdência privada	1.794.345,18	0,87%	0,18%	1.685.957,56	0,81%	0,21%
Saúde	13.608.857,94	6,57%	1,38%	11.111.156,54	5,36%	1,41%
Segurança e saúde no trabalho	868.410,86	0,42%	0,09%	1.028.573,80	0,50%	0,13%
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	212.707,83	0,10%	0,02%	373.089,38	0,18%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	2.203.632,48	1,06%	0,22%	1.987.484,82	0,96%	0,25%
Participação nos lucros ou resultados	10.781.765,69	5,20%	1,09%	3.440.663,11	1,66%	0,44%
Outros	2.072.099,50	1,00%	0,21%	1.879.457,23	0,91%	0,24%
Total - Indicadores sociais internos	**129.853.541,06**	**62,67%**	**13,16%**	**114.417.492,74**	**55,20%**	**14,51%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	80.000,00	-0,97%	0,01%
Saúde e saneamento	1.124.338,35	1,78%	0,11%	1.198.377,77	-14,53%	0,15%
Esporte	151.800,00	0,24%	0,02%	162.000,00	-1,96%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	0,00	0,00%	0,00%	5.000,00	-0,06%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**1.276.138,35**	**2,02%**	**0,13%**	**1.445.377,77**	**-17,52%**	**0,18%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	83.112.958,83	131,71%	8,42%	72.009.881,81	-872,90%	9,13%
Total - Indicadores sociais externos	**84.389.097,18**	**133,73%**	**8,55%**	**73.455.259,58**	**-890,42%**	**9,32%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023	2022
Nº de empregados(as) ao final do período	1.994	2.024
Nº de admissões durante o período	14	15
Nº de demissões durante o período	44	55
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	447	443
Nº de estagiários(as)	118	80
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	947	922
Nº de mulheres que trabalham na empresa	250	255
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,48%	30,20%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	754	766
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	37,32%	13,32%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	21	20

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	26,96			28,75		
Número total de acidentes de trabalho	87			75		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	(X) não serão considerados	( ) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.665	no Procon -	na Justiça -	na empresa 2.576	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 50,42%	no Procon -	na Justiça -	na empresa 62,94%	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2023: R$ 570.457.189,94**			**Em 2022: R$ 455.367.917,45**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	21,30 % governo 53,59% colaboradores(as) 10,98 % acionistas 14,13 % terceiros			25,19 % governo 66,22 % colaboradores(as) 2,67 % acionistas 5,92 % terceiros		

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A CAERN é uma empresa que oferece os serviços de tratamento de água e de efluentes domésticos e industriais como uma forma de minimizar o impacto ambiental no meio ambiente em detrimento das necessidades vitais de cada ser humano. Somos conscientes e sabemos que quanto mais unidades habitacionais do Rio Grande do Norte forem contempladas com água tratada e esgotamento sanitário, estamos cuidando e contribuindo com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

ASSEGURAÇÃO INDEPENDENTE

Os trabalhos conduzidos pelos auditores independentes da Emerson Auditores e Consultores S/S foram realizados de acordo com os preceitos legais e normativos contábeis. Assim, a CAERN assegura, em sua política institucional, a plena imparcialidade na avaliação dos auditores externos. Isso inclui conceder amplo acesso aos setores da empresa, permitindo a realização de testes de conformidade e procedimentos substantivos necessários para a auditoria.

Natal-RN, em 19 de março de 2024

ROBERTO SÉRGIO RIBEIRO LINHARES
Diretor Presidente

GEORGE MARCOS DE AQUINO FREITAS
Diretor de Planejamento e Finanças

JULIANA MARIA DUARTE UBARANA
Diretora Administrativa

JOSÉ GUILHERME DE ANDRADE GUEDES
Diretor Comercial e de Antendimento

SERGIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor de Empreendimentos

THIAGO DE SOUZA ÍNDIO DO BRASIL
Diretor de Operação e Manutenção

9 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Natal/RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Boards (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ativo Intangível – contrato microrregiões e aplicação da prestação de serviço direta aos municípios Conforme nota explicativa nº 9 e nota explicativa nº 11, chamamos atenção reclassificação de saldos referente de ativo financeiro para ativo intangível no montante de R$ 467.731 mil, referente a 104 (cento e quatro) municípios que estão inseridos nas microrregiões Litoral-Seridó e Central-Oeste e com aplicação do entendimento técnico da prestação de serviço direta aos municípios até o ano de 2051, em observância aos contratos e regulação das referidas microrregiões. A nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 19 de março de 2024

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes CRC/RN 547/O-8

José Diego Braz da Silva
Contador CRC/RN 10575/O-9

- Continua -

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**629.159**	**292.165**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	406.240	71.559
Contas a receber (Nota 4)	127.576	140.449
Estoques para operação (Nota 5)	52.143	58.259
Tributos a recuperar (Nota 6)	13.089	829
Adiantamentos	2.112	2.002
Depósitos Judiciais (Nota 7)	27.949	19.067
Outros ativos circulantes	50	-
Não circulante	**3.535.650**	**3.412.215**
Contas a receber (Nota 4)	105.087	54.066
Créditos Fiscais (Nota 8.1)	40.221	44.525
Créditos de acionistas	5.930	5.609
Ativo Financeiro (Nota 9)	401.503	741.033
Imobilizado líquido (Nota 10)	931.878	841.452
Intangível líquido (Nota 11)	2.040.118	1.702.228
Direito de Uso Arrendamento Mercantil (Nota 12)	10.913	23.302
Total do ativo	**4.164.809**	**3.704.380**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**159.232**	**127.161**
Fornecedores de bens e serviços (Nota 13)	28.897	23.953
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 14)	16.718	6.253
Arrendamento Mercantil (Nota 15)	7.393	15.340
Obrigações tributárias (Nota 16)	25.506	25.431
Obrigações sociais (Nota 17)	52.700	41.800
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais (Nota 18)	5.136	5.952
Parcelamento de Tributos (Nota 19)	1.657	2.028
Compromisso Contrato de Concessão (Nota 20)	12.050	6.000
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 21)	9.175	404
Não circulante	**1.376.356**	**1.000.268**
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 14)	399.843	-
Arrendamento Mercantil (Nota 15)	3.586	10.138
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais (Nota 18)	183	456
Parcelamento de Tributos (Nota 19)	3.105	4.739
Provisões para Contingências (Nota 22)	39.079	40.461
Receita Diferida (subvenção governamental) (Nota 23)	771.016	763.002
Compromisso Contrato de Concessão (Nota 20)	-	14.050
Tributos Diferido (Nota 8.2)	159.544	167.422
Total do passivo	**1.535.588**	**1.127.429**
Patrimônio Líquido (Nota 24)	**2.629.221**	**2.576.951**
Capital social	1.408.750	1.408.750
Reserva de Capital	50.363	50.363
Reserva de Lucro	283.374	187.398
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-
Outros resultados abrangentes	886.734	930.440
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**4.164.809**	**3.704.380**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida dos serviços prestados (Nota 25)	986.626	788.342
Custo dos serviços prestados (Nota 26)	(595.774)	(509.287)
Lucro bruto	**390.852**	**279.055**
Despesas administrativas (Nota 27)	(228.406)	(210.498)
Despesas comerciais (Nota 28)	(107.103)	(82.151)
Provisões/Reversão para Contingências (Nota 29)	1.382	(2.226)
Despesas tributárias (Nota 30)	(7.435)	(11.085)
Outras receitas operacionais (Nota 31)	13.813	18.656
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro	**63.103**	**(8.249)**
Receitas financeiras (Nota 32)	70.585	40.133
Despesas financeiras (Nota 33)	(61.164)	(7.618)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**72.524**	**24.266**
Imposto de renda e Contribuição Social (Nota 34)	(9.900)	(12.101)
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	**62.624**	**12.165**
Lucro Líquido por ação do capital social no fim do exercício (em unidades de R$) (Nota 24.4.1)	**0,0445**	**0,0086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	**62.624**	**12.165**
Realização do Custo Atribuído (Com Efeito no Resultado)	43.706	45.667
Resultado Abrangente Total Com Efeito no Resultado	**106.330**	**57.832**
Ajuste da Diferença Temporária Passiva - AAP (Sem Efeito no Resultado)	-	215.953
Resultado Abrangente Total	**106.330**	**273.785**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reserva de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**1.396.763**	**50.363**	**-**	**5.458**	**106.947**	**17.558**	**-**	**-**	**760.154**	**2.337.243**
Aumento de Capital – AGO/AGE de 29/04/2022 (Nota 24.7)	11.987	-	-	-	-	-	-	-	-	11.987
Reserva Legal	-	-	-	608	-	-	-	(608)	-	-
Reserva de Expansão	-	-	-	-	45.667	-	-	(45.667)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	9.972	-	(9.972)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	1.188	(1.188)	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	12.165	-	12.165
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(397)	-	(397)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	-	45.667	(45.667)	-
Tributos Diferido s/APP	-	-	-	-	-	-	-	-	215.953	215.953
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.408.750**	**50.363**	**-**	**6.066**	**152.614**	**27.530**	**1.188**	**-**	**930.440**	**2.576.951**
Reserva Legal	-	-	-	3.131	-	-	-	(3.131)	-	-
Reserva de Expansão	-	-	-	-	63.912	-	-	(63.912)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	22.829	-	(22.829)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	7.292	(7.292)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(1.188)	-	-	(1.188)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.624	-	62.624
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(9.166)	-	(9.166)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	-	43.706	(43.706)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.408.750**	**50.363**	**-**	**9.197**	**216.526**	**50.359**	**7.292**	**-**	**886.734**	**2.629.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercício Antes do IRPJ/CSLL	**72.524**	**24.266**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	117.734	129.511
Provisão para devedores duvidosos	51.841	23.313
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.407)	7.167
Provisão/reversão para Contingências	(1.382)	2.226
(-) Lucro na venda de imobilizado	(1.175)	(1.242)
Juros e variações monetárias	65.951	7.047
(Aumento)/Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(87.583)	(74.482)
Estoques	6.117	(11.931)
Tributos a recuperar	(12.260)	12.631
Adiantamentos concedidos	(110)	(935)
Depósitos judiciais	(8.882)	2.937
Outros ativos	3.933	9.117
Aumento/(Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	4.944	(9.906)
Obrigações tributárias	74	9.202
Outras obrigações	(6.067)	(20.042)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	**203.252**	**108.879**
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(9.900)	(12.102)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**193.352**	**96.777**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	1.298	4.200
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(183.341)	(118.843)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	**(182.043)**	**(114.643)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(93.794)	(34.262)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(2.200)	(1.863)
Amortizações de parcelamentos de serviços	-	(35.228)
Amortizações de arrendamentos financeiros	(10.913)	-
Ingresso de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	423.847	31.661
Receitas diferidas	8.015	21.986
Pagamentos de dividendos e JCP	(1.583)	(32.639)
Aumento de Capital Social	-	11.987
Caixa líquido oriundos das (usado nas) ativ. de financiamentos	**323.372**	**(38.358)**
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**334.681**	**(56.224)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	406.240	71.559
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.559	127.783
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**334.681**	**(56.224)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS	**1.055.188**	**868.022**
Prestação de serviços de água e esgoto	1.090.808	879.845
Outras receitas	13.814	18.657
Perda com crédito de liquidação duvidosa	(51.841)	(23.313)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	2.407	(7.167)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(437.582)**	**(323.277)**
Custo dos serviços prestados	(337.583)	(247.552)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(99.999)	(75.725)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**617.606**	**544.745**
Depreciação e amortização	(117.734)	(129.511)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**499.872**	**415.234**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**70.585**	**40.134**
Receitas financeiras	70.585	40.134
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**570.457**	**455.368**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	**305.684**	**301.555**
Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	305.684	264.847
Impostos, taxas e contribuições	**121.517**	**114.691**
Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	121.517	114.691
Remuneração de capitais de terceiros	**80.632**	**26.957**
Juros e atualização monetária	61.164	7.618
Aluguéis	19.468	19.339
Remuneração de capitais próprios	**62.624**	**12.165**
Reservas de lucros	62.624	12.165
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**570.457**	**455.368**

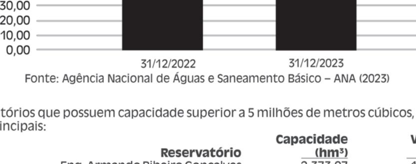
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município do Natal, estado do Rio Grande do Norte, foi constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978. Atuando na captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos no Estado do Rio Grande do Norte, a CAERN é uma empresa de economia mista, enquadrada no regime jurídico de direito privado brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. O nível dos reservatórios do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte representou um volume médio de 50,86% em 31 de dezembro de 2023.

Média do Nível dos Reservatórios do Rio Grande do Norte (%)



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2023)

Dos 47 reservatórios que possuem capacidade superior a 5 milhões de metros cúbicos, destacamos os volumes dos 10 (dez) principais:

	Reservatório	Capacidade (hm³)	Volume (hm³)	Volume (%)
Assú	Eng. Armando Ribeiro Gonçalves	2.373,07	1.281,33	53,99%
Apodi	Santa Cruz do Apodi	599,71	353,69	58,98%
Upanema	Umarí	292,81	225,92	77,16%
Assú	Mendubim	77,6	57,03	73,49%
Nísia Floresta	Lagoa do Bonfim	84,27	42,81	50,80%
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	54,85	39,11	71,30%
Poço Branco	João Batista do Rego	136	36,31	26,70%
Macaíba	Tabatinga	89,84	34,12	37,98%
Umarizal	Rodeador	21,4	14,75	68,93%
São Paulo do Potengi	Campo Grande	23,14	13,47	58,21%

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação nos municípios que possuíam contratos vigentes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. Ao término do ano de 2023, a Companhia prestou serviços para 152 municípios de um total de 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte. As 10 (dez) principais concessões da companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

	Faturamento	Número de economias	Término concessão		Vigência Ampliada	
Natal	374.911	404.933	29/04/2027		30/12/2051	(ii)
Mossoró	122.450	133.410	14/07/2025		30/12/2051	(ii)
Parnamirim	97.229	93.262	27/03/2043		30/12/2051	(ii)
Caicó	25.718	28.240	28/08/2041		30/12/2051	(ii)
Macaíba	16.984	16.117		(a)	30/12/2051	(ii)
Assú	14.052	13.792	30/08/2029		30/12/2051	(i)
Currais Novos	12.476	19.832		(a)	30/12/2051	(ii)
Macau	10.228	13.477	26/04/2033		30/12/2051	(i)
Joao Câmara	9.630	13.281		(a)	30/12/2051	(ii)
Nova Cruz	8.883	13.857		(a)	30/12/2051	(ii)

Legendas: (a) Prestação direta dos serviços formalizados no âmbito da Microrregião. (i) Municípios que integram a Microrregião Central-Oeste - MRAE I. (ii) Municípios que integram a Microrregião Litoral-Seridó – MRAE II.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.1. BASE DE PREPARAÇÃO – 1.1.1. Declaração de Conformidade – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, as normas e procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão alinhados com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Internacional Accounting Standasds Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício do ano de 2023, foram autorizadas em 11 de março de 2024. **1.1.2. Continuidade Operacional –** A administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e tem realizado todo seu planejamento e ações com a finalidade de possibilitar a continuidade dos seus negócios. Portanto, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando que a Companhia está em continuidade e continuará em operação no futuro previsível. **1.1.3. Base de Mensuração e Apresentação –** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo, exceto quando de outra forma indicado, conforme demonstrado nas notas explicativas. **1.1.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação –** As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. **1.1.5. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas –** A preparação das demonstrações financeiras em consonância com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são continuamente revistas e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisados e em quaisquer períodos futuros afetados.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplica as práticas contábeis de forma consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. As políticas contábeis significativas adotadas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações contábeis, são descritas a seguir.

2.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – A conta "Caixa e Equivalente de Caixa" representa a disponibilidade da empresa, no qual incluem o caixa, os depósitos bancários, e as aplicações financeiras de curto prazo. Além de valores que possam ser convertidos em dinheiro, sem riscos e sem mudanças significativas de valores. As contas são dispostas em ordem decrescente, obedecendo o grau de liquidez e tem finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa sem risco relevante de mudança significativa de valor. Uma aplicação financeira tem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos obtidos com as taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras, apropriadas pro rata temporis até a data do balanço. **2.2. ATIVOS FINANCEIROS –** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado compreendem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, saldo de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber, a título de indenização, dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. **2.2.1. Empréstimos e recebíveis –** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Considera-se como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço, sendo estes classificados no ativo não circulante. Os principais empréstimos e recebíveis da Companhia são compostos por caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e adiantamentos e convênios. **2.3. PASSIVOS FINANCEIROS –** Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Ao ser reconhecido, são registrados pelos valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela companhia são: contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos, plano de incentivo a aposentadoria e garantias contratuais de fornecedores. **2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – 2.4.1. Gestão de riscos –** A companhia está exposta a incertezas financeiras, porém administradas ou amenizadas de forma a não impactar, consideravelmente, os resultados de suas operações. **2.4.1.1. Gestão de Risco Financeiro – Risco de Negócio**: o mercado da Companhia refere-se à captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos para 152 municípios no Estado do Rio Grande do Norte. Os lucros da Companhia dependem da manutenção dos contratos nos municípios em que opera, na média os contratos têm prazo de duração de 28 anos, considerando a ampliação da vigência das Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II). Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antecipada, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN), de caráter municipal, e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande (ARSEP), de caráter estadual. **Risco de Crédito**: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). Os riscos relacionados aos clientes são amenizados pois a sua composição contempla uma base diversificada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Rio Grande do Norte. Considerando o tipo de negócio, a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento se ocorrer a inadimplência, mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial. **Risco de Taxa de Juros**: incertezas de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. **Risco de Liquidez**: o risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. **2.4.1.2. Gestão de Risco de Capital –** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, com a finalidade de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com isso, a empresa pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de debêntures. Para manter a liquidez e a capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida financeira/EBITDA. A Dívida líquida financeira significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures, menos o caixa e equivalentes de caixa.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	416.257	21.593
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	(383.882)	(55.774)
(=) Dívida Líquida	32.375	(34.181)
EBITDA	**180.836**	**121.261**
Relação Dívida Líquida/EBITDA	0,18	(0,28)
Relação Dívida Líquida/Patrimônio	0,01	(0,01)

2.4.1.3. Instrumentos Financeiros – Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas informações contábeis do exercício do ano de 2023 da Companhia, conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	370.223	50.128
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)	-	-
Depósitos vinculados	22.358	15.785
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	13.659	5.646
Contas a Receber de Clientes, líquido	232.663	194.515
Ativos Financeiros Contratuais	401.503	741.033
Outras Contas a Receber	30.111	21.069
Totais	**1.070.517**	**1.028.176**
PASSIVOS		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)	-	-
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	427.540	31.731
Fornecedores	28.174	22.219
Outras Contas a Pagar	722	1.734
Totais	**456.436**	**55.684**

(i) Em 31/12/2023 a companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

2.4.2. Compensação de instrumentos Financeiros – Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. CONTAS A RECEBER – 2.5.1. Contas a Receber de Clientes –** Refere-se aos valores a receber dos usuários pela prestação, por parte da Companhia, do serviço de fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, acrescidos das receitas provenientes dos serviços prestados e não faturados, até a data do balanço, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final do mês, tomando como referência o consumo médio de cada cliente. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas das perdas de créditos esperadas, estimadas por meio de dados históricos segmentados por categorias de consumo e idade de vencimento e, que são constituídas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. As contas a receber são classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de recebimento (vencimento) for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas no ativo não circulante. Ainda, cabe relatar que os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos são ajustados a valor presente. **2.5.2. Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) –** A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. A constituição destas perdas é fundamentada na análise dos créditos e dos riscos envolvidos em cada operação da Companhia. A análise é realizada com base em dados objetivos das "contas a receber", histórico de recebimentos e pelas expectativas de perdas futuras. A Administração, além de reconhecer as perdas incorridas assim que atingem 180 dias de atraso, também constitui perdas esperadas complementares para os créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na estimativa de perda de crédito de liquidação duvidosa (PCLD), levando em consideração todo o histórico de perdas passadas, o prazo decorrido por tipo de cliente e o valor da fatura para prever o risco de não realização das contas em aberto, conforme prevê o CPC 48. **2.5.3. Contas a Receber do Poder Concedente das Concessões –** De acordo com a Lei 11.445/07, os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada mediante remuneração pela cobrança dos serviços prestados por meio da instituição de tarifas. Contudo, a CAERN realizou vários investimentos, no setor de saneamento, em municípios que não possui contratos de prestação de serviço vigente. Tal situação, enseja na necessidade de reconhecimento das contas a receber (ativo financeiro) perante os entes municipais detentores das concessões, conforme preceitua o ICPC 01 e o OCPC 05, haja vista a existência do direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados na tarifa estipulada. Os referidos valores são reconhecidos no ativo não circulante, em virtude de a Companhia não possuir contrato de concessão vigente, porém mantém a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário por prazo indeterminado, desaguando na necessidade de reconhecimento do ativo financeiro relativo à parcela dos investimentos que não foram recebidos na tarifa até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis. **2.6. ESTOQUES DE MATERIAIS –** Os estoques são ativos mantidos para o consumo e à manutenção dos sistemas de águas e esgotos e são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo do estoque compreende o preço de compra do material, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente vinculados à aquisição de materiais e à prestação de serviços. Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante. A constituição das perdas de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos é realizada quando consideradas necessárias pela Administração. **2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS –** A Companhia registra os bens patrimoniais decorrentes de Contratos de Concessão no ativo intangível pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o direito de uso, conforme prevê a interpretação ICPC-01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (Marco Regulatório do Setor), e os amortiza pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro da parcela não amortizada. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar de forma pretendida pela Companhia. O valor do ativo intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Dessa forma, os encargos financeiros capitalizados serão depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do ativo intangível aos quais foram incorporados. Cessa-se a amortização do ativo intangível no momento em que o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Além disso, no mínimo anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, e sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável. **2.7.1. Contratos de Concessão –** Em relação aos contratos de concessão que estão vencidos e que a Companhia continua prestando os serviços de fornecimento de água tratada e tratamento de esgotos, ensejando no reconhecimento de receitas e despesas, adota-se o princípio contábil da representação fidedigna e mantém-se a amortização do ativo intangível pela vida útil do bem, tendo em vista que apesar de não existir a formalização do contrato de concessão/programa a empresa continua exercendo as suas atividades como se de fato existisse, ou seja, essência sobre a forma. Existindo uma perspectiva de formalização do contrato de programa com o município. Dessa forma, nos municípios em que o contrato de concessão está vencido e que a Companhia reconheceu a carteira de contas a receber (ativo financeiro) perante o município, realiza-se a amortização mensal dos investimentos realizados, reduzindo concomitantemente o valor do ativo financeiro constituído. A Companhia reconhece como ativo intangível os valores das obras em andamento, ou seja, não se reconheceu o valor das obras em andamento como Ativos de contrato, conforme preceitua o CPC 47, devido os recursos financeiros serem advindos de contratos de repasses firmados entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a União Federal, sendo a CAERN apenas um interveniente executor. Diante deste cenário, verifica-se a necessidade de aplicação do CPC 07 e o reconhecimento das subvenções governamentais oriundas desse contrato, haja vista esse procedimento ser mais específico e por isso prevalecer sobre o reconhecimento do Ativo de contrato. **2.7.2. Licenças de Software –** As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos de aquisição e demais custos incorridos para que elas estejam prontas para serem utilizadas. As amortizações são registradas com base em sua vida útil estimada de cinco anos e os gastos associados à sua manutenção quando incorridos são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. **2.7.3. Arrendamento –** A partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Arrendamentos, estabeleceu novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação das operações de arrendamento mercantil. A nova legislação estabeleceu um critério de reconhecimento dos arrendamentos financeiros pelo arrendatário, onde todos os arrendamentos serão contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. A exceção ao reconhecimento do ativo ocorre apenas na existência de arrendamentos de ativos de baixo valor ou no caso dos arrendamentos com prazo inferior a 12

- Continua -

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern — COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

meses após a data do balanço, pois nesses casos o reconhecimento poderá não ser realizado. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente líquidos dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, descontados à taxa incremental sobre seus empréstimos, agrupados de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui: a) Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual; b) O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; c) Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida. Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para: a) Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento; b) Custos diretos iniciais incorridos; e c) O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado. **2.8. IMOBILIZADO –** Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam por serem bens de uso geral, edificações da Companhia e redes adutoras que atendem a mais de um município, não sendo considerado como vinculada a nenhuma concessão. O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Inclui-se no custo histórico os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que possam ser mensurados com segurança e a vida útil for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são os seguintes:

	Anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Adutoras	30 a 60 anos
Benfeitorias	20 a 67 anos

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas líquidas" na demonstração do resultado. Além disso, anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável. **2.9. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT) –** O imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável de um ativo o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, refletindo as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Mesmo não existindo qualquer indicativo de diminuição do valor recuperável (impairment) sobre os ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos por meio da geração de fluxos de caixa futuros. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida. **2.10. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR –** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado. As contas a pagar são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data do balanço. Caso o pagamento ocorra em período superior a 12 meses após a data do balanço, então são apresentados no passivo não circulante. **2.11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS –** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações incorridos e, posteriormente são mensurados pelo custo amortizado. A parcela dos empréstimos e financiamentos que a empresa tem que liquidar em até 12 meses após a data do balanço é classificada no passivo circulante e, as demais obrigações correspondentes aos empréstimos e financiamentos são classificadas no passivo não circulante. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do empréstimo e financiamento. A diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. **2.12. PROVISÕES** – As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que ocorra uma saída necessária de recursos para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido tecnicamente estimado com segurança. Quando existe uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. No caso das provisões jurídicas, a Companhia realiza a classificação das ações em prováveis, possíveis e remotas, tomando como referência as premissas estipuladas pelo CPC 25 e o entendimento jurisprudencial prevalecente no momento de encerramento do exercício social. **2.13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS –** A tributação sobre a renda ou proventos de qualquer natureza compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente e diferidos. O valor correspondente ao IRPJ e a CSLL corrente são reconhecidos na demonstração do resultado. O IRPJ e a CSLL são mensurados com base no lucro tributável (lucro líquido ajustado) e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável ao excedente de R$ 240.000,00 anuais, e 9% para a CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Esses tributos diferidos são determinados, usando alíquotas efetivas de imposto promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O IRPJ e a CSLL diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **2.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS –** São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A Companhia possui algumas obrigações de benefícios de curto prazo aos empregados, sendo estas reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago, caso exista uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do serviço que foi prestado pelo empregado, além de a obrigação ser possível de ser estimada de forma confiável. **2.14.1. Obrigações de Aposentadoria –** A Companhia oferece aos seus empregados um plano de previdência complementar chamado de CAERN PREV, com o intuito de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS). Dessa forma, a Companhia realiza contribuições fixa e mensais ao plano CAERN PREV, cuja administração é realizada pela Instituição Financeira do Banco do Brasil Previdência. As contribuições para o CAERN PREV realizadas pela Companhia ocorrem de forma obrigatória e contratual, aos empregados que aderiram ao plano, sendo essas contribuições reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado do exercício durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. Em cumprimento ao CPC 33, a contabilização do CAERN PREV é realizada pelo valor efetivamente participado no exercício social. **2.14.2. Participação nos Resultados –** A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas objetivas estipuladas pela diretoria e divulgadas aos colaboradores, conforme preceitua o manual de participação nos resultados e a Lei 10.101/2000 e suas alterações. **2.15. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS –** As subvenções e assistências governamentais são contabilizadas como receitas diferidas, no passivo não circulante, desde que haja razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e de que o recurso será, de fato, recebido. Uma vez cumpridas as condições predeterminadas, tanto os bens construídos com os recursos recebidos quanto a subvenção correspondente têm seus processos de depreciação/amortização iniciados, gerando, respectivamente, despesas e receitas calculadas em bases sistemáticas e racionais ao longo do período necessário, que serão compensadas em confronto na demonstração do resultado do exercício, conforme preceitua o CPC 07. **2.16. CAPITAL SOCIAL** – As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. **2.17. RECONHECIMENTO DA RECEITA** – **2.17.1. Receita de Serviços** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da companhia. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas com observância ao regime de competência e apresentadas líquidas dos tributos, abatimentos e descontos. Em consonância com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, a receita de fornecimento de água e esgotamento sanitário inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica mensal e as receitas não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado da data de medição da última leitura até o final do período contábil. Para as receitas provenientes dos municípios permissionários que não pagam costumeiramente a fatura, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita. **2.17.2. Receita de Construção –** A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. **2.18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS** – As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita com juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. Por sua vez, as despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.19. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS –** O Estatuto social da Companhia estipula uma distribuição de dividendos mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido ajustado. Alinhada a legislação societária, a distribuição de lucros na Companhia é realizada por meio de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e pelo pagamento de dividendos. Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados diretamente à conta de lucros acumulados, sem afetar o resultado do exercício conforme a Deliberação CVM nº 683/2012, de 30 de agosto de 2012 e ICPC 08. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos. A legislação fiscal permite que a Companhia proceda ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros. **2.20. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO –** A companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.21. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EM VIGOR PARA EXERCÍCIOS INICIADOS EM OU APÓS 01 DE JANEIRO DE 2023 – 2.21.1. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de informação financeira do IASB) –** As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais têm sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas. **Alteração das normas IAS 1 –** Classificação de passivos Não-circulante com "Covenants". Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **Alteração da norma IFRS 16 –** Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno. Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7 –** Definição de aspectos referentes aos requisitos de divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamentos de fornecedores. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **Alteração da norma IAS 21 –** Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e especifica como uma entidade determina a taxa de conversão quando uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bens Numerários – Caixa (i)	**129**	**158**
Depósito bancários (ii)	**14.977**	**14.473**
Livres em conta corrente	14.130	5.774
Vinculados em conta corrente	847	8.699
Aplicações financeiras (iii)	**391.734**	**57.214**
Recursos próprios	370.223	50.128
Recursos vinculados	21.511	7.086
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios	**(600)**	**(286)**
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios	(600)	(286)
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**406.240**	**71.559**

Em 31/12/2023 as disponibilidades da Companhia somam R$ 406.240, enquanto 31/12/2022 soma R$ 71.559, representando um aumento equivalente a R$ 334.681, conforme apresentado a seguir: i. Os bens numerários representam R$ 129. ii. Os depósitos bancários representam R$ 14.977, sendo R$ 14.130 recursos de livre movimentação e R$ 847 de recursos vinculados. Dos R$ 847 de recursos vinculados, R$ 85 são das garantias contratuais depositadas pelos fornecedores que prestam serviços à Companhia, R$ 461 são referentes à aplicação dos recursos em obras de saneamento, ou seja, são recursos com destinação específica obtidos mediante convênio e R$ 301 são dos convênios do Sesi e Senai. iii. As aplicações financeiras representam R$ 391.734, sendo R$ 21.511 de recursos vinculados e R$ 370.223 refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso. Dos recursos vinculados, R$ 12.047 refere-se aos valores destinados particularmente a obras de expansão da CAERN, devendo ser aplicado exclusivamente para esse fim, R$ 54 são das aplicações dos convênios do Sesi e Senai e R$ 9.410 são das garantias contratuais, entre eles o valor de R$ 1.550 do contrato nº 22.01488 da Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda.

No primeiro trimestre de 2023, a CAERN realizou um empréstimo junto ao banco Santander no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) para Capital de Giro e emitiu Debêntures no valor total de R$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões) a fim de atingir as metas de universalização do saneamento básico conforme novo Marco Legal, principais motivos do aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa. Nos valores registrados no caixa e equivalentes de caixa estão representados apenas os recursos em que a Companhia possui gestão. Os valores remanescentes das contas de recursos vinculados são transitórios que foram transferidos para a CAERN a fim de pagar os fornecedores das respectivas obras a que as contas estão vinculadas. A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração média é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A remuneração média das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foi de 100% do CDI (em 31 de dezembro de 2022 também foi de 100% do CDI). Os ativos financeiros possuem características de curto prazo, de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e são constituídos somente com valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum dos valores aplicados está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

3.2. MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	57.214	108.063
Novas aplicações	1.214.892	722.130
Rendimentos	45.764	6.475
Resgates	(926.136)	(779.454)
Saldo final	**391.734**	**57.214**

Os ativos financeiros possuem características de curto prazo, de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e são constituídos somente com valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. CONTAS RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

4.1. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recebíveis dos serviços de água e esgoto (i)	750.225	-	750.225	582.116	-	582.116
Parcelamentos de conta de água e esgoto (ii)	24.183	21.087	45.270	25.905	19.170	45.075
Financiamentos de serviços	3.032	104	3.136	3.060	170	3.230
Valores a receber de Parte Relacionada (iii)	66.703	83.846	150.549	196.043	34.726	230.769
Outras contas a receber	1.645	50	1.695	2.083	-	2.083
(-) Pagamentos em duplicidade (iv)	(16)	-	(16)	(13)	-	(13)
(-) Outros Valores	(2.637)	-	(2.637)	(2.600)	-	(2.600)
Total antes da PECLD	**843.135**	**105.087**	**948.222**	**806.594**	**54.066**	**860.660**
(-) Perda Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa (PECLD) (v)	(715.559)	-	(715.559)	(666.145)	-	(666.145)
Total após a PECLD	**127.576**	**105.087**	**232.663**	**140.449**	**54.066**	**194.515**
Total do Contas a Receber	**127.576**	**105.087**	**232.663**	**140.449**	**54.066**	**194.515**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituída quando existe evidências objetivas de que a Companhia não receberá todos os valores apresentados no Contas a Receber nos prazos originais das contas registradas. A Companhia aplica o CPC 47 e 48 na sua carteira de contas a receber e possui uma política de cobrança dos clientes inadimplentes, através da inscrição do nome dos devedores no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, bem como realizando a cobrança por meio judicial. Ainda, cabe relatar que os saldos de contas a receber de clientes superiores a 12 meses (não circulante), referentes a parcelamentos, são ajustados a valor presente. Do montante de R$ 232.663 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) Os recebíveis dos serviços de água e esgoto de partes relacionadas foram reconhecidos separadamente, permitindo aos usuários a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nos totais das contas a receber da empresa; (ii) A variação aumentativa nos parcelamentos de conta de água e esgoto é decorrente das negociações dos débitos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com a CAERN ocorrida em 12/12/2022 e em 15/09/2023. No primeiro parcelamento foram compreendidos os débitos da Secretaria Estadual de Saúde Pública e dos demais órgãos estaduais do período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020, com exceção da Secretaria de Educação. No segundo parcelamento foram compreendidos os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais do período de janeiro de 2021 a junho de 2023, como também os débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. Cabe ressaltar, que as secretarias assumiram o compromisso de adimplência das parcelas a vencer e em virtude da referida negociação, porém não exime o Estado do Rio Grande do Norte do pagamento regular das faturas emitidas pela CAERN em seu desfavor. Dessa forma, ficou garantido em contrato que o pagamento das faturas vincendas ou qualquer inadimplemento de alguma parcela do parcelamento, serão quitadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no mês de abril de cada ano, por meio de encontro de contas, relativo aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos que serão distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, diante disso o prazo de prescrição foi interrompido; (iii) A Companhia realiza transações comerciais com várias partes relacionadas destacando-se o Estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura de Mossoró, conforme demonstrado na Nota (36); (iv) A variação nas perdas refere-se ao registro de estimativas de perdas complementares para os créditos a vencer e vencidos há menos de 180 (cento e oitenta) dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão de crédito de liquidação duvidosa, levando em consideração todo o histórico de perdas passadas, o prazo decorrido por tipo de cliente e o valor da fatura para prever o risco de não realização das contas em aberto.

Os vencimentos dos recebíveis são como seguem:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	78.880	73.634
Vencidos até 30 dias	48.340	39.161
Vencidos de 31 a 60 dias	26.177	21.005
Vencidos de 61 a 90 dias	15.898	13.189
Vencidos de 91 a 120 dias	12.730	10.191
Vencidos de 121 a 180 dias	21.187	17.027
Vencidos de acima de 180 dias (i)	745.010	686.453
Total Contas a Receber	**948.222**	**860.660**

(i) No exercício de 2023, do montante de R$ 745.010 registrado nos recebíveis de clientes vencidos acima de 180 dias, cabe destacar que R$ 202.509 dos débitos estão prescritos. Em 2022, os débitos prescritos correspondiam a R$ 206.009 de um total de R$ 686.453 de recebíveis vencíveis acima de 180 dias.

Além disso, em 03/02/2022 foi expedido em favor da Companhia o precatório nº 2021.84.00.001.201364 em favor da CAERN, que trata da ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, de faturas em atraso da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A Companhia espera um recebimento futuro de R$ 7.972.

4.2. PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PECLD

A PECLD apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**(666.145)**	**(635.673)**
Constituição	(354.311)	(158.387)
Reversão	304.897	127.915
Saldo Final	**(715.559)**	**(666.145)**

A Companhia adota como estimativa para cálculo de PECLD as seguintes regras:

Conforme a Lei nº 9.430/1996 para perdas incorridas: a) Clientes com títulos vencidos há mais de 180 dias e com valor até R$ 15.000; b) Clientes com títulos vencidos há mais de 1 ano e com valor maior que R$ 15.001 e menores que R$100.000, desde que mantida a cobrança administrativa;

Conforme o CPC 47 e CPC 48 para perdas esperadas: a) Total de faturas, vencidas até 180 dias ou a vencer, dos clientes que se encontram com histórico de inadimplência.

Parcelamento Partes Relacionadas: a) Em dezembro de 2022, foi firmado o parcelamento entre o Governo do Estado e a Companhia, compreendendo o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020 e em setembro de 2023, foi firmado um novo parcelamento entre as partes, compreendendo os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais do período de janeiro de 2021 a junho de 2023, como também os débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023, de onde foi consolidado o compromisso de adimplência das parcelas a vencer. A política adotada para provisão/reversão dos valores específicos para o contrato de parcelamento celebrado considera que os eventos e garantias oferecidas tornam o ativo recuperável. O reconhecimento da provisão será acompanhado pela Companhia pelo histórico de atraso atrelado ao contrato.

5. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais em trânsito	70	606
Estoques de materiais - uso e consumo (i)	3.974	5.106
Estoques de materiais - operação e manutenção (i)	48.182	52.667
Estoque materiais – obsoletos (ii)	438	48
(-) Perda Estimada (iii)	(521)	(168)
Total dos Estoques	**52.143**	**58.259**

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização. Do montante de R$ 52.143 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) A redução de R$ 1.132 nos estoques de materiais de uso e consumo e de R$ 4.485 nos estoques de materiais de operação e manutenção, deu-se pelo aumento da utilização dos materiais. Os materiais são recebidos na filial da administração central e posteriormente distribuídos para os almoxarifados das regionais. (ii) O aumento de R$ 390 no estoque de materiais inservíveis deve-se principalmente a reclassificação de produtos que não tinha mais utilidade, porém serão designados para os leilões que ocorrerão em 2024. (iii) A Companhia adotou a política de constituição de perdas conforme, preceitua as normas contábeis vigentes, bem como, adotou uma política de realização de venda dos materiais inservíveis, em 2023 houve a necessidade de constituir a provisão para perdas considerando o histórico de perdas registradas pelos inventários realizados em anos anteriores, considerando as situações aceitáveis contidas no artigo 303 do Decreto 9.580/2018.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia reconhece o crédito tributário no momento em que julga dispor de elementos jurídicos e técnicos que permitam o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser compensado ou restituído. Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Integração Social (Pis) – Lei 10.637/02	83	-
Cont. Financ. Segur. Social (Cofins) – Lei 10.833/03	382	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	6.451	682
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	5.998	-
Tributo pago a maior – Imposto Sobre Serviços – ISS	25	5
Tributo pago a maior – Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	26	18
Tributo pago a maior - FGTS	124	124
Total dos Tributos a Recuperar	**13.089**	**829**

6.1. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL) A RECUPERAR – O saldo da conta Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar é composta pelas seguintes contas analíticas: IRPJ saldo negativo e IRRF pago a maior. Por sua vez, o saldo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é composto somente pela conta CSLL saldo negativo. Os saldos do IRPJ e da CSLL a recuperar é originado principalmente por retenções que a Companhia sofreu sobre rendimentos e por pagamentos que a empresa realizou como antecipação do imposto devido, retenções e pagamentos, cujo valor seja superior ao valor devido no fim do período de apuração, sendo essa sobra denominada "saldo negativo" que resulta em um crédito tributário. Encerrado o período e apontado saldo do crédito tributário, este é passível de acréscimo de juros Selic a partir do mês seguinte ao encerramento do período. Para utilização desse crédito, seja para fins de compensação, seja para restituição, é necessário o uso do PER/DCOMP ou PER/DCOMPWEB. Na impossibilidade de utilizar os meios mencionados no período anterior, o requerimento deve ser formalizado por meio do formulário Pedido de Restituição, constante do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017.

6.2. TRIBUTO PAGO A MAIOR – O pagamento de tributo feito a maior gera um crédito tributário em favor do contribuinte, crédito este que poderá ser restituído e/ou compensado, atualizado pela SELIC, com novos débitos. Os valores de ISS, INSS e FGTS pagos a maior, não foram compensados durante o ano, mas já foram requeridos, com previsão para compensação no exercício de 2024.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais		
Questões Judiciais Trabalhista (i)	11.327	12.046
Questões Judiciais Cíveis (ii)	5.170	3.936
Questões Judiciais Ambientais (iii)	8.500	-
Questões Judiciais Tributária (i)	2.952	3.085
Total dos Depósitos Judiciais	**27.949**	**19.067**

Depósitos judiciais representam ativos da Companhia relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão arroladas. O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2023 teve uma variação em relação ao período anterior de R$ 8.882. Do montante de R$ 27.949 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) As variações nas questões trabalhistas no valor de R$ 719 e nas questões tributárias no valor de R$ 133 foram motivadas pelo levantamento de depósitos judiciais. Na Companhia, grande parte dos Depósitos Judiciais realizados estão relacionados às ações trabalhistas. (ii) A variação nas questões cíveis, R$ 1.234, foi motivada pelos depósitos judiciais realizados em 2023. (iii) A variação nas questões ambientais, R$ 8.500, foi motivada pela celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os levantamentos dos recursos será de forma parcial, em periodicidade semestral, à medida que for a CAERN for comprovando a realização das etapas da obra.

Além disso, informamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) "julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN". Dito isto, a CAERN passa a ser enquadrada no regime de precatórios, havendo perspectiva de liberação dos recursos financeiros depositados em contas judiciais.

8. CRÉDITOS FISCAIS

A composição dos créditos fiscais é a seguinte:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSSL (9 %)	Total
Prejuízo fiscal	23.942	5.985	-	5.985	58.616	14.654	-	14.654
Base de cálculo negativa	-	-	-	-	-	-	-	-
PECLD	26.656	6.664	2.399	9.063	28.451	7.113	2.561	9.674
AVP	34.892	8.724	3.140	11.864	16.765	4.191	1.509	5.700
Arrendamento Mercantil	65	16	6	22	2.177	544	196	740
Provisões	39.079	9.770	3.517	13.287	40.461	10.115	3.642	13.757
Total dos Créditos Fiscais	**124.634**	**31.159**	**9.062**	**40.221**	**146.470**	**36.617**	**7.908**	**44.525**

8.1. ATIVO FISCAL DIFERIDO – Embasado pelo pronunciamento técnico CPC 32 que trata dos tributos sobre o lucro, a companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias — que são as diferenças que podem impactar na apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial — calculadas sobre as alíquotas efetivas de 25%, para o Imposto de Renda (IRPJ), e 9%, para a Contribuição Social (CSLL), resultando na constituição de um crédito tributário oriundo do prejuízo fiscal do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social, bem como das demais contas detalhadas nesta nota acima. Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa são decorrentes do resultado tributável negativo da base de cálculo do lucro real (regime tributário da CAERN), na apuração de IRPJ e da CSLL respectivamente. O prejuízo fiscal é o oposto do lucro real, ou seja, após apurado o lucro líquido do período de apuração e feitos os ajustes de adições e exclusões permitidos pela legislação tributária, o resultado final é negativo. Após constituídos esses saldos do prejuízo fiscal (IRPJ) e da base de cálculo negativa (CSLL), é permitido pela legislação a compensação deles com os lucros fiscais de períodos futuros, limitados a 30% desses lucros até que os saldos sejam totalmente consumidos. Vale lembrar que não há prescrição para estes créditos. Além da compensação no período corrente, deve-se registrar os ativos fiscais diferidos (compensações futuras), no intuito de apresentar uma informação contábil mais fidedigna, de acordo com a expectativa de lucros tributáveis futuros. Em relação as demais contas, consideradas como diferenças temporárias dedutíveis, ou seja, que resultarão em valores a serem deduzidos no cálculo do resultado tributável de períodos futuros, serão apresentadas as projeções de realização no quadro a seguir, com base nos lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios.

Estimativa de realização futura do IR e CSLL diferidos

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Prejuízo fiscal	1.796	1.257	2.932	-	-	-	5.985
Base de cálculo negativa	-	-	-	-	-	-	-
PECLD	1.365	1.464	1.571	1.686	1.810	1.167	9.063
AVP	1.787	1.917	2.057	2.207	2.369	1.527	11.864
Arrendamento mercantil	3	4	4	4	4	3	22
Provisões	2.001	2.147	2.303	2.472	2.654	1.710	13.287
TOTAL	**6.952**	**6.789**	**8.867**	**6.369**	**6.837**	**4.407**	**40.221**

8.2. PASSIVO FISCAL DIFERIDO – A resolução do CFC nº 1.189/09 que aprova a NBC TG 32 cita que o passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. No exercício em questão, devido à adoção inicial das normas de contabilidade internacional, em consonância com o CPC 37 (R1), foi efetuado o custo atribuído para os bens da Companhia e consequentemente foi constituído um ajuste de avaliação patrimonial positivo, que pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores dos bens em relação ao valor justo, por isso, consequentemente foi originado um passivo fiscal diferido, que deve ser registrado para atender ao CPC 32, conforme citado acima. Enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, o ajuste de avaliação patrimonial será demonstrado em conta específica do patrimônio líquido da entidade, este ajuste foi apurado com base nas informações originadas por laudo técnico especializado gerando um montante de 1.284.180, neste valor são aplicadas às alíquotas do IR e da CSLL para originar o passivo fiscal diferido, bem como sua realização, conforme demonstrativos abaixo.

Cálculo do passivo fiscal diferido (valor originário de 2019)

Descrição	Valor	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Valor líquido (PL)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.284.180	321.045	115.576	847.559

Considerando que o enquadramento da CAERN no benefício fiscal de redução de imposto de renda e adicionais calculado com base no Lucro da Exploração alterou a alíquota efetiva da Companhia, foi realizado o ajuste da alíquota do imposto de renda aplicada sobre os bens que tiveram a constituição do ajuste de avaliação patrimonial no exercício de 2019, passando de 25% para 6,25% no exercício de 2022.

Realização do passivo fiscal diferido (Ajuste de avaliação patrimonial)

Diferença temporária	IRPJ	CSLL	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	**321.045**	**115.576**	**436.621**
(-) Realização	(19.178)	(6.905)	(26.083)
Saldo em 31/12/2020	**301.867**	**108.671**	**410.538**
(-) Realização	(13.930)	(5.015)	(18.945)
Saldo em 31/12/2021	**287.937**	**103.656**	**391.593**
(-) Realização	(219.320)	(4.851)	(224.171)
Saldo em 31/12/2022	**68.617**	**98.805**	**167.422**
(-) Realização	(3.234)	(4.644)	(7.878)
Saldo em 31/12/2023	**65.383**	**94.161**	**159.544**

Estimativa de realização futura do passivo fiscal diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)

Anos	IRPJ	CSLL	TOTAL
2024-2028	25.339	36.489	61.828
2029-2038	23.435	33.746	57.181
2039-2048	11.241	16.187	27.428
2049-2058	4.256	6.128	10.384
2059-2068	986	1.420	2.406
2069-2078	107	155	262
2079-2088	16	22	38
2089-2095	7	10	17
TOTAL	**65.387**	**94.157**	**159.544**

9. ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro é um direito incondicional de receber caixa ou equivalente de caixa do valor total dos ativos e/ou investimentos operacionais construído e não recuperado por meio da prestação de serviço relacionados à concessão, referente aos créditos a receber do Poder Concedente no término da prestação de serviço, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui atualmente contrato de concessão com 48 (quarenta e oito) Municípios vigentes até o ano de 2051, data essa provisionada com o advento da microrregião e com o objetivo da universalização. Estes municípios são responsáveis por subsidiar os demais municípios devido a capacidade de geração de fluxo de caixa para a Companhia. A CAERN realizou uma consultoria jurídica com o objetivo de regularizar a prestação dos serviços nos municípios sem contrato de concessão. Segundo o Parecer da Manesco, Ramires, Peres, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, "a decisão do colegiado que atribuía à Companhia estadual a prestação dos serviços públicos de saneamento básico se ajusta ao que prevê a primeira parte do caput do artigo 10 da nova redação da Lei Nacional de Saneamento Básico, que reconhece como prestação direta, e que não depende de contrato, a que se efetivar mediante entidade que integra a administração do titular". Em complemento, deve-se atentar que o Estado do Rio Grande do Norte possui 99% (noventa e nove por cento) do capital da CAERN, e possui 35% (trinta e cinco por cento) dos votos da microrregião, sendo a microrregião a favor da celebração de um termo de prestação direta com a CAERN para os 104 municípios. Apesar de não ser uma relação contratual, com fundamento no CPC 00, identificamos a necessidade de aplicar o princípio contábil da essência sobre a forma. Diante deste cenário, a CAERN atualmente fornece serviços a 104 (cento e quatro) municípios no modelo de prestação direta, sendo assim regularizados, mas não por meio de relação contratual, mas pelas Resoluções nº 3 e 4 das Microrregiões. É importante destacar que dos cento e quatro municípios, dois deles, o Município de Serrinha dos Pintos e Upanema manifestaram perante a MRAE-I o desejo de não manter os serviços com a CAERN por prestação direta. Assim, até que o colegiado da microrregião defina a situação destes municípios, a Companhia irá continuar a prestação direta do serviço, tendo em vista a obrigação de manter em operação os serviços essenciais.

9.1. DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023, O ATIVO FINANCEIRO EVOLUIU DA SEGUINTE FORMA:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**741.033**	**757.929**
Constituição	128.494	19.725
Reversão	(293)	-
Reversão Prestação Direta	(467.731)	(36.621)
Saldo Final	**401.503**	**741.033**

Foi realizado em dezembro de 2023 uma reversão no montante de R$ 467.731.428,52 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente ao reconhecimento da prestação direta nos 102 (cento e dois) municípios, considerando o prazo final de 2051, definido no Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira que objetivou a viabilização da universalização dos serviços. A Companhia apresentou em 31/12/2023 um saldo na ordem de R$ 401.502.818,83 (quatrocentos e um milhão, quinhentos e dois mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e três centavos) em ativo financeiro a receber do poder concedente.

9.2. EM CADA MUNICÍPIO, A MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 FOI A SEGUINTE:

	31/12/2022	31/12/2023		
Municípios	Saldo Contábil Líquido	Constituição	Reversão	Saldo Contábil Líquido
Agua Nova	388	27	(391)	24
Almino Afonso	943	151	(952)	142
Alto do Rodrigues	2.366	498	(2.452)	412
Areia Branca	10.251	1.931	(10.281)	1.901
Ares	1.509	419	(1.545)	383
Augusto Severo	2.932	363	(2.959)	336
Baia Formosa	2.218	1.685	(2.218)	1.685
Baraúna	8.690	849	(8.705)	834
Barcelona	4.654	177	(4.658)	173
Bento Fernandes	532	173	(626)	79
Caiçara do Norte	1.946	115	(1.951)	110
Caiçara do Rio do Vento	2.397	440	(2.456)	381
Campo Redondo	2.028	695	(2.099)	624
Canguaretama	10.660	6.941	(10.918)	6.683
Cerro Cora	6.500	902	(6.505)	897
Coronel Joao Pessoa	693	143	(699)	137
Currais Novos	23.276	6.980	(24.388)	5.868
Doutor Severiano	2.626	369	(2.626)	369
Encanto	1.953	405	(1.963)	395
Espirito Santo	3.133	720	(3.271)	582
Extremoz	54	1	(54)	1
Felipe Guerra	1.246	143	(1.261)	128
Fernando Pedroza	812	36	(812)	36

- Continua -

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern

Municípios	31/12/2022 Saldo Contábil Líquido	31/12/2023 Constituição	Reversão	Saldo Contábil Líquido
Francisco Dantas	523	107	(533)	97
Frutuoso Gomes	1.359	366	(1.362)	363
Goianinha	11.119	3.957	(11.340)	3.736
Governador Dix-Sept Rosado	3.718	388	(3.859)	247
Grossos	8.634	265	(8.687)	212
Guamaré	4.685	159	(4.689)	155
Ielmo Marinho	506	48	(506)	48
Ipanguaçu	774	150	(774)	150
Itajá	1	110	(111)	-
Itaú	1.466	221	(1.466)	221
Jaçanã	823	103	(823)	103
Jandaíra	655	233	(747)	141
Japi	856	194	(856)	194
Jardim do Seridó	4.051	958	(4.085)	924
Joao Câmara	12.940	2.151	(13.383)	1.708
Joao Dias	423	33	(426)	30
Jose da Penha	7.328	1.645	(7.328)	1.645
Jucurutu	10.805	1.942	(10.995)	1.752
Jundiá	1.697	445	(1.877)	265
Lagoa D'anta	2.637	78	(2.643)	72
Lagoa de Pedras	590	103	(644)	49
Lagoa de Velhos	1.598	127	(1.604)	121
Lagoa Nova	8.335	478	(8.384)	429
Lagoa Salgada	1.002	126	(1.012)	116
Lajes	7.275	1.143	(7.441)	977
Macaíba	42.089	15.026	(43.780)	13.335
Marcelino Vieira	5.636	1.551	(5.639)	1.548
Messias Targino	679	100	(693)	86
Montanhas	1.708	232	(1.763)	177
Monte Alegre	6.392	1.504	(6.658)	1.238
Nísia Floresta	18.814	7.778	(22.582)	4.010
Nova cruz	19.808	8.733	(19.947)	8.594
Olho-D'água do Borges	1.530	29	(1.539)	20
Ouro Branco	1.143	388	(1.177)	354
Paraná	1.782	1.094	(2.523)	353
Paraú	725	72	(725)	72
Parelhas	15.488	3.587	(15.537)	3.538
Passa e Fica	1.998	87	(2.034)	51
Patu	2.394	465	(2.400)	459
Pedra Grande	2.862	285	(2.926)	221
Pedro Avelino	2.736	804	(2.756)	784
Pedro Velho	5.463	7.627	(11.032)	2.058
Pilões	859	178	(861)	176
Poço Branco	2.067	426	(2.302)	191
Portalegre	1.250	117	(1.254)	113
Pureza	970	627	(1.461)	136
Rafael Fernandes	3.498	128	(3.506)	120
Rafael Godeiro	861	171	(868)	164
Riacho da Cruz	1.385	229	(1.387)	227
Riacho de Santana	968	180	(968)	180
Rodolfo Fernandes	813	127	(819)	121
Ruy Barbosa	2.689	347	(2.709)	327
Santa Cruz	-	-	-	-
Santa Maria	3.210	135	(3.210)	135
Santana do Matos	4.435	603	(4.435)	603
Santana do Seridó	8.206	1.430	(8.206)	1.430
Santo Antônio	4.888	704	(4.986)	606
São Bento do Norte	2.551	20	(2.551)	20
São Francisco do Oeste	822	60	(825)	57
São Gonçalo do Amarante	5.191	1.093	(5.191)	1.093
São Joao do Sabugi	2.568	230	(2.573)	225
São Jose de Mipibu	13.299	20.071	(29.325)	4.045
São Miguel	3.038	434	(3.138)	334
São Miguel de Touros	423	1	(423)	1
São Pedro	1.575	101	(1.578)	98
São Rafael	5.694	1.443	(5.703)	1.434
São Tome	4.317	696	(4.466)	547
São Vicente	1.358	216	(1.386)	188
Senador Elói de Souza	3.283	409	(3.333)	359
Senador Georgino Avelino	1.304	250	(1.353)	201
Serra de São Bento	1.958	632	(2.004)	586
Serrinha	978	199	(978)	199
Serrinha dos Pintos	1.765	118	(113)	1.770
Severiano Melo	3.842	252	(3.849)	245
Sitio Novo	1.405	184	(1.408)	181
Taboleiro Grande	709	35	(711)	33
Taipu	1.473	569	(1.723)	319
Tibau	5.424	467	(5.433)	458
Timbaúba dos Batistas	1.408	201	(1.522)	87
Touros	3.396	238	(3.465)	169
Triunfo Potiguar	926	1.880	(2.372)	434
Umarizal	4.703	1.096	(4.747)	1.052
Upanema	1.729	7	(181)	1.555
Várzea	1.353	261	(1.355)	259
Venha-ver	903	125	(904)	124
Vera Cruz	3.205	780	(3.273)	712
Viçosa	1.268	181	(1.270)	179
Vila Flor	819	260	(819)	260
Acari	2.385	1	-	2.386
Assu	4.033	-	-	4.033
Afonso Bezerra	592	-	-	592
Antônio Martins	482	-	-	482
Angicos	380	1	-	381
Apodi	3.442	-	-	3.442
Bodó	80	-	-	80
Bom Jesus	468	-	-	468
Januário Cicco	741	-	-	741
Coronel Ezequiel	184	15	-	199
Caicó	17.267	1	-	17.268
Carnaubais	467	-	-	467
Caraúbas	638	1	-	639
Carnaúba dos Dantas	464	-	-	464
Cruzeta	257	-	-	257
Equador	166	-	-	166
Florânia	1.735	-	-	1.735
Ipueira	111	-	-	111
Janduís	200	-	-	200
Jardim de Angicos	73	-	-	73
Jardim de Piranhas	2.625	-	(1)	2.624
Lajes Pintadas	309	-	(1)	308
Luís Gomes	577	-	-	577
Lucrécia	536	-	-	536
Macau	2.431	3	(1)	2.433
Monte das Gameleiras	167	-	-	167
Mossoró	40.539	524	(1)	41.062
Martins	342	8	-	350
Natal	178.936	440	-	179.376
Pedra Preta	29	4	-	33
Passagem	26	-	-	26
Pendências	1.664	-	-	1.664
Porto do Mangue	167	-	-	167
Pau dos Ferros	5.875	12	-	5.887
Parazinho	280	-	-	280
Parnamirim	23.819	243	-	24.062
Riachuelo	488	6	-	494
São José do Campestre	912	-	-	912
Presidente Juscelino	390	1	-	391
São José do Seridó	830	-	-	830
São Paulo do Potengi	1.058	206	-	1.264
São Bento do Trairí	570	1	-	571
São Fernando	79	2	-	81
Serra do Mel	297	-	-	297
Tangará	726	-	-	726
Tenente Laurentino Cruz	937	1	-	938
Tenente Ananias	187	14	-	201
Tibau do Sul	6.432	44	-	6.476
TOTAL	**741.033**	**128.494**	**(468.024)**	**401.503**

10. IMOBILIZADO

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27, os bens que compõem o ativo imobilizado, são bens tangíveis, mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos que se espera utilizar por mais de um período. O imobilizado da CAERN é composto, em sua maioria, pelas edificações e bens de uso geral pertencentes as unidades administrativas e sistemas adutores que se estendem em todo o Estado do Rio Grande do Norte. O imobilizado está assim distribuído:

	31/12/2023 Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido	31/12/2022 Custo Líquido
Terrenos	49.402	-	49.402	49.402
Edificações	16.211	(6.485)	9.726	10.245
Veículos leves	1.150	(893)	257	216
Veículos pesados	61	(31)	30	248
Móveis e utensílios	1.336	(771)	565	638
Equipamentos de informática	1.637	(1.113)	524	571
Máquinas e equipamentos	5.510	(2.093)	3.417	2.778
Benfeitorias	3.518	(1.790)	1.728	1.845
Sistema Adutor	1.170.920	(411.836)	759.084	771.116
Obras em Andamento	107.145	-	107.145	4.393
Total do Imobilizado	**1.356.890**	**(425.012)**	**931.878**	**841.452**

SISTEMA ADUTOR - IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Barragens	300	186
Poços	6.509	6.325
Redes Adutoras	1.038.122	1.037.683
Estações Elevatórias / Recalque	78.289	75.266
Estação de Tratamento de Água	20.462	19.316
Outros Bens do Sistema de Água	2.376	2.355
Reservatórios	24.777	23.470
Booster	7	7
Redes de distribuição	78	-
Total	**1.170.920**	**1.164.608**

REALIZAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR - IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO/DEPRECIAÇÃO/REALIZAÇÃO AAP	31/12/2023	31/12/2022
Barragens	(96)	(86)
Poços	(1.648)	(1.380)
Redes Adutoras	(371.574)	(356.352)
Estações Elevatórias / Recalque	(33.906)	(32.915)
Estação de Tratamento de Água	(358)	406
Outros Bens do Sistema de Água	(49)	26
Reservatórios	(4.200)	(3.187)
Booster	(5)	(4)
Redes de distribuição	-	-
TOTAL	**(411.836)**	**(393.492)**
CUSTO LÍQUIDO	**759.084**	**771.116**

A mutação do imobilizado ocorrida entre os períodos 31/12/2023 e 31/12/2022 foi a seguinte:

	Saldo Contábil líquido 31/12/2022	Aquisições	Alienações/ Baixas	(-) Perda Estimada	Transferências	Depreciação	Realização do APP	Saldo Contábil líquido 31/12/2023
Terrenos	49.402	-	-	-	-	-	-	49.402
Edificações	10.245	-	-	-	-	(344)	(175)	9.726
Veículos leves	216	-	-	-	13	(68)	96	257
Veículos pesados	248	-	-	-	(13)	(15)	(190)	30
Móveis e utensílios	638	-	(10)	-	30	(68)	(25)	565
Equipamentos de informática	571	-	-	-	55	(67)	(35)	524
Máquinas e equipamentos	2.778	-	(61)	-	1.058	(350)	(8)	3.417
Benfeitorias	1.845	-	-	-	-	(47)	(70)	1.728
Adutoras	771.116	-	(7)	(13)	6.360	(16.715)	(1.657)	759.084
Obras em andamento	4.393	25.363	-	-	77.389	-	-	107.145
Total	**841.452**	**25.363**	**(78)**	**(13)**	**84.892**	**(17.674)**	**(2.064)**	**931.878**

O Imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção menos as despesas de depreciação e perdas ao valor recuperável, quando houver, totalizando assim o valor líquido contábil. Compõe ainda o valor do imobilizado outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em totais condições de funcionamento, incluindo os juros provenientes de financiamentos incorridos na data da aquisição até a data de entrada do bem em funcionamento. Com base em um julgamento técnico detalhado dos bens que integram o imobilizado, foi estimada a vida útil econômica, considerando as características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que possuem influência na vida útil. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil ilimitada. O método de depreciação utilizado é o método linear que consiste na variação uniforme durante a vida útil do bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão detalhadas na tabela abaixo:

	Anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Adutoras	30 a 60 anos
Benfeitorias	20 a 67 anos

Os custos subsequentes quando provável que gerem futuros benefícios econômicos e a vida útil for superior a 12 (doze) meses são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, atendendo ao Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado. O teste de recuperabilidade nos bens do imobilizado são revisados no mínimo anualmente com a finalidade de identificar evidências de perdas estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Após a realização do teste de recuperabilidade (impairment) no imobilizado da Companhia, que ocorreu em setembro de 2023, considerando as particularidades dos ativos da Companhia e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, evidenciou-se que o valor real líquido recuperável do ativo imobilizado, estimado por meio do valor em uso, é superior ao valor registrado na contabilidade, não sendo necessário o reconhecimento de perdas ao valor recuperável no exercício em curso. A Companhia finalizou o exercício de 2023 com o montante de R$ 107.144.687,62 (cento e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) nas contas de obras em andamento do ativo imobilizado. Destaca-se ainda, que em dezembro de 2023 foi realizado um leilão abrangendo os bens inservíveis dos grupos de móveis, informática e máquinas do imobilizado e intangível da Companhia, no qual promoveu uma redução no ativo imobilizado na ordem de R$ 71.038,81 (setenta e um mil, trinta e oito reais e oitenta e um centavos). Vale apontar que as baixas dos bens leiloados foram apresentadas na coluna das alienações/baixas, e que as mesmas seguiram o regime de competência conforme a receita auferida. A Companhia adotou a política de constituição de perda estimada, conforme preceitua as normas contábeis vigentes, com viés voltado para apuração de responsabilidade nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens.

11. INTANGÍVEL

A Companhia reconhece como Ativos Intangíveis os bens ligados a atividade de concessão de prestação de serviço e prestação direta do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios em que a Companhia celebrou termo de prestação direta do serviço, em consonância com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a autorização do colegiado da microrregião, e fundamento no CPC00 na aplicação do princípio contábil da essência sobre a forma. Com o advento da prestação direta do serviço da Companhia nos 104 (cento e quatro) municípios, foi revertido do ativo financeiro para o ativo intangível a importância de R$ 467.731.428,52 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente ao reconhecimento da prestação direta nos 102 (cento e dois) municípios, considerando o prazo final de 2051. A Companhia dispõe contrato de concessão vigente com 48 (quarenta e oito) municípios e 104 (cento e quatro) termo de prestação direta até o ano de 2051, distribuídos nas Microrregiões Litoral-Seridó, com a participação de 29 municípios, e a Central-Oeste com a participação de 19 municípios. A amortização do ativo intangível inicia no momento em que o ativo estiver no local e com totais condições de uso pela Companhia e cessa no momento em que o ativo estiver totalmente consumido ou no momento da sua baixa, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão. O valor amortizável do intangível com vida útil definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil. O método utilizado para a amortização dos intangíveis é o método linear com base na vida útil estimada dos bens, conforme detalhamento a seguir:

	Anos
BARRAGENS	30 a 60 anos
POCOS	60 anos
OUTROS BENS DO SISTEMA DE AGUA	10 anos
RESERVATORIOS	20 a 60 anos
BOOSTER	10 anos
REDES DE DISTRIBUICAO	30 a 80 anos
REDES ADUTORAS	30 a 80 anos
ESTACOES ELEVATORIAS / RECALQUE	25 anos
ESTACOES TRATAMENTO DE AGUA	60 a 67 anos
RAMAIS	5 anos
REDES COLETORAS	30 a 80 anos
ESTACOES ELEVATORIAS	25 anos
ESTACOES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE)	60 a 67 anos
ARRENDAMENTO FINANCEIRO	5 a 13 anos
DIREITO DE USO DA CONCESSAO	25 anos
HIDRÔMETROS	5 anos
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10 anos
BENS DE USO GERAL	5 a 20 anos
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	10 anos
SOFTWARE	5 anos

A companhia realiza o teste de recuperabilidade para todos os ativos intangíveis conforme preceitua o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Destaca-se que o teste de recuperabilidade (impairment) no ativo intangível foi realizado na competência de setembro de 2023 e verificou-se que o valor real líquido recuperável do ativo intangível é superior ao valor registrado na contabilidade, não sendo necessário o reconhecimento de ajuste no exercício em curso. As licenças de software adquiridas são registradas com base no custo de aquisição acrescidos de custos necessários para que estejam prontos para utilização, e têm como vida útil uma média de 5 anos, porém, caso fique claro no contrato de aquisição que será utilizado por mais ou menos tempo, a vida útil e consequentemente a taxa de depreciação serão alteradas. Os valores residuais dos ativos intangíveis são reconhecidos como ativo financeiro, após deduzidas suas respectivas amortizações acumuladas projetadas até a data do fim da concessão, com base em sua vida útil. A transferência dos bens de obras em andamento para bens em operação ocorre com a devida formalização do Termo de Encerramento pela comissão de recebimento de obras criada para este fim, comprovando o encerramento da mesma e consolidando as informações necessárias para a escrituração contábil e patrimonial. A Companhia adotou a política de constituição de perda estimada, conforme preceitua as normas contábeis vigentes, com viés voltado para apuração de responsabilidade nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens. Em 2023, foi realizado a constituição para perda, na qual finalizou o ano com o valor de R$ 78.552,51 (setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), referente a bens sinistrados que serão baixados após a venda em leilão. Foi concluído também em 2023 a obra de um Prédio Administrativo no município de Parnamirim, totalizando um investimento de R$ 151.458,11 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e onze centavos). Também foi concluída a obra nos reservatórios de Monte das Gameleiras no valor de R$ 683.223,96 (seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos) e de Triunfo Potiguar no valor de R$ 707.448,75 (setecentos e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Ainda no exercício corrente, foi parcialmente reconhecida a obra do Sistema de Esgotamento Sanitário de Assú no montante correspondente a R$ 8.452.334,46 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos). Destaca-se ainda, que em dezembro de 2023 foi realizado um leilão abrangendo os bens inservíveis dos grupos de móveis, informática e máquinas do imobilizado e intangível da Companhia, no qual promoveu uma redução no ativo intangível na ordem de R$ 52.368,38 (cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos). Vale apontar que as baixas dos bens leiloados foram apresentadas na coluna das alienações/baixas, e que as mesmas seguiram o regime de competência conforme a receita auferida. O CPC 06(R2), item 47, destaca a forma de apresentar os valores de arrendamento financeiro (arrendamento mercantil), sendo por meio de Notas explicativas ou pela criação de um grupo específico no Balanço patrimonial. Atualmente, a Companhia optou em destacar os valores por meio de Nota Explicativa, porém, com o intuito de manter a transparência e clareza nos dados, foi promovido um entendimento em que a apresentação por meio de um grupo específico no Balanço patrimonial irá propiciar finura e compreensão.

O ativo intangível está assim distribuído:

	31/12/2023 Custo Corrigido	Amortização acumulada	Transferência para Ativo Financeiro	Custo Líquido	31/12/2022 Custo Líquido
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	510.474	(56.598)	232.200	686.076	482.104
Sistemas de abastecimento de esgoto sanitário	271.321	(21.751)	101.370	350.940	262.149
Bens de uso geral	45.495	(6.254)	5.960	45.201	38.370
	827.290	**(84.603)**	**339.530**	**1.082.217**	**782.623**
Em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	155.723	-	-	155.723	212.062
Investimentos Capitalizáveis - SAA	6.745	-	-	6.745	4.683
Estoque para obras - SAA	2.192	-	-	2.192	4.105
Sistemas de abastecimento de esgoto	708.759	-	-	708.759	632.376
Investimentos Capitalizáveis - SES	20.248	-	-	20.248	13.215
Estoque para obras - SES	5.906	-	-	5.906	5.832
Bens de uso geral	483	-	-	483	113
Investimentos Capitalizáveis - BUG	-	-	-	-	-
Estoque para obras - BUG	-	-	-	-	-
	900.056	**-**	**-**	**900.056**	**872.386**
Reserva Técnica					
Bens em reserva técnica	25.203	-	-	25.203	13.369
Direito de Concessão de Uso					
Município de Parnamirim	33.850	(1.208)	-	32.642	33.850
	1.787.259	**(96.671)**	**339.530**	**2.040.118**	**1.702.228**

	Período base findo em 31/12/2022 Custo Líquido (sem a reclassificação)	(+/-) Reclassificação	Custo Líquido (após a reclassificação)
Intangível líquido (Nota 11)	1.725.530	(23.302)	1.702.228
Arrendamento Financeiro (Nota 12)	-	23.302	23.302
	1.725.530	**-**	**1.725.530**

As mutações ocorridas no intangível referente ao período entre janeiro de 2023 a dezembro de 2023, foi a seguinte:

	Saldo Contábil Líquido em 31/12/2022	Aquisições/ Adições	Transferências	Baixas	Alienações	Perda Estimada	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	Transferência para Ativo Financeiro	Amortização	Saldo Contábil Líquido em 31/12/2023
Sistemas de abastecimento de água	482.104	-	28.462	(24)	(52)	(16)	(33.941)	232.200	(22.657)	686.076
Sistemas de esgoto sanitário	262.149	-	9.170	-	-	-	(13.114)	101.370	(8.637)	350.939
Bens de uso geral	38.370	-	7.191	(2)	-	(63)	(2.424)	5.960	(3.829)	45.202
Obra em andamento sistema de abastecimento d'água	212.062	27.276	(83.615)	-	-	-	-	-	-	155.723
Investimentos Capitalizáveis-SAA	4.683	3.473	(1.411)	-	-	-	-	-	-	6.745
Estoque Para Obras-SAA	4.105	-	(1.913)	-	-	-	-	-	-	2.192
Obras Em Andamento Sistema De Esgoto Sanitário	632.376	88.754	(12.370)	-	-	-	-	-	-	708.759
Investimentos Capitalizados-SES	13.215	7.724	(691)	-	-	-	-	-	-	20.248
Estoque Para Obras-SES	5.832	-	74	-	-	-	-	-	-	5.906
Obras Em Andamento Bens De Uso Geral	113	521	(151)	-	-	-	-	-	-	483
Investimentos Capitalizados-BUG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoque Para Obras-BUG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Técnica	13.369	35.869	(24.036)	-	-	-	-	-	-	25.203
Arrendamento Financeiro	23.300	2.197	(14.637)	-	-	-	-	-	(10.860)	-
Direito de Concessão de Uso	33.850	-	-	-	-	-	-	-	(1.208)	32.642
Total	**1.725.530**	**165.814**	**(93.927)**	**(26)**	**(52)**	**(79)**	**(49.479)**	**339.530**	**(47.191)**	**2.040.118**

12. DIREITO DE USO ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconhece como direito de uso de arrendamento mercantil, os contratos em que são transmitidos o direito de usar o ativo por um período determinado, mediante pagamento.
O direito de uso de arrendamento mercantil da Companhia está assim distribuído:

Arrendamento Mercantil	31/12/2023 Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Custo Líquido	31/12/2022 Custo Líquido
Direito de uso de veículos	31.043	(31.043)	-	5.107
Direito de uso de máquinas e equipamentos	24.090	(21.069)	3.021	7.718
Direito de uso de bens imóveis	22.327	(14.435)	7.892	10.477
Total do arredamento	**77.460**	**(66.547)**	**10.913**	**23.302**

	Período base findo em 31/12/2022 Custo Líquido (sem a reclassificação)	(+/-) Reclassificação	Custo Líquido (após a reclassificação)
Intangível líquido (Nota 11)	1.725.530	(23.302)	1.702.228
Arrendamento Financeiro (Nota 12)	-	23.302	23.302
	1.725.530	**-**	**1.725.530**

13. FORNECEDORES

Nesse grupamento de contas contábeis estão registradas as obrigações da companhia devidas em virtude da aquisição de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, bem como as obrigações oriundas da execução de obras de engenharia, sendo estas realizadas com recursos próprios ou com recursos vinculados.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	**28.174**	**22.219**
Recursos Próprios	24.738	19.857
Recursos Vinculados	3.436	2.362
Outras contas a pagar	**723**	**1.734**
Total dos fornecedores	**28.897**	**23.953**

Entende-se como Fornecedores – Recursos vinculados às obrigações a pagar referentes às obras de engenharia que foram executadas pelos empreiteiros e que possuem o recurso financeiro garantido através de uma conta bancária vinculada, conforme elucidada na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa, onde a CAERN figura como Interveniente Executor nos contratos de repasse. Já a conta Fornecedores – Recursos próprios contempla as demais obrigações constituídas que serão pagas com recursos financeiros livres, conforme evidenciado na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa. Compõem o grupo de Outras contas a pagar: a conta depósito para garantia contratual que se refere a exigência de garantia a fim de assegurar a execução de contrato nos casos de licitação, onde modalidades que a Companhia trabalha são caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária; e a conta de depósitos não identificados são os valores creditados nas contas bancárias e que ainda não foram identificados. Ao final do exercício de 2023 a conta Fornecedores e Outras Contas a Pagar acumulou o saldo de R$ 28.896, aumento de R$ 4.943 em relação ao exercício de 2022, que acumulou o saldo de R$ 23.953. Essa redução deve-se ao cumprimento das relações contratuais pela Companhia perante os seus fornecedores, com os pagamentos realizados dentro do prazo previsto.

13.1. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO COM RECURSOS VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos Vinculados	22.358	15.785
(-) Fornecedores - Recursos Vinculados	(3.436)	(2.362)
(=) Capital Circulante Líquido Vinculado	**18.922**	**13.423**

O Capital Circulante Líquido com Recursos Vinculados demonstra a diferença entre os recursos vinculados (Bancos e Aplicações Financeiras – Recursos Vinculados) e os Fornecedores – Recursos Vinculados, com intuito de evidenciar a liquidez da empresa e sua capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo junto aos fornecedores. As disponibilidades de recursos do Capital Circulante Líquido com Recursos Vinculados são utilizadas para o pagamento das obrigações vinculadas às obras de saneamento delimitadas no contrato de repasse em que a Companhia figura como Interveniente Executor e para garantir o cumprimento de obrigações contratuais dos fornecedores com a Companhia. A partir do demonstrativo exibido, verifica-se que em 31/12/2023 a companhia dispunha da importância financeira, vinculada à execução de obras de saneamento, o valor de R$ 22.358, após dedução dos compromissos já firmados, obtém-se a importância de R$ 18.922, um aumento na disponibilidade financeira de R$ 5.499, já que em 31/12/2022, a quantia disponível líquida era de R$ 13.423

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

As mutações ocorridas no 4º trimestre de 2023 referente aos empréstimos, financiamentos e debêntures, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores estão descritas abaixo:

Descrição	Banco Sofisa - CCB	Banco Santander - CCB	Debêntures 1ª Emissão - Série única	Total
Taxas de Juros Anual	13,3537%	2,97% + CDI	4,00%	-
Indexador	-	-	CDI	-
Término do Contrato	26/07/2023	12/01/2027	19/01/2028	-
Saldo Devedor em 31/12/2022	**6.253**	**-**	**-**	**6.253**
(+) Adições	-	60.000	370.000	430.000
(-) Amortizações	(6.509)	(15.385)	-	(21.894)
(+) Juros/Variação monetária	256	8.242	-	8.498
Saldo Devedor em 31/12/2023 (antes dos custos de transação)	**-**	**52.857**	**370.000**	**422.857**
(-) Custos de transação	-	(1.310)	(4.986)	(6.296)
Saldo Devedor em 31/12/2023 (após os custos de transação)	**-**	**51.547**	**365.014**	**416.561**
%	0,0	12,4	87,6	100,0
Empréstimos e Financiamentos				51.547
Debêntures				365.014

Apresentamos a seguir, o perfil da divida dos empréstimos, financiamentos e debentures, em relação ao cronograma de vencimento.

Descrição	Debêntures 1ª emissão - série única	Empréstimos	Saldo devedor	%
Até 12 meses	-	17.143	17.143	4,1
de 13 a 24 meses	120.000	17.143	137.143	32,4
de 25 a 36 meses	120.000	17.143	137.143	32,4
de 37 a 48 meses	120.000	1.428	121.428	28,7
de 48 a 60 meses	10.000	-	10.000	2,4
Total	**370.000**	**52.857**	**422.857**	**100**

14.1. DESCRITIVOS DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade de Debêntures	Pagamentos Amortização	Pagamentos Juros
Banco Santander - CCB	2023	2027	60.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 1ª emissão - Série Única	2023	2028	370.000	370.000	2025	Mensal

- Continua -

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

14.2. COMPOSIÇÃO POR VENCIMENTO DO DESEMBOLSO FINANCEIRO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	Saldo em 31/12/2023
Banco Santander	17.143	17.143	17.143	1.428	-	52.857
Debêntures 1ª Emissão	-	120.000	120.000	120.000	10.000	370.000
Total Programado por ano	**17.143**	**137.143**	**137.143**	**121.428**	**10.000**	**422.857**

14.3. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – (i) Banco SOFISA – A Companhia adquiriu em 25 de julho de 2019 um contrato de empréstimo junto ao Banco SOFISA, tipo CCB para capital de giro com as seguintes características: taxa de juros de 14,57% a.a., em 54 parcelas, sendo: 06 meses de carência e 48 amortizações. A data de liquidação do empréstimo é em 26 de julho de 2023. Na operação, a Companhia deu como garantia o direito de recebimento das faturas de água, coleta e tratamento de esgoto, totalizando o montante da garantia de R$ 3.000.000. Salienta-se que o referido valor é desbloqueado, mensalmente, no momento em que o pagamento da parcela do empréstimo é efetuado. Em novembro de 2021 foi reconhecido na contabilidade a renegociação da redução da taxa de juros do empréstimo que baixou de 14,57% a.a. para 13,35% a.a. O empréstimo foi liquidado em 26/07/2023. **(ii) Banco SANTANDER –** Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia captou R$ 60 milhões junto ao Banco Santander, tipo CCB, para serem destinados à renovação da frota de veículos pesados e capital de giro com as seguintes características: taxa de juros pré-fixada de 2,97% a.a. atrelado a CDI de taxa pós-fixada, em 48 meses, sendo: 06 meses de carência e 42 amortizações fixas de R$ 1.428.571. A data de liquidação do empréstimo é em 12 de janeiro de 2027. Para concretização da operação, foi assinado um Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios com o Banco Santander. Assim, a Companhia pactuou a cessão dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Arrecadação nº 22.01986 firmado entre a Companhia e o Banco na data de 9 de setembro de 2022, dando como garantia o fluxo de recebíveis equivalente a 2,5 (duas e meia) parcelas de principal mais juros remuneratórios mensais, acrescido dos demais encargos previstos na Célula, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas naquele mês, sendo, após a liquidação, liberada a garantia para a Companhia. **(iii) Debêntures –** Com a finalidade de financiar a conclusão das obras em andamento, que visam garantir a continuidade da empresa, bem como garantir o cumprimento das metas universais do Saneamento até 2033, a Companhia, em 19 de janeiro de 2023, por meio do coordenador líder – O Banco Santander (Brasil) S.A., sob regime de firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, em Série Única, realizou a 1ª emissão de debêntures simples e, portanto, não conversíveis em ações pela emissora, sendo emitidas 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures simples com o valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), totalizando um montante de R$ 370 milhões. A data do vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 19 de janeiro de 2028 ("data de vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, conforme previstas na escritura de emissão. As debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no comunicado a que se refere o artigo 7-A da Instrução Normativa CVM 476, durante o prazo de colocação das debêntures previsto no artigo 8-A, da Instrução CVM 476, sendo que as debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Os pagamentos das parcelas do serviço da dívida serão feitos mediante aporte do valor devido na conta de liquidação da operação, utilizando-se dos procedimentos adotados pela B3. Ocorrendo impontualidade no pagamento, de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata temporis. A Caern poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas realizar o resgate antecipado da totalidade, mas não parcialmente, das debêntures a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data da Emissão, ou seja, a partir de 19 de janeiro de 2025. No referido contrato, a CAERN deu como garantia os recebíveis decorrentes dos serviços prestados pela Companhia em municípios com contrato, desde que estejam livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus (exceto pela Cessão Fiduciária). O valor garantido corresponde a 130% da próxima prestação do serviço da dívida. **14.3.1. Cláusulas Contratuais restritivas – Covenants –** Os covenants e as cláusulas restritivas vinculados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos da 1ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
Dívida líquida financeira / EBITDA	Igual ou inferior a 3,5

Para o contrato da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, a Companhia, além de concluir os empreendimentos e dar funcionalidade a eles, deverá manter durante toda a vigência do contrato o índice limite, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. Caso a Companhia não conclua as obras ou descumpra os covenants, se não sanado em até 10 dias consecutivos contados do respectivo descumprimento, o agente fiduciário poderá solicitar o vencimento antecipado da dívida.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os valores registrados em arrendamentos representam o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas, reflexo da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos possuem vencimento até dezembro de 2026, com amortizações e juros pagos mensalmente. A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 16,06% a.a. para locação de veículos, bens imóveis e equipamentos.

As mutações ocorridas no 4º trimestre de 2023 referente aos arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimento e saldos devedores estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	(+) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	Saldo em 31/12/2023
CIRCULANTE						
Arrend Mercantil - Direito de Uso	15.340	123	(18.266)	2.548	7.648	7.393
	15.340	**123**	**(18.266)**	**2.548**	**7.648**	**7.393**
NÃO CIRCULANTE						
Arrend Mercantil - Direito de Uso	10.138	1.096	-	-	(7.648)	3.586
	10.138	**1.096**	**-**	**-**	**(7.648)**	**3.586**
Total	**25.478**	**1.219**	**(18.266)**	**2.548**	**-**	**10.979**

15.1. COMPOSIÇÃO POR VENCIMENTO DOS ARRENDAMENTOS – As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de arrendamentos vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

Descrição	2024	2025	2026	2027	Saldo em 31/12/2023
Arrendamentos	7.393	3.087	474	25	10.979
Total Programado por ano	**7.393**	**3.087**	**474**	**25**	**10.979**

O saldo em 31/12/2023 está demonstrado a seguir:

	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	31/12/2023 Valor Presente dos Pagamentos Futuros	31/12/2022 Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamentos				
Até um ano	8.439	(1.046)	7.393	15.340
Mais de um ano e menos que dois anos	3.408	(321)	3.087	6.636
Mais de dois anos e menos de três anos	488	(14)	474	3.048
Mais de três anos e menos de cinco anos	27	(2)	25	454
	12.362	**(1.383)**	**10.979**	**25.478**

No que diz respeito ao arrendamento, é possível verificar uma variação significativa ao comparar o saldo do exercício de 2023, que acumulou o quantitativo de R$ 10.979 com o exercício de 2022, que acumulou o quantitativo de R$ 25.478, no qual resultou em uma variação de R$ 14.499. Essa variação refere-se à conclusão de alguns contratos de arrendamento.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a recolher		
Programa de Integração Social (PIS)	1.053	1.058
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	4.930	5.014
Taxa de Licença Municipal	1	1
Taxa de Limpeza Pública	-	-
Taxa de Permissão Especial de Uso da faixa de Domínio – DNIT	215	-
ICMS	31	8
Taxa de Licença Estadual	4	6
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	11	11
Taxa de Fiscalização a Pagar	8.136	7.020
CSLL a Recolher	-	214
IRPJ a Pagar - Estimativa	-	4.130
CSLL a Pagar - Estimativa	933	3.323
IRPJ – Reinvestimento SUDENE	1.593	-
PIS Diferido	310	-
COFINS Diferido	1.428	-
	18.645	**20.785**
Tributos retidos a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	4.622	2.972
Imposto sobre Serviços (ISS) Retido na Fonte	591	480
INSS Retido na Fonte	1.267	832
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	381	362
	6.861	**4.646**
Total das Obrigações Tributárias	**25.506**	**25.431**

16.1. PIS E COFINS – As receitas operacionais, juros ativos, rendimentos de aplicações financeiras e locações de imóveis estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS). As alíquotas de 1,65% e 7,6% de PIS e COFINS, respectivamente, incidem sobre as receitas operacionais e locação de imóveis. As alíquotas de 0,65% e 4% de PIS e COFINS, respectivamente, incidem sobre as receitas financeiras. Os saldos do PIS e COFINS contabilizados no passivo são compensadas com os créditos contabilizados no ativo, gerando um valor a recolher caso os débitos sobre a receita superem os créditos. No caso da CAERN totalizaram, ao final do exercício de 2023, o saldo de R$ 5.983, enquanto o exercício de 2022 acumulou o montante de R$ 6.072. **16.2. TAXA DE LICENÇA –** A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento dos estabelecimentos em que a Companhia executa suas atividades. **16.3. TAXA DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO – DNIT –** A faixa de domínio é a área adjacente às rodovias federais, por onde são construídos acessos a imóveis ou comércios e também por onde passam alguns tipos de infraestrutura, como por exemplo para o saneamento. O órgão criou o TPEU (Termo de Permissão Especial de Uso), que será obrigatório para qualquer tipo de ocupação das faixas de domínio sob responsabilidade do órgão. **16.4. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) –** O IPTU é um imposto brasileiro, com previsão na Constituição Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana. O Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Recurso Extraordinário 858.893 (anexo), reconheceu, precariamente, a imunidade tributária à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. Já por meio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, a Companhia vem impetrando várias ações perante algumas Prefeituras, acerca da cobrança do IPTU perante a companhia, haja vista a tese da Imunidade Tributária. Recentemente, várias decisões foram favoráveis à Companhia, reconhecendo a tese da Imunidade tributária e, diante destas decisões e retornos positivos das Prefeituras, houve uma reversão parcial da conta de IPTU após aval do setor jurídico da CAERN. **16.5. TAXA DE FISCALIZAÇÃO A PAGAR –** Corresponde ao pagamento à ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – ARSEP/RN) pelo exercício das atividades de regulação e fiscalização, por meio de cobrança de Taxa de Fiscalização de Serviço Público – TFSP, no percentual de 1,5% sobre o faturamento líquido anual da concessionária (CAERN) junto ao município fiscalizado. As referidas taxas ao final do exercício de 2023 contabilizaram um montante de R$ 8.136. **16.6. IRPJ A RECOLHER –** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é um tributo federal brasileiro cobrado e específico para empresas com cadastros jurídicos, bem como todas as empresas que são registradas ou não, além de empresas estatais, pertencentes a sociedades mistas, estabelecimentos em estado de falência ou de negócios rurais. A alíquota utilizada pela CAERN é 15%, aplicada sobre o lucro fiscal, ou seja, após as adições e exclusões efetuadas sobre os lançamentos constantes do LALUR (livro de Apuração do Lucro Real), acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder ao valor resultante da multiplicação de R$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo período de apuração, devido a mesma ser optante pelo Lucro Real. **16.7. CSLL A RECOLHER –** A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é um tributo federal brasileiro que incide sobre o lucro líquido do período-base, antes da provisão para o imposto de renda. É devida pelas pessoas jurídicas e entes equiparados pela legislação do IR destinando-se ao financiamento da Seguridade Social. A alíquota utilizada pela Companhia é 9%, aplicada sobre o lucro fiscal, devido a mesma ser optante pelo Lucro Real. **16.8. IRPJ E CSLL A PAGAR – ESTIMATIVA –** No regime de tributação pelo Lucro Real, alternativamente à apuração trimestral, a pessoa jurídica pode optar pelo pagamento mensal dos tributos por estimativa, com opção de apurar o Lucro Real no decorrer do ano, mediante levantamento de balanços ou balancetes periódicos, com base nos quais poderá reduzir ou suspender os pagamentos mensais dos tributos. **16.9. IRPJ – REINVESTIMENTO DA SUDENE –** Como a CAERN situa-se na área de atuação da Sudene, atua no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerado prioritário para concessão do benefício fiscal e atende aos demais critérios requeridos, no exercício de 2023 a Companhia obteve o benefício fiscal da Sudene e, com isso, destinou 30% do valor do IRPJ devido no período, totalizando o montante de R$ 1.593, para a realização de reinvestimentos em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. **16.10. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) –** O valor da conta corresponde a soma do Imposto de Renda Retido sobre os serviços tomados de terceiros com o Imposto de Renda Retido sobre a folha de pagamento, sendo as alíquotas de IRRF sobre serviços tomados de 1% ou 1,5%, dependendo do serviço contratado, totalizando ao final do exercício de 2023 o valor de R$ 4.622, enquanto o ano de 2022, o valor totalizado foi R$ 2.972. **16.11. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS – ISS RETIDO SOBRE SERVIÇOS TOMADOS –** O ISS (Imposto Sobre Serviços) é um tributo que incide sobre a prestação de serviços, sendo de competência dos municípios e do Distrito Federal e disciplinado pela Lei Complementar nº 116, de 2003. Em alguns casos a legislação atribui a responsabilidade do pagamento do referente tributo ao tomador do serviço, sendo esse obrigado a reter e recolher aos cofres públicos o valor do tributo. A Companhia, na condição de substituto tributário, reteve sobre os serviços tomados de terceiros, e deixando o valor em aberto ISS referente ao exercício de 2023 o valor de R$ 591 e em 2022 o valor foi de R$ 480. **16.12. INSS RETIDO NA FONTE –** Esta conta contábil se refere ao INSS retido sobre os serviços tomados de terceiros, onde as alíquotas são em regra geral 11%, e 3,5% para os serviços que enquadram na desoneração da folha e que as empresas fizeram a opção por ela. O valor do INSS retido na fonte totalizou ao final do 4º trimestre de 2023 o valor de R$ 1.267, enquanto no exercício de 2022, o valor foi de R$ 832. **16.13. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RETIDAS NA FONTE –** Corresponde à soma dos tributos PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte sobre os serviços tomados de terceiros, sendo as alíquotas de 0,65%, 3% e 1%, respectivamente, totalizando no exercício 2023 o valor de R$ 381, enquanto no exercício de 2022, o valor foi de R$ 362. **16.14. ICMS –** O ICMS apresentado no exercício de 2023, correspondente a R$ 31, se deu pelo leilão realizado pela CAERN na venda de seus bens e de sucata. **16.15. PIS E COFINS DIFERIDOS –** Conforme previsto no art. 7º da Lei nº 9.718/98, nos casos de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, o pagamento das contribuições para PIS e COFINS poderá ser diferido, pelo contratado, até a data do recebimento do preço.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Folha de pagamento e encargos		
Salários a pagar dos funcionários	9.500	8.955
Participação no lucro e resultado (PLR)	10.782	3.437
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	4.853	4.699
Contribuição Sindical	-	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.604	1.533
Sesi / Senai / Sebrae	45	108
Consignações a recolher	2.951	1.864
	29.735	**20.596**
Férias e encargos	22.965	21.204
	52.700	**41.800**

17.1. SALÁRIOS A PAGAR DOS FUNCIONÁRIOS – Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados, e baixados conforme o pagamento até a data do balanço, sua escrituração é realizada pelo regime de competência de acordo com a data do fato gerador. **17.1.1. Participação no lucro e resultado (PLR) –** Regulado pela Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, o valor da PLR é objeto de negociação entre a empresa e seus empregados e pode ser utilizado para deduzir a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, visto que é considerado com uma despesa operacional. A partir do valor utilizado como JCP de R$ 16.457 (Nota explicativa 21.1), foi calculado o Lucro líquido que serviu de base para o cálculo da participação no lucro e resultado, apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido antes do CSLL e IR	83.305	27.703
(-) CSLL antes do PLR	(5.467)	(1.811)
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ e PLR	77.838	25.892
(-) IRPJ antes do PLR	(5.960)	(12.144)
(=) Lucro Líquido antes do PLR	71.878	13.748
PLR (Lucro Líquido)	**10.782**	**3.437**

Conciliação do Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido antes da PLR, da CSLL e IR (a)	83.305	27.703
(-) PLR	(10.782)	(3.437)
(=) Lucro Líquido antes da CSLL e IR	**72.523**	**24.266**

17.2. INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL (INSS) – A partir do mês de janeiro de 2023, entraram em vigor as novas faixas de contribuição do INSS para os colaboradores. De acordo com a reforma da previdência aprovada em 2019, o cálculo passa a ser progressivo com as alíquotas aplicadas a cada faixa salarial. O saldo da Provisão de INSS é referente ao mês de dezembro com vencimento para janeiro de 2024. **17.3. FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) –** FGTS foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de proteger o trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contra despedidas sem justa causa. O depósito equivale a 8% do salário pago, sendo realizado todo mês pela Empresa. O saldo do FGTS registra a provisão do mês de dezembro de 2023, com vencimento para janeiro de 2024. **17.4. SESI / SENAI / SEBRAE –** Refere-se aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento que são repassados, mensalmente, ao Setor "S" - Sesi / Senai / Sebrae. **17.5. CONSIGNAÇÕES A RECOLHER –** É composta por operações de créditos e pensão alimentícia. A Operação de crédito por ocasião da rescisão do Contrato Individual de Trabalho, firmado entre a CAERN e o Empregado contemplado neste acordo, fica a primeira autorizada a efetuar, no respectivo recibo rescisório, o desconto do saldo devedor do empregado, até o limite permitido em Lei, originário de operação de crédito ou assemelhados, realizada mediante consignação em folha de pagamento, com instituições comerciais e financeiras ou entidades de previdência privada, nas quais tenha interveniência da CAERN ou do sindicato sob qualquer forma. **17.6. FÉRIAS E ENCARGOS –** Composto por provisões de férias, provisões de INSS sobre Férias e provisões de FGTS sobre Férias. A variação de saldo é principalmente em virtude do reajuste salarial de 3,83% resultante da inflação acumulada apurada pelo INPC, aplicado nos salários da TABELA SALARIAL a partir de maio de 2023, conforme acordo coletivo de 2022/2024.

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E ACORDOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Acordos Judiciais	4.132	2.994
Benefícios pós-emprego	1.004	2.958
	5.136	**5.952**
Não-Circulante		
Acordos Judiciais	-	-
Benefícios pós-empego	183	456
	183	**456**
Total Líquido	**5.319**	**6.408**

Em 31/12/2023, os acordos judiciais e os benefícios pós-emprego apresentam o saldo de R$ 5.319, variação de R$ 1.089 em relação a 2022 que apresentou o valor de R$ 6.408.

18.01. ACORDOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Precatórios a pagar	4.132	2.994
Total Líquido	**4.132**	**2.994**

Informamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) "julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN". Em 30/11/2023, a companhia pagou as 17 ações que estavam classificadas nos precatórios trabalhistas de 2022 no valor de R$ 2.358 e 14 ações que estavam classificadas nos precatórios trabalhistas de 2023 no valor de R$ 761. Em 20/12/2023, foram pagas as 03 ações cíveis classificadas nos precatórios em 2022. Em novembro de 2023, foram classificadas nos precatórios, com vencimento em 2024, os precatórios trabalhistas e cíveis. O saldo no final do exercício de 2023 correspondente a R$ 4.132 é referente a 02 ações cíveis no valor de R$ 81, conforme ofício nº 6858/2023 – AUT/DIPRE do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, e 57 ações trabalhistas no valor de R$ 3.677, conforme ofícios nº 007/2023 e nº 071/2023 do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Os precatórios estão sendo atualizados pela SELIC e o valor da atualização monetária do ano de 2023 corresponde a R$ 374.

18.02. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios pós-emprego – Passivo circulante	1.004	2.958
Benefícios pós-emprego – Passivo não circulante	183	456
	1.187	**3.414**

A Companhia adota procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19) e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), no tocante aos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. A Companhia possui benefícios pós-emprego, destinados ao desligamento de empregados a partir da efetivação da rescisão do contrato de trabalho. Ao empregado que solicite demissão ou que receba aviso prévio, a Companhia concederá prêmio em 02 (duas) opções de premiação: **1º Opção:** O prêmio será pago em 28 (vinte e oito) parcelas mensais iguais e sucessivas, por cada ano de serviço efetivamente prestado à Companhia, no limite de 35 anos. **2º Opção:** O prêmio será pago no valor equivalente a 3 (três) pisos salariais vigentes por cada ano de serviço prestado à Companhia, no limite de 35 anos, sendo distribuído em 50% (cinquenta por cento) no ato da rescisão contratual e os outros 50% (cinquenta por cento) pagos em 15 (quinze) parcelas iguais e sucessivas.

19. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	(+) Aderência	(–) Amortizações	(–) Compensações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	Saldo em 31/12/2023
CIRCULANTE							
Parcelamento da Lei Nº 11.941/2009	312	-	(317)	-	5	-	-
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	42	-	(58)	-	-	58	42
Parcelamento Municipal	1.674	-	(1.825)	-	152	1.614	1.615
	2.028	**-**	**(2.200)**	**-**	**157**	**1.672**	**1.657**
NÃO CIRCULANTE							
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	351	-	-	-	38	(58)	331
Parcelamento Municipal	4.388	-	-	-	-	(1.614)	2.774
	4.739	**-**	**-**	**-**	**38**	**(1.672)**	**3.105**
Total	**6.767**	**-**	**(2.200)**	**-**	**195**	**-**	**4.762**

19.1. PARCELAMENTO MP 783/2017 PERT – A Companhia, em outubro de 2017 obteve deferimento do Parcelamento Especial de Regularização Tributária - PERT, os quais abrange os débitos de natureza tributária e não tributária, por meio da Medida Provisória nº 783/2017 posteriormente convertida na Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017. Os valores dos débitos foram consolidados em 19 de outubro de 2017, na importância de R$ 572.255, sendo parcelados em 148 (cento e quarenta e oito) parcelas. As 3 (três) primeiras parcelas foram na ordem de R$ 21.138. As demais parcelas restantes, no total de 145 (cento e quarenta e cinco), foram fixadas em R$ 3.509, atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, acumulada mensalmente a partir da data do deferimento. A previsão de liquidação é janeiro de 2030. **19.2. PARCELAMENTO LEI 11.941/2009 –** A Companhia aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/2009 junto a Secretaria da Receita Federal referente a débitos previdenciários. O valor da dívida foi consolidado em 30 de novembro de 2009, culminando no montante de R$ 4.842.614, sendo parcelados em 180 (centos e oitenta) parcelas. As 19 (dezenove) primeiras parcelas foram na ordem de R$ 1.794 cada. As demais parcelas restantes, 161 (cento e sessenta e uma) foram fixadas em R$ 30.078, atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, acumulada mensalmente a partir da data do deferimento. A liquidação ocorreu em maio de 2023. Assim, no segundo semestre de 2023 as obrigações com o parcelamento da Lei 11.941/2009 cessaram. **19.3. PARCELAMENTO MUNICIPAL –** Refere-se aos parcelamentos das dívidas tributárias firmadas junto a Prefeitura Municipal de Mossoró e Prefeitura Municipal de Natal. **19.3.1 Parcelamento Municipal – Mossoró –** A Companhia possui 2 (dois) parcelamentos de dívidas tributárias junto com a Prefeitura Municipal de Mossoró, referente a: (a) multa ambiental e (b) alvarás em aberto antes de 2017. **(a) Multa ambiental:** em maio de 2019, a CAERN firmou com a Secretaria de Tributação de Mossoró o parcelamento da dívida referente multa ambiental, na ordem de R$ 221.977. O parcelamento foi acordado em 60 (sessenta) parcelas fixas de R$ 3.699, sendo atualizadas no início de cada exercício financeiro pelo IPCA-E. A 1º (primeira) parcela teve início em maio de 2019 e sua liquidação tem previsão de ocorrer em abril de 2024. **(b) Alvarás em aberto antes de 2017:** em maio de 2019, a Companhia firmou com a Secretaria de Tributação de Mossoró o parcelamento da dívida referente aos alvarás em aberto antes de 2017, na ordem de R$ 222.750. O parcelamento foi acordado em 60 (sessenta) parcelas fixas de R$ 3.712, sendo atualizadas no início de cada exercício financeiro pelo IPCA-E. A 1º (primeira) parcela teve início em maio de 2019 e sua liquidação tem previsão de ocorrer em abril de 2024. **19.3.2 Parcelamento Municipal – Natal –** No segundo semestre de 2022, com intuito de regularizar a situação dos débitos referentes à cobrança de taxas de limpeza e contribuição de iluminação pública (COSIP) junto Fazenda Municipal de Natal, a Companhia realizou o levantamento do montante da dívida, configurando-se na ordem de R$ 13.655.008. Nos moldes do Decreto nº 12.419/2021, o valor da dívida se converteu na importância de R$ 6.897.674. Após proposta de parcelamento apresentada pela Secretaria Municipal de Tributação de Natal (SEMUT) à Companhia, atrelada a autorização pelo Conselho de Administração da CAERN, o valor da dívida, na ordem de R$ 6.897.674, foi parcelada em 48 (quarenta e oito) parcelas, acompanhada dos descontos concedidos pela SEMUT – desconto nos juros integrantes do montante do crédito tributário consolidado e dos juros futuros integrantes as parcelas. A primeira parcela do parcelamento ocorreu em outubro de 2022, cujo valor na ordem de R$ 689.767, foi equivalente a 10% (dez por cento) da dívida. As demais parcelas, 47 (quarenta e sete) parcelas restantes, foram fixadas em R$ 132.083, cuja liquidação tem previsão de ocorrência em setembro de 2026.

20. COMPROMISSO CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia firmou com a Prefeitura de Parnamirim o Convênio nº 18.00007, com o objetivo de estabelecer a cooperação financeira que possibilitasse o repasse de recursos para adimplemento dos valores dos investimentos previstos no Contrato de Programa nº 18.001 que tem como objeto a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, com vigência prorrogada até 2051, amparada pelo Decreto Estadual 30.939/2021. Os recursos repassados pela Companhia viabilizarão o cumprimento das obrigações das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário conveniada pelos termos de compromisso nº 190.501-58/2006 (FGTS) e nº424.400-04/2014 (OGU). O cronograma de desembolso financeiro definido no I Termo Aditivo ao contrato de Convênio nº 18.00007, foi redefinido em dezembro de 2023 com a assinatura do II Termo Aditivo, no qual foi viabilizado a antecipação do cronograma dos repasses financeiros, cujo objeto é a cooperação financeira entre o Município de Parnamirim e a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. O desembolso financeiro se dará da seguinte forma: três parcelas no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e uma parcela no valor de R$ 7.050.000,00 (sete milhões e cinquenta mil reais), conforme tabela abaixo:

CONVÊNIO 18.00007 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM - RN

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
Programado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	12.050	-	-	**39.000**
Realizado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	-	-	-	**26.950**
								Total em 31/12/2023	**12.050**

Na data base de dezembro de 2023 foi realizado o pagamento da 47ª (quadragésima sétima) parcela do referido contrato, no valor de R$ 500.000, e a 1ª (primeira) parcela referente ao adiantamento no valor de R$ 2.500, totalizando nesta data um desembolso total de R$ 26.950. O compromisso financeiro assumido dentro do contrato de convênio foi registrado como ativo intangível, conforme preceitua o instrumento contratual firmado, iniciando em 01/12/2019 a amortização pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa. As mutações ocorridas no período referente aos compromissos de contratos de concessão da Companhia, estão descritos abaixo:

Circulante	31/12/2022	(–) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	31/12/2023
Compromissos Contrato de Concessão						
Contrato de Concessão - Parnamirim	6.000	-	(8.000)	-	14.050	12.050
Não-Circulante						
Compromissos Contrato de Concessão						
Contrato de Concessão - Parnamirim	14.050	-	-	-	(14.050)	-
Total dos Compromissos Contrato de Concessão	**20.050**	**-**	**(8.000)**	**-**	**-**	**12.050**

21. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS A PAGAR

21.1. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP) – Conforme art. 112 do Estatuto da Companhia, os dividendos devem ser apropriados, no mínimo, em 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, podendo a eles serem imputados, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Instrução Normativa 1700/2017 da Receita Federal e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio. Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), a título de distribuição de lucros, estipulados pela Lei 9.249/95 e regulamentados pela IN 1700/2017 da RFB, sendo seu valor máximo calculado na forma desta IN art. 75 § 2º e § 3º que impõe que o valor máximo do JCP não poderá ultrapassar 50% do lucro líquido (usado para fins de cálculo da JCP), sendo este lucro apurado após dedução da Contribuição Social e antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica. Então, após a apuração do Juros Capital Próprio, ainda de acordo com a referida instrução normativa da RFB, ele será deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para a apuração de um novo Lucro Líquido. **21.1.1. LIMITE MÍNIMO E MÁXIMO DO JCP –** Em consonância com a legislação do JCP, a Companhia realizou o cálculo adotando o limite de 50% do lucro líquido, conforme detalhamento abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido antes do CSLL e IR	72.524	24.266
(-) CSLL	(4.497)	(1.494)
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ e JCP	68.027	22.772
(-) IRPJ	(5.403)	(10.608)
(=) Lucro Líquido	62.624	12.164
(-) Reserva Legal	(3.131)	(608)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(22.829)	(9.972)
(=) Lucro Líquido Ajustado	36.664	1.584
JCP a distribuir (limite mínimo)	**9.166**	**396**
JCP a distribuir (limite máximo)	**38.179**	**11.386**

21.2. DISTRIBUIÇÃO LUCROS – Considerando a continuidade da Companhia e atendendo o exposto em seu estatuto e na lei 9.580/2018, artigo 355, § 3º, a administração decidiu atribuir neste exercício o valor de R$ 16.457 para distribuir a título de JCP. O montante equivale ao valor do lucro líquido ajustado do exercício de 2023 (Nota 21.1.1), distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos Obrigatórios (JCP Mínimo)	9.166	396
Dividendos Adicionais Propostos	7.291	1.188
(=) Total a Distribuir	**16.457**	**1.584**

Saldo do Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial JCP e dividendos a pagar	**404**	**32.647**
(+) Destinação de lucros para JCP e Dividendos	9.166	397
(+) Aprovação pela AGE dos Dividendos Adicionais Propostos para distribuição	-	-
(-) Pagamentos JCP e Dividendos	(395)	(32.640)
(=) Saldo Final JCP e Dividendos a pagar	**9.175**	**404**

Verifica-se que no ano calendário de 2023, a Companhia promoveu a distribuição de lucros por meio do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, tendo esta metodologia atendido ao que preceitua a legislação societária vigente. **21.2.1. Distribuição dos Dividendos por ações –** Segundo o estatuto social da Companhia, em seu artigo 7º, inciso II, as ações preferenciais têm direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, portanto, segue valores das ações ordinárias e preferenciais: Divisão Ações Preferenciais e Ordinárias (JCP):

	Quantidade de ações 31/12/2023	Quantidade de ações 31/12/2022	Total a ser distribuído (em unidade de R$) 31/12/2023	Total a ser distribuído (em unidade de R$) 31/12/2022	Valor unitário a pagar por ação (em unidade de R$) 31/12/2023	Valor unitário a pagar por ação (em unidade de R$) 31/12/2023
Ações Ordinárias	1.408.593.157	1.408.593.157	16.246	1.583	0,011682	0,001124
Ações Preferenciais	156.909	156.909	211	1	0,012850	0,001237
Total	**1.408.750.066**	**1.408.750.066**	**16.457**	**1.584**		

22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia registra provisões quando a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, identifica que existe a probabilidade de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Atualmente, a Companhia possui algumas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo. Em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião da assessoria jurídica da companhia, segue a seguinte forma: a) São constituídas provisões e divulgada Notas Explicativas – NE para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado provável; b) São divulgadas em Notas Explicativas às informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado possível; c) Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas às informações que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis e financeiras.

Verifica-se que as provisões em 31 de dezembro de 2023 são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Demanda Judicial		
Questões Trabalhistas	17.023	16.244
Questões Cíveis	20.727	21.076
Questões Ambientais	756	784
Questões Tributárias	573	2.357
	39.079	**40.461**
Depósitos Judiciais		
Depósitos Judiciais Ações Trabalhistas	(11.327)	(12.046)
Depósitos Judiciais Ações Cíveis	(5.170)	(3.936)
Depósitos Judiciais Ações Ambientais	(8.500)	-
Depósitos Judiciais Ações Tributárias	(2.952)	(3.085)
	(27.949)	**(19.067)**
Total Líquido	**11.130**	**21.394**

Período base findo em 31/12/2022

	Provisão (sem a reclassificação)	(+/-) Reclassificação	Provisão (após a reclassificação)
Questões Cíveis	21.860	(784)	21.076
Questões Ambientais	-	784	784
	21.860	**784**	**21.860**

Em 16/09/2022 houve uma revisão da norma de provisionamento e contingenciamento de ações judiciais. Com a implementação da norma DD.P.A.08.0001.01, foram estabelecidos novos critérios e procedimentos para a identificação, mensuração e avaliação das provisões relacionadas às ações judiciais, com a finalidade de controlar riscos da companhia, em consonância com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os processos judiciais da Companhia foram cadastrados no Sistema "Processo Ágil", com a inclusão de correção monetária, com o intuito de possibilitar a obtenção de relatórios gerenciais fidedignos. Tal medida, provocou uma mudança na forma de classificação dos processos judiciais, bem como ensejou na necessidade de o setor jurídico rever todo o acervo processual existente. Assim, no final do exercício de 2023, o saldo de Provisão para Demanda Judicial acumulou o montante de R$ 39.079, no qual está englobado o saldo das questões trabalhistas, cíveis, tributárias. Enquanto no exercício de 2022 acumulou o saldo de R$ 40.461, variação de R$ 1.382 de um ano para outro. Os Depósitos Judiciais acumularam o saldo de R$ 27.949 no exercício de 2023, contudo esses valores poderão ser "desbloqueados" em favor da CAERN, em virtude da procedência do processo judicial nº 0083147-05.2018.1.00.0000. A variação de R$ 8.882 do exercício de 2023 com relação ao ano de 2022 que acumulou R$ 19.067 deve-se aos seguintes fatores: **(a)** Levantamento de Depósitos Judiciais no valor de R$ 852, sendo a variação de um período para o outro de R$ 719 de Ações Trabalhistas e R$ 133 de Ações Tributárias, e depósitos judiciais de ações cíveis no valor de R$ 1.234. **(b)** Os depósitos judiciais ambientais, apresentou a variação mais significativa dentre as demais englobadas nesta conta, motivada principalmente pela celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os levantamentos dos recursos será de forma parcial, em periodicidade semestral, à medida que for a CAERN for comprovando a realização das etapas da obra. Ante o exposto, o total líquido das provisões jurídicas, ao final do exercício de 2023, acumularam o valor líquido de R$ 11.130, após o confronto do saldo da provisão para demanda judicial com o saldo dos depósitos judiciais. **22.1. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL – QUESTÕES TRABALHISTAS –** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte ré em 72 (setenta e duas) ações trabalhistas, onde a assessoria jurídica classifica como provável a perda. Ações essas movidas por empregados, ex-empregados, contratados e terceirizados, cujos pedidos se classificam em pagamentos de diferença sobre horas extras, diferença salarial, intervalo Intrajornada, rescisões, adicional de insalubridade e periculosidade, natureza salarial do Vale-alimentação, e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária.

A composição dos principais processos trabalhistas é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Trabalhistas		
SINDÁGUA - Sindicato (a)	10.626	10.246
Incorporação vale alimentação (b)	1.700	3.575
Demais processos (c)	4.697	2.423
Total dos processos trabalhistas	**17.023**	**16.244**

a) Ação impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente, no Estado do Rio Grande do Norte - SINDÁGUA, sob o nº 0001120-03.2016.5.21.0004 contra a Companhia. Trata-se de ação coletiva proposta pelo sindicato, como representante da categoria, em que pleiteia a declaração da natureza salarial de benefício por ACT (vale alimentação). Sendo o processo em curso, remetido ao Tribunal Superior do Trabalho para processar recurso, pela análise jurisprudencial vigente, o corpo jurídico da Companhia promoveu uma redução no valor da provisão, haja vista que vários beneficiários estão citados no item "b", conforme abaixo. b) A companhia possui 27 processos trabalhistas de cunho individual, em 31 de dezembro de 2023, onde os autores solicitam o reconhecimento do vale alimentação como de natureza salarial. c) Os demais processos trabalhistas são constituídos de demandas advindas de adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, horas extras e pagamento de férias em dobro, totalizando o quantitativo de 44 processos em 31 de dezembro de 2023.

- Continua -

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

22.2. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL – QUESTÕES CÍVEL/JUIZADO – A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é parte em 853 (oitocentos e cinquenta e três) processos cíveis classificados com risco de perda provável, no âmbito da justiça cível, no juizado especial e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor – PROCON, movidos por consumidores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização por danos morais. A seguir é apresentada a composição dos principais processos cíveis:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Cíveis		
Processos Administrativos (a)	366	353
Demais processos (b)	20.361	20.723
Total dos processos cíveis	**20.727**	**21.076**

a) Os processos administrativos, no total de 3 (três) processos foram classificados como processos cíveis, entre eles o processo nº 0819465-64.2020.8.20.5001 da Cinte Telecom Comercio e Serviços LTDA, no valor de R$ 366; b) Os demais processos cíveis são constituídos de demandas advindas de cobranças indevidas, indenizações por danos morais e materiais, totalizando o quantitativo de 850 processos em 31 de dezembro de 2023, entre eles os processos do Ministério Público do Rio Grande do Norte, por meio dos processos nº 0116784-45.2011.8.20.0001 no valor de R$ 8.630, processo nº 0000006-35.2003.8.20.0142 de responsabilidade civil sobre um dano ambiental no valor de R$ 888 e o processo do Serviço Social do Comércio - SESC de nº 0829315-45.2020.8.20.5001 no valor de R$ 622.

22.3. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL – QUESTÕES AMBIENTAIS – A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é parte em 3 (três) processos ambientais classificados com risco de perda provável, entre eles o processo nº 0808565-60.2020.4.05.8400 do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R$ 452. A seguir é apresentada a composição dos processos ambientais:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Ambientais		
Processos Ambientais	756	784
Total dos processos Ambientais	**756**	**784**

22.4. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL - QUESTÕES TRIBUTÁRIOS – A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é parte em 33 (trinta e três) ações e procedimentos tributários classificados com risco de perda provável. A referida classificação foi elaborada a partir da avaliação da assessoria jurídica, de entendimentos jurisprudenciais, bem como de soluções de consulta emitidas por órgãos fazendários. Os processos de natureza tributária são referentes a questões ligadas, principalmente, à cobrança de impostos, onde a companhia solicita o reconhecimento do direito à Imunidade Recíproca, ensejando no não pagamento dos impostos, bem como na cobrança de taxas de licenciamento e funcionamento. A partir do exposto, a companhia utilizou-se do referido precedente para fortalecer sua defesa perante as fazendas municipais, logrando êxito em várias delas. Além disso, formalizou-se vários processos administrativos solicitando o reconhecimento da Imunidade tributária. A composição dos principais processos tributários é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Tributárias		
Taxa de licenciamento (0616533-38.2009.8.20.0001) (a)	-	408
Demais processos (b)	573	1.949
	573	**2.357**

a) Refere-se a cobrança de taxa de licenciamento do estabelecimento, por meio do processo nº 0616533-38.2009.8.20.0001, onde a Prefeitura do Natal promove a execução fiscal. Verifica-se que houve mudança de entendimento jurisprudencial, ensejando na mudança de classificação de risco; b) Nos demais processos, estão contidas demandas onde a CAERN figura como substituto tributário do ISS, onde o município alega que o referido tributo não foi recolhido ao ente tributante, bem como ações relacionadas ao recolhimento de tributos federais.

22.5. PASSIVOS CONTINGENTES - RISCO DE PERDA POSSÍVEL/REMOTA – A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão registradas no Balanço Patrimonial, pois envolvem risco de perda classificadas pelos representantes legais (advogados) como possível e remota. Em 31 de dezembro de 2023, a CAERN possui 1.675 (um mil, seiscentas e setenta e cinco) ações classificadas com risco de perda possível. Dentre essas ações destacam-se as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Contingentes – Risco de Perda Possível		
Processo Administrativo (0215748-15.2007.8.20.0001) (a)	-	44.816
Processo Cível (0101386-23.2014.8.20.0108) (b)	-	25.551
Processo Cível (0816338-06.2021.8.20.5124) (c)	15.193	15.193
Demais processos (d)	82.429	128.066
	97.622	**213.626**

a) O Ministério Público do Rio Grande do Norte, por meio do processo nº 0215748-15.2007.8.20.0001, ajuizou uma ação acerca de responsabilização administrativa e civil sobre os procedimentos administrativos adotados pela Companhia. Verifica-se que houve mudança de entendimento jurisprudencial, ensejando na mudança de classificação de risco; b) Refere-se ao pleito de indenização por dano moral coletivo, por meio do processo nº 010386-23.2014.8.20.0108, em decorrência do odor da água fornecida no Município de Pau dos Ferros. Verifica-se que houve mudança de entendimento jurisprudencial, ensejando na mudança de classificação de risco. c) A Empresa Construtora A. Gaspar S/A, por meio do processo nº 0816338-06.2021.8.20.5124, ingressou com uma ação contra a Caern acerca de obrigações contratuais; d) Nos demais processos contingentes, classificados com risco de perda possível, são constituídos de demandas advindas de multas e sanções ambientais, de cobranças indevidas, indenizações por danos morais e materiais, como também demandas de cunho trabalhista, totalizando o quantitativo de 1.674 processos em 31 de dezembro de 2023.

Quanto às ações classificadas como de risco remoto, verifica-se que a Companhia é parte em 638 (seiscentas e trinta e oito) ações, distribuídas nas áreas trabalhistas, tributárias e cíveis. Dentre essas ações destaca-se a seguinte: Celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os levantamentos dos recursos será de forma parcial, em periodicidade semestral, à medida que for a CAERN for comprovando a realização das etapas da obra. **22.6. ATIVOS CONTINGENTES –** A Companhia possui ativos cuja expectativa de ganho é provável, um desses ativos contingentes está relacionado com decisão expedida em 03/02/2022 em favor da Companhia do precatório nº 2021.84.00.001.201364, que trata da ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, de faturas em atraso da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A Companhia espera um recebimento futuro de R$ 7.972. Outro ponto importante refere-se a tese da Imunidade tributária, onde a companhia alega ser equiparada a uma fazenda pública, por exercer uma atividade essencial e sem participar de um ambiente competitivo, salienta-se que outras companhias, com estrutura acionária similar à CAERN, tiveram o direito reconhecido perante o Supremo Tribunal Federal -STF. Ainda, cabe destacar que a Companhia entrou com o pedido de reconhecimento da Imunidade Tributária em impostos federais, por meio do processo nº 0003804-05.2009.4.05.8400, perante a Quarta Vara Federal do Rio Grande do Norte. Em 2015, o processo, em questão, foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, por meio do Recurso Extraordinário nº 858.893, ocasião em que o Relator, Ministro Luiz Fux, classificou o pedido de reconhecimento da Imunidade Recíproca à CAERN como um caso similar e que já está sendo analisado por meio de Repercussão Geral, tema 508 – Recurso Extraordinário 600.867, onde a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP solicitava o reconhecimento da Imunidade Recíproca num processo de cobrança de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana-IPTU do município de Ubatuba. Em 2020, o STF julgou o mérito do tema 508, no sentido que as empresas que possuam participação acionária em Bolsa de Valores e que estejam voltadas à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, não estão abrangidas pela tese da Imunidade Tributária Recíproca. No entanto, o caso da CAERN é distinto do caso da SABESP, visto que a Companhia é uma empresa de capital fechado, não possui participação acionária em Bolsa de Valores, nem tão pouco possui a sua atividade voltada para a remuneração do capital de seus controladores ou acionistas. Portanto, o entendimento adotado não deveria ter sido aplicado a Companhia, uma vez que as demais empresas de economia mista, que atuam no setor de saneamento básico, equiparadas a CAERN, obtiveram o reconhecimento da Imunidade Recíproca perante o Supremo Tribunal Federal-STF, dentre elas cita-se: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia-CAERD, Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA e Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN. Dessa forma, é provável a entrada de benefícios econômicos no caixa da Companhia com o reconhecimento da Imunidade Tributária Recíproca em favor da Companhia.

23. RECEITA DIFERIDA

Receita Diferida	31/12/2023	31/12/2022
Receita Diferida da Subvenção Governamental	770.503	761.929
Receita Diferida da Operação Financeira	513	1.073
Total da Receita Diferida	**771.016**	**763.002**

23.1. RECEITA DIFERIDA DA SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL – Na rubrica subvenção governamental são reconhecidos os valores financeiros que foram repassados à Companhia pela União Federal (contratante) e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte (contratada), visando cumprir os contratos de repasse que foram firmados, onde a Companhia figura como interveniente executor, haja vista possuir o conhecimento técnico acerca da execução das obras de saneamento no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Em obediência ao CPC 07 (subvenções governamentais), verifica-se que os repasses financeiros recebidos pela CAERN, advindos de repasses de verbas do OGU – Orçamento Geral da União e do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, são registrados por meio da contabilização da subvenção governamental, onde a referida rubrica será reconhecida no resultado da CAERN como receita concomitantemente a realização da despesa de amortização dos bens que foram construídos, conforme preceitua o item 17 do CPC 07. O detalhamento das subvenções governamentais, recebidas pela CAERN, estão distribuídas nos empreendimentos abaixo:

RECURSOS FINANCEIROS DE SUBVENÇÕES RECEBIDOS POR OBRA

	31/12/2023			31/12/2022
Obra	**Subvenção acumulada**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
SES Parnamirim	122.028	-	122.028	115.509
SES Macaíba	2.484	-	2.484	2.484
SES Macaíba (Ampliação)	10.690	-	10.690	10.400
SES Macaíba - Bacia 3 e ETE	8.226	-	8.226	8.150
SES Redinha e Redinha Nova	9.507	-	9.507	9.507
SES Natal - Bacias E, F e K	54.458	-	54.458	54.383
SES Natal - Zona Sul	82.183	-	82.183	82.133
SES Natal - Zona Norte	207.019	-	207.019	203.691
SAA Caraubas	3.008	-	3.008	14.330
SAA Pendências-Macau-Guamaré- Baixa do Meio	14.093	-	14.093	2.232
SAA Jardim de Piranhas	4.964	-	4.964	14.093
SES Caicó - Bacias 5 e 6	20.965	-	20.965	11.519
SAA Parnamirim	16.382	-	16.382	3.169
SAA Mossoró, ETAs e EEAs	12.099	-	12.099	20.965
SAA Adutora Santa Cruz Apodi/Mossoró	72.098	-	72.098	16.382
SAA São José Seridó	3.314	-	3.314	11.779
SES Parelhas	3.157	-	3.157	66.630
SES Pium/Cotovelo/Pirangi	7.673	-	7.673	13.382
SES São Paulo do Potengi	4.765	-	4.765	3.314
SAA Portalegre	1.704	-	1.704	3.157
SAA São João do Sabugi	1.593	-	1.593	7.757
SAA Pendências	1.469	-	1.469	4.765
CEF SAA Assu C 6000002070	137	-	137	1.701
CEF CC 647090 4 SAA Governador Dix Sept Rosado	35	-	35	1.540
BBMTUR CAERN SETUR GOV RN C 100366	93	-	93	1.411
GOV RN CAERN FDES OGU PAC C 10328 4	-	-	-	48
SAA Parnamirim - OL 3430/2017	-	-	-	1.094
GOV EST RN CAERN INVEST 71082 1	-	-	-	288
SAA Substituição da Rede de Natal	137	(87)	50	1.670
SAA Sub-Adutora Jiqui/Pirangi	1.285	(815)	470	3.792
SES Bacia Zona Sul de Natal - Bacia D	2.498	(1.584)	914	617
SAA Captação Adutora Rio Doce	599	(380)	219	2.884
SES Zona Sul Natal - Coletor Geral 3	3.476	(2.205)	1.271	57.195
SES Mossoró - Apodi	10.955	(8.595)	2.360	9.448
SAA Assu (Ampliação)	11.942	(814)	11.128	-
SES Natal - Bacias BS e CS	4.836	(2.634)	2.202	127
SES São José Mipibu	14.527	(363)	14.164	32
SAA Caicó (Zona Norte)	61.393	(11.372)	50.021	-
SAA Nova Parnamirim	10.905	(1.841)	9.064	-
SES Assú	13.475	(20)	13.455	-
Outros	-	-	-	-
Extensão de rede diversas	1.059	(18)	1.041	351
SUBVENÇÃO	**801.231**	**(30.728)**	**770.503**	**761.929**

23.2. RECEITA DIFERIDA DA OPERAÇÃO FINANCEIRA – Em 2019, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco do Brasil, firmaram entre si o contrato de prestação de serviços financeiros Nº 004/2019. Conforme observa-se no Anexo X - Lista Administração Indireta, a Companhia foi inclusa no referido contrato, sendo destinada a quantia de R$ 2.800, o qual será realizado em 60 (sessenta) meses. Até o final da competência de dezembro de 2023, foi reconhecida como receita diferida da operação financeira a proporção de 49/60 avos desse valor, totalizando R$ 2.286 apropriados da forma apresentada na tabela a seguir:

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Programado	46	560	560	560	560	513	**2.800**
Realizado	(46)	(560)	(560)	(560)	(560)	-	**(2.286)**
					Saldo em 31/12/2023		**513**

As mutações ocorridas no período referente as receitas a apropriar da Companhia, estão descritas a seguir:

	31/12/2022	(–) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	31/12/2023
Receita a Apropriar						
Receita a Apropriar- Diferida	1.073	-	(560)	-	-	513
Total	**1.073**	**-**	**(560)**	**-**	**-**	**513**

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. CAPITAL SOCIAL – O capital subscrito integralizado está apresentado, nos últimos dois anos, da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de Ações	**%**	**Quantidade de Ações**	**%**
Ordinárias	1.408.593.157	99,99%	1.408.593.157	99,99%
Preferenciais	156.909	0,01%	156.909	0,01%
	1.408.750.066	**100,00%**	**1.408.750.066**	**100,00%**

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos onde o seu recebimento, por ação, deve ser no mínimo 10% maior que o atribuído as ações do tipo ordinária. Atualmente, do total das ações ordinárias (com direito a voto), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 97,22% do total de ações. Dentre os demais acionistas que possuem ações ordinárias, o que corresponde a 2,77%, destaca-se a Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte – EMGERN (direito do Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN) que possui 2,69%, a União Federal com um total de 0,07% e os demais acionistas com 0,01% das ações, sendo estes formados por órgãos estaduais, municipais e pessoas físicas. Já as ações preferenciais (sem direito a voto) pertencem 100% à União Federal, correspondendo a um percentual de 0,01% do total das ações. No dia 29 de abril de 2022, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, onde dentre os assuntos discutidos, destacou-se a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio ao acionista majoritário, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, foi realizado um encontro de contas dos débitos e compromissos que mantinham com a Companhia, como também o aumento de capital no valor de R$ 11.987, com o objetivo de fazer face ao cumprimento das metas de universalização do saneamento básico estabelecidas na Lei 14.026/2022 e do Decreto 10.710/2021. Com isso o capital social da CAERN passou de R$ 1.396.762 para R$ 1.408.750. **24.2. RESERVA DE CAPITAL –** A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada para: absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; resgate de partes beneficiárias; incorporação ao capital social e pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada, conforme descrito no art. 200 da Lei 6.404. **24.3. RESERVAS DE LUCROS – 24.3.1. Reserva Legal –** É constituída no percentual de 5% do lucro líquido do período, sendo limitada até o limite de 20% do capital social. **24.3.2. Reserva de Incentivos Fiscais –** É uma reserva criada com intuito de destinar a parcela do lucro líquido do período advindo de doações ou subvenções governamentais para investimentos, conforme preceitua o art°195-A da Lei 6.404/76. **24.3.3. Reserva de Expansão –** Corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e antes da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia. A Administração propõe, em relação ao ano calendário de 2023, a destinação do montante de R$ 63.912 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Vale salientar que o referido assunto está sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas.

24.3.4. Dividendos Adicionais Propostos

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	62.624	12.165
(-) Constituição da Reserva Legal	(3.131)	(608)
(=) Lucro a distribuir:	**59.493**	**11.557**
(-) Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(22.829)	(9.972)
Realização custo atribuído	43.706	45.667
(-) JCP a distribuir	(9.166)	(397)
(-) Constituição da Reserva de Expansão	(63.912)	(45.667)
(=) Dividendos Adicionais Propostos	**7.292**	**1.188**

De acordo com o estatuto da Companhia está estabelecido que os acionistas terão direito a receber, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado (nota 21.1.1). No ano de 2023 foi estipulado que será distribuído um valor acima do limite mínimo permitido de Juros Sobre Capital Próprio, conforme IN 1700 da RFB, a título de distribuição de lucros, na importância de R$ 16.458, ultrapassando, assim, os Dividendos mínimos obrigatórios que foram calculados em R$ 9.166. Ademais, segundo a Interpretação Técnica – ICPC 08, a parcela que exceder ao previsto legal ou estatutariamente deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo "dividendo adicional proposto", até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Ao fim do exercício de 2023 houve um excedente de R$ 7.292 mantido nesta conta. **24.4. LUCROS/PREJUÍZO POR AÇÃO – 24.4.1. Básico e Diluído –** O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	62.624	12.165
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	1.408.750	1.408.750
Prejuízo/Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	**0,0445**	**0,0086**

24.5. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES – Outros resultados abrangentes representa as alterações ocorridas no patrimônio líquido em um determinado período que não transitaram pela DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. O Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), refere-se a adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis. Ajustar o valor de um ativo é colocar em prática uma postura contábil amplamente difundida, a de valor justo, onde é devidamente suportado por laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada, na qual a diferença entre o custo atribuído e o valor original contábil está demonstrada na conta de Ajuste de Avalição Patrimonial (AAP), nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Essa conta registra a contrapartida das modificações de ativos a valor justo, que não transitaram pela DRE, ou seja, a realização dessa conta ocorre na mesma proporção das baixas, depreciações e amortizações dos bens registrados nos ativos imobilizado e intangível. Assim, para composição do valor mensurado deve ser observado que o somatório a movimentação da Realização do AAP do Imobilizado e intangível, assim como o montante das contas de Ajuste de avaliação patrimonial do PL e a diferença temporária do imposto de renda e da contribuição social. Ao final do período de dezembro de 2023, o saldo da conta contábil Ajuste de Avaliação Patrimonial apresentou o montante de R$ 886.733.619,04 (oitocentos e oitenta e seis milhões, setecentos e trinta e três mil, seiscentos e dezenove reais e quatro centavos). A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial da Companhia, até o momento, para o exercício de 2023 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2022	(+) Adições	(–) Amortizações	Saldo em 31/12/2023
Outros Resultados Abrangentes				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Imobilizado	68.982	-	(1.882)	67.100
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Intangível	861.458	-	(41.824)	819.634
Total	**930.440**	**-**	**(43.706)**	**886.734**

As adições em outros resultados abrangentes são referentes ao reconhecimento do incentivo SUDENE.

25. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água		
Tarifa residencial	642.528	562.700
Tarifa comercial	57.404	48.747
Tarifa industrial	12.673	11.471
Órgãos públicos	55.145	47.215
	767.750	**670.133**
Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água		
Ligações	3.275	2.942
Religações e sanções	12.552	8.482
Ampliações	2	-
Outras receitas indiretas	3.150	3.066
	18.979	**14.490**
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	**786.729**	**684.623**
Receitas diretas de serviços de esgotos		
Tarifa residencial	116.056	98.633
Tarifa comercial	34.795	30.639
Tarifa industrial	15.244	13.996
Órgãos públicos	13.905	11.748
	180.000	**155.016**
Receitas indiretas de serviços de esgotos		
Ligações	362	314
Ampliações	-	5
Outras receitas indiretas	-	4
	362	**323**
Total das receitas de serviços de esgotos	**180.362**	**155.339**
Total do faturamento bruto de água e esgoto	**967.091**	**839.962**
Demais receitas		
Receita de Construção	123.717	39.884
Total das receitas brutas	**1.090.808**	**879.846**
(-) Deduções de impostos sobre receitas		
COFINS sobre receitas	(73.499)	(64.506)
PIS sobre receitas	(15.957)	(14.005)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(14.726)	(12.993)
Total	**(104.182)**	**(91.504)**
Receita operacional líquida	**986.626**	**788.342**

A receita operacional líquida da Companhia demonstrada nesta nota explicativa é resultado da receita operacional bruta deduzida dos tributos incidentes sobre esta receita, que no caso da Companhia são: COFINS, PIS e Taxa de regulação sobre o faturamento. A receita operacional está dividida em serviços de abastecimento de água e serviços de esgoto. No primeiro semestre de 2023 houve a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro da tarifa: i. Em 12 de janeiro de 2023, ocorreu o reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do estado do RN, aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de caráter estadual, sendo aplicado o índice de 11,0547% nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme Resolução nº 10, de 30 de novembro de 2022. Já o reequilíbrio na tarifa de Natal, ocorreu 12 de março de 2023, e foi aprovada pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN), de caráter municipal, sendo aplicado o índice de 13,03% nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme Resolução nº 001/2023, de 25 de janeiro de 2023.

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Sistema de abastecimento de água		
Custos com pessoal (i)	(113.549)	(108.315)
Custos com material	(26.565)	(21.982)
Serviços de terceiros	(46.373)	(48.411)
Energia elétrica	(110.865)	(105.517)
Custos gerais	(966)	(628)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(75.302)	(81.206)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(1.080)	(4.039)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	(31)	(306)
	(374.731)	**(370.404)**
Sistema de esgoto sanitário		
Custos com pessoal (i)	(38.987)	(38.106)
Custos com material	(5.971)	(3.963)
Serviços de terceiros	(20.644)	(21.496)
Energia elétrica	(7.875)	(10.316)
Custos gerais	(320)	(949)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(18.755)	(23.024)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(4.797)	(1.145)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	24	-
	(97.325)	**(98.999)**
Custo de Construção	**(123.718)**	**(39.884)**
Total dos custos dos serviços prestados	**(595.774)**	**(509.287)**

Os custos dos serviços prestados compreendem os custos com o serviço de fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção, operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros e demais serviços, bem como custo de construção. Em relação a variação nos custos dos serviços prestados do ano de 2022 para 2023, cabe destacar os seguintes pontos: (i) No ano de 2023, a elevação nos custos ocorreu principalmente em razão da implantação de 3,83% (três virgula oitenta e três por cento) de reajuste salarial resultante da inflação acumulada apurada pelo INPC, aplicado nos salários da TABELA SALARIAL a partir de maio de 2023, conforme acordo coletivo de 2022/2024.

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição das despesas administrativas por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	(122.970)	(113.872)
Despesas com material	(2.053)	(10.990)
Serviços de terceiros	(74.341)	(55.799)
Energia Elétrica	(1.365)	(1.208)
Despesas gerais	(15.704)	(13.360)
	(216.433)	**(195.229)**
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(6.756)	(4.900)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento – CPC 06	(10.196)	(14.471)
	(16.952)	**(19.371)**
Ressarcimento das despesas (a)	4.979	4.102
Total das despesas administrativas	**(228.406)**	**(210.498)**

(a) Detalhamento do ressarcimento da despesa		
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapvida	4.797	4.527
Por uso/danos propriedade da empresa	27	46
Outros ressarcimentos	155	(471)
	4.979	**4.102**

28. DESPESAS COMERCIAIS	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	(29.399)	(29.760)
Despesas com material	(43)	(59)
Serviços de terceiros	(26.352)	(20.116)
Despesas gerais	(1.027)	(1.010)
	(56.821)	**(50.945)**
Depreciação e amortização	(848)	(726)
Perdas na realização de créditos (ii)	(49.434)	(30.480)
Total das despesas comerciais	**(107.103)**	**(82.151)**

As despesas comerciais compreendem os gastos nas atividades comerciais para obtenção de receitas, como os serviços de cobranças aos clientes e outros.

29. PROVISÃO E REVERSÃO DE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2023	31/12/2022
Provisões Ambientais	(756)	-
Provisões Cíveis	1.132	8.452
Provisões Trabalhistas	(779)	(11.501)
Provisões Tributárias	1.785	823
Total das provisões para contingências	**1.382**	**(2.226)**

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Tributos Federais	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Integração Social (PIS)	(605)	(374)
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	(3.717)	(2.295)
IOF	(976)	(896)
	(5.298)	**(3.565)**
Tributos Estaduais		
ICMS	(112)	(85)
Taxa de Licenciamento de veículo	(45)	(56)
	(157)	**(141)**
Tributos Municipais		
IPTU	(4)	(12)
Taxa de Licença e Localização	(904)	(706)
Taxa de Limpeza Pública	(1.072)	(6.661)
	(1.980)	**(7.379)**
Total das Despesas Tributárias	**(7.435)**	**(11.085)**

30.1. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E CONTRIBUIÇÃO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) – Essas duas contas contábeis representam a despesa de PIS e COFINS incidentes sobre as demais receitas, como por exemplo receita de aluguel e receitas financeiras. **30.2. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS – IOF –** IOF é o imposto sobre operações financeiras, que demonstra o quanto desse tributo incidiu sobre as aplicações financeiras de recursos próprios. **30.3. TAXA DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO –** A taxa de licenciamento de veículos serve para cobrir os custos de emissão da documentação do veículo. Então, anualmente, esta taxa é cobrada pelo DETRAN/RN para que os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) dos automóveis da CAERN sejam atualizados. **30.4. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU –** O IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano) é um imposto brasileiro com previsão na Constituição Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade, domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana. O Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Recurso Extraordinário 858.893 (anexo), reconheceu imunidade tributária à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte no que concerne ao pagamento de IPTU dos imóveis de sua propriedade. Então, desde a decisão do STF, a CAERN vem buscando, administrativamente, junto aos municípios a referida imunidade. **30.5. TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO –** A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento.

31. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A composição de outras receitas operacionais líquidas, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Demais Receitas		
Locação de imóveis	273	253
Resultado na venda de bens do Imobilizado (i)	1.175	1.243
Contribuições e doações de particulares	5.227	1.795
Contribuições e doações órgãos públicos	-	101
Subvenções investimentos amort. intangível	6.859	6.466
Ganhos em inventários	279	-
Outras receitas	-	8.798
Total de Outras Receitas Operacionais Líquidas	**13.813**	**18.656**

Sobre a variação nas outras receitas operacionais, destaca-se que: (i) A Companhia, na realização da venda de bens do imobilizado, obteve um ganho de R$ 1.175 referente ao leilão realizado em dezembro de 2023. Em 2022 foram realizados dois leilões.

32. RECEITAS FINANCEIRAS

A composição das receitas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	49.325	8.818
Descontos recebidos	96	84
Juros ativos obtidos	1.343	1.717
Receita financeira de clientes e variação monetária	19.500	29.216
Rendimento Resgate Judicial	321	298
Total das receitas financeiras	**70.585**	**40.133**

As receitas financeiras representam receitas de juros sobre aplicações financeiras, acréscimo por impontualidade e descontos obtidos. É reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. (i) A elevada variação das receitas financeiras deve-se principalmente dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos de debêntures.

33. DESPESAS FINANCEIRAS

A composição das despesas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de financiamentos internos		
Juros e taxas (i)	(55.450)	(2.507)
Total das despesas de financiamentos internos	**(55.450)**	**(2.507)**
Outras despesas financeiras		
Juros extra financiamento	(4.014)	(4.802)
Multas extra financiamento	(371)	(23)
Juros sobre precatórios	(434)	(286)
Custos de transação	(895)	-
	(5.714)	**(5.111)**
Total das despesas financeiras	**(61.164)**	**(7.618)**

As despesas financeiras representam gastos relacionados com a remuneração de terceiros, originadas da captação de recursos para viabilizar as atividades operacionais da Companhia. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Do montante de R$ 61.164 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) O aumento dos juros e taxas deu-se em virtude dos juros oriundos dos empréstimos realizados por esta companhia.

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

34.1. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023		31/12/2022	
Descrição	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contrib. Social	72.524	72.524	24.266	24.266
Alíquotas Vigentes de IRPJ e CSLL no Brasil	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	**(18.131)**	**(6.527)**	**(6.067)**	**(2.184)**
(+) Efeitos Fiscais sobre Adições Permanentes	(31.459)	(11.203)	(10.425)	(3.642)
(-) Efeitos Fiscais sobre Exclusões Permanentes	36.749	13.233	12.000	4.332
(+) Incentivos Fiscais	16.591	-	3.962	-
(+) Outros	(9.168)	15	(10.077)	-
Total das Despesas	**(5.418)**	**(4.482)**	**(10.607)**	**(1.494)**
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(9.900)**		**(12.101)**	

34.2. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Imposto de Renda	31/12/2023	31/12/2022
Provisão constituída para o Imposto de Renda	(20.203)	(17.303)
Diferença Temporária Imposto de Renda	(5.459)	(635)
Incentivo Prog. Aliment. Trabalhador - PAT	485	416
Diferença Temporária AAP Imposto de Renda	3.234	3.368
Incentivo Programa Empresa Cidadã	137	142
Benefício Fiscal SUDENE - Red. 75% IRPJ	16.388	3.405
	(5.418)	**(10.607)**
Contribuição Social		
Provisão constituída para a Contribuição Social	(10.281)	(6.538)
Diferença Temporária Contribuição Social	1.155	193
Diferença Temporária AAP Contribuição Social	4.644	4.851
	(4.482)	(1.494)
	(9.900)	**(12.101)**

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço. Os tributos sobre a renda e os proventos de qualquer natureza compreendem o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) determinados a partir do regime do lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro que exceder o valor resultante da multiplicação de R$ 20 pelo número de meses do respectivo período de apuração, ou seja, R$ 240 anual. Por sua vez, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é de 9%. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. O lucro tributável é estimado a partir do lucro antes dos tributos extraído da demonstração do resultado e são excluídas/incluídas receitas e despesas incorridas com base na legislação do lucro real consideradas dedutíveis ou não tributáveis de forma permanente ou temporária. As adições e exclusões temporárias são consideradas, na prática, como despesas dedutíveis e receitas tributáveis, mas apenas nos próximos períodos. Portanto, não devem afetar o cálculo da despesa com os tributos sobre o lucro contábil no período em que nascem ou que se extinguem. Embasado ainda pelo pronunciamento técnico CPC 32, que trata dos tributos sobre o lucro, a Companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias calculadas sobre as alíquotas de 25% (imposto de renda) e 9% (contribuição social) para o prejuízo fiscal do imposto de renda e a base de cálculo negativa da contribuição social. Diferença temporária é a diferença entre o valor contábil de ativo ou passivo no balanço e sua base fiscal. As diferenças temporárias podem ser tanto: a) Diferença temporária tributável, a qual é a diferença temporária que resulta em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de ativo ou passivo é recuperado ou liquidado; ou b) Diferença temporária dedutível, a qual é a diferença temporária que resulta em valores que são dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de futuros períodos quando o valor contábil do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado. Base fiscal de ativo ou passivo é o valor atribuído àquele ativo ou passivo para fins fiscais. A realização da diferença temporária dos tributos diferidos passivos incidentes sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial, ocorre proporcionalmente ao valor da realização desse novo valor, que vem a ocorrer à medida que esses bens forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, conforme preceitua o ICPC 10. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. Em relação aos benefícios fiscais, a CAERN é aderente e beneficiária do Programa Empresa Cidadã. Este programa foi instituído pela Lei nº 11.770/2008 e destina-se a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade e por quinze dias, além dos cinco já estabelecidos, a duração da licença-paternidade. Sendo assim, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real, poderá deduzir do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) devido, em cada período de apuração, o total da remuneração da empregada pago no período de prorrogação de sua licença-maternidade, sendo vedada a dedução como despesa operacional. Todavia, a dedução fica limitada ao valor do IRPJ devido com base no lucro real apurado no ajuste anual. A CAERN também é beneficiária do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda devido, inclusive seu adicional, calculados com base no lucro da exploração, concedido pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste através do Laudo Constitutivo nº 0194/2022. A obtenção do benefício foi publicada através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 202, de dezembro de 2022, e no Diário Oficial da União no dia 03/01/2023, seção 1, página 9, ficando assim uma alíquota efetiva de imposto de renda de 6,25% sobre o lucro operacional. O prazo de vigência do referido benefício é de 10 anos, sendo o período de fruição (Ano Calendário) 01/01/2022 a 31/12/2031. Para obtenção desse incentivo previsto na legislação tributária, a CAERN apresentou um projeto de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da Sudene. O incentivo consiste em investir todo o recurso que deixou de ser pago a título de imposto de renda em modernização dos equipamentos operacionais, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é constituído pela receita, deduzido dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

- Continua -

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern

Descrição	31/12/2023 Água	Esgoto	Total	31/12/2022 Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	767.750	180.000	947.750	670.133	155.016	825.149
Outras Receitas Operacionais	119.623	23.435	143.058	46.998	7.699	54.697
Total da Receita Operacional Bruta	**887.373**	**203.435**	**1.090.808**	**717.131**	**162.715**	**879.846**
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(72.772)	(16.684)	(89.456)	(63.992)	(14.519)	(78.511)
Taxa de Regulação sobre o faturamento	(11.980)	(2.746)	(14.726)	(10.590)	(2.403)	(12.993)
Receita Operacional Líquida	**802.621**	**184.005**	**986.626**	**642.549**	**145.793**	**788.342**
Custo	(475.376)	(120.398)	(595.774)	(402.912)	(106.375)	(509.287)
Lucro Bruto	**327.245**	**63.607**	**390.852**	**239.637**	**39.418**	**279.055**
Despesas Comerciais	(87.128)	(19.975)	(107.103)	(66.958)	(15.193)	(82.151)
Despesas Administrativas	(185.808)	(42.598)	(228.406)	(171.569)	(38.929)	(210.498)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5.189	1.189	6.378	6.171	1.400	7.571
Resultado Financeiro	7.664	1.757	9.421	26.502	6.013	32.515
Provisões	1.124	258	1.382	(1.814)	(412)	(2.226)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	**68.285**	**4.239**	**72.524**	**31.969**	**(7.703)**	**24.266**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.054)	(1.846)	(9.900)	(9.863)	(2.238)	(12.101)
Lucro Líquido do Exercício	**60.231**	**2.393**	**62.624**	**22.106**	**(9.941)**	**12.165**
Margem Operacional - Não auditado/Revisado	8,5%	2,3%	7,4%	5,0%	-5,3%	3,1%
Margem Líquida - Não auditado/Revisado	7,5%	1,3%	6,3%	3,4%	-6,8%	1,5%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (i)	149.148	34.193	183.341	96.865	21.978	118.843
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	347.804	79.736	427.540	25.863	5.868	31.731
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.417.720	554.276	2.971.996	2.073.263	470.417	2.543.680
Depreciações e Amortizações do Exercício	(95.777)	(21.957)	(117.734)	(105.560)	(23.951)	(129.511)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (ii)	773.537	177.338	950.875	703.623	159.650	863.273
Total do Ativo	**3.388.074**	**776.735**	**4.164.809**	**3.019.308**	**685.072**	**3.704.380**
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	**1.249.202**	**286.386**	**1.535.588**	**918.927**	**208.502**	**1.127.429**
Quantidade de Economias - Não auditado/Revisado (iii)	855.542	274.212	1.129.754	850.850	270.885	1.121.735
Volume Milhares de m³ Faturados - Não auditado/Revisado (iv)	124.039	43.306	167.345	134.864	45.801	180.665

Legendas: (i) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento; (ii) Apresentados pelo valor bruto; (iii) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água; (iv) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

36. PARTES RELACIONADAS

A Companhia considera como partes relacionadas ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte e seus órgãos, bem como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário advindas dos contratos de concessão/programa. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis à que seriam praticados com terceiros. Em 31/12/2023, a CAERN manteve as seguintes operações com partes relacionadas: (i) Participação em contratos de repasse, em que a Companhia participou como Interveniente Executor nos contratos firmados entre a União Federal e o Governo do estado do Rio Grande do Norte; (ii) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e demais partes relacionadas, em termos e condições normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta nota; (iii) No dia 12 de dezembro de 2022, o Estado do Rio Grande do Norte firmou com a CAERN um contrato nº 911/2022 de negociação de débito com parcelamento e confissão de dívida, tendo como objeto o reconhecimento da dívida total de R$ 47.561.177,91 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, cento e setenta e sete reais e noventa e um centavos), decorrentes de faturas de consumo de água e esgotos advindos o período compreendido entre o mês de janeiro do ano de 2018 e o mês de dezembro de 2020. Em 15 de setembro de 2023, foi firmado um novo acordo de parcelamento, no valor total de R$ 71.034.856,44 (setenta e um milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), referente às faturas de consumo de água e esgoto da Secretária da Saúde e Demais Órgãos estaduais do período de janeiro de 2021 a junho de 2023, como também os débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. Cabe ressaltar, que as secretarias assumiram o compromisso de adimplência das parcelas a vencer e em virtude da referida negociação, porém não exime o Estado do Rio Grande do Norte do pagamento regular das faturas emitidas pela CAERN em seu desfavor. Dessa forma, ficou garantido em contrato que o pagamento das faturas vincendas ou qualquer inadimplemento de alguma parcela do parcelamento, serão quitadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no mês de abril de cada ano, por meio de encontro de contas, relativo aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos que serão distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, diante disso o prazo de prescrição foi interrompido; (iv) A companhia em consonância com o CPC 48 constituiu perdas estimadas, inclusive para partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 4 (Contas a receber); (v) Dos R$ 66.703 registrados nos saldos dos ativos do Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais do ativo circulante, R$ 62.304 são de valores a receber de serviços de água e esgoto, anteriores a janeiro de 2018 e posteriores a julho de 2023, e R$ 4.399 são de valores a receber do parcelamento dos débitos de janeiro de 2019 a junho de 2023, firmado em dezembro de 2022 e setembro de 2023; (vi) Dos R$ 84.412 registrados nos saldos dos ativos do Governo do Estado e demais órgãos estaduais do ativo não circulante, R$ 566 são pagamentos de contrapartidas de convênio celebrados entre a União e Estado do Rio Grande do Norte e R$ 83.846 são de valores a receber do parcelamento, dos débitos de janeiro de 2019 a junho de 2023, firmado em dezembro de 2022 e setembro de 2023; (vii) Dos R$ 16.468 nos saldos dos passivos em 31/12/2023, R$ 16.443 refere-se à remuneração ao acionista majoritário da Companhia, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, e dos demais órgãos estaduais e R$ 15 dos demais acionistas. por meio de juros sobre capital próprio. Em 07/07/2023 houve o pagamento de juros sobre capital próprio do ano de 2022 no valor de R$ 1.578, restando um saldo remanescente R$ 10 de juros sobre capital próprio.

A seguir apresenta-se a composição dos impactos das operações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis da Companhia:

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Saldos ativos em 31/12/2023 Circulante	Não Circulante	Total	Saldos ativos em 31/12/2022 Circulante	Não Circulante	Total
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	66.703	84.412	151.115	154.434	35.017	189.451
Prefeitura de Mossoró	34.472	-	34.472	34.475	-	34.475
Outros	7.123	5.364	12.487	7.134	5.318	12.452
Total	**108.298**	**89.776**	**198.075**	**196.043**	**40.335**	**236.378**

	Saldos passivos em 31/12/2023 Circulante	Não Circulante	Total	Saldos passivos em 31/12/2022 Circulante	Não Circulante	Total
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	16.443	-	16.443	1.583	-	1.583
Prefeitura de Mossoró	-	-	-	1	-	1
Outros	25	-	25	4	-	4
Total	**16.468**	**-**	**16.468**	**1.588**	**-**	**1.588**

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Saldos em 31/12/2023 Receitas de Serviços	Custos de Serviços	Despesas de Serviços	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras	Saldos em 31/12/2022 Receitas de Serviços	Custos de Serviços	Despesas de Serviços	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	59.425	(35.884)	(19.741)	4.251	(3.684)	47.565	(30.728)	(17.335)	2.422	(460)
Prefeitura de Mossoró	10.253	(6.191)	(3.406)	733	(636)	8.206	(5.301)	(2.991)	418	(79)
Outros	3.050	(1.841)	(1.013)	218	(189)	2.441	(1.577)	(890)	124	(24)
Total	**58.212**	**(43.916)**	**(24.160)**	**5.203**	**(4.509)**	**58.212**	**(37.606)**	**(21.216)**	**2.964**	**(563)**

37. CRIAÇÃO DAS MICRORREGIÕES

A Lei Complementar nº 682, de 15 de julho de 2021 instituiu as microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e o Litoral-Seridó do estado do Rio Grande do Norte. As estruturas foram criadas para assegurar os recursos da União para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. A microrregião terá natureza jurídica de autarquia governamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em todos os municípios integrantes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. A administração acompanha a implantação do novo marco legal do saneamento e trabalha para diminuir as possíveis perdas na posição patrimonial e financeira da Companhia.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o CPC 24 – Evento Subsequente que trata de eventos que ocorrem e após a data do balanço e antes da autorização da divulgação das demonstrações contábeis, são apresentados os principais eventos subsequentes ocorridos na Companhia. A Lei nº 14.753 de 12 de dezembro de 2023, possibilitou à Companhia a possibilidade de usufruir do benefício fiscal de reinvestimento da Sudene. O reinvestimento de uma parte do IRPJ é um incentivo fiscal adicional, que beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene com o reinvestimento de 30% do imposto devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento, ou para investimento em capital de giro, acrescidos de 50% de recursos próprios, calculados sobre o lucro da exploração, conforme dispõe o art. 19 da Lei 8.167/1991 e art. 2º da Lei 9.532/1997.

Natal, 19 de março de 2024

Roberto Sérgio Ribeiro Linhares
Diretor Presidente

George Marcos de Aquino Freitas
Diretor de Planejamento e Finanças

Thiago de Souza Índio do Brasil
Diretor de Operação e Manutenção

Cristiano Pinheiro da Silva
Contador – CRC/RN - 008081/O-1
Gerente Contabilidade

Hirohito Akihito de Oliveira Araújo
Contador – CRC/RN - 010672/O-2
Coordenador da Unidade de Contab. Tributária

Juliana Maria Duarte Ubarana
Diretora Administrativa

Sérgio Eduardo Rodrigues da Silva
Diretor de Empreendimentos

José Guilherme de Andrade
Diretor Comercial e de Atendimento

Janaina de Andrade Rocha
Gerente de Ativos

Kelly Maria de Sousa Nascimento
Coordenadora da Unidade de Contabilidade Societária e Regulatória

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte - CAERN, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto na lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e no regimento interno deste Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração (relatório integrado de gestão) relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2023") e, considerando as informações prestadas, por unanimidade, aprova e recomenda o encaminhamento das demonstrações financeiras em pauta para o Conselho de Administração - CA da Companhia. Natal/RN, 21 de março de 2024.

Sérgio Ricardo Carvalho de Abreu
(Membro Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário)

Inácia Araújo Bardini
(Membro do comitê de auditoria estatutário)

Paloma de Saboya Coelho
(Membro do comitê de auditoria estatutário)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte — CAERN, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no dia 22/03/2024, composta do Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Demonstração de Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas que compreendem as políticas contábeis signifi-cativas as demonstrações, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Com fundamento nas Demonstrações Contábeis examinadas, no Relatório dos Auditores Independentes - Emerson Auditores e Consultores S/S, que emitiram a opinião sem ressalvas quanto à adequação das demonstrações relativas à posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, este Conselho, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte CAERN em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiros(IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standard Boards (IASB).

Por conseguinte, o Conselho Fiscal manifesta-se favorável ao Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e destaca a ênfase mencionada quanto ao Ativo Intangível - contrato microrregiões e aplicação da prestação de serviço direta aos municípios.

Ressalta-se que a análise ora apresentada se refere tão somente às Demonstrações Contábeis referente ao exercício anual de 2023. Natal, 22/03/2024

José Adécio Costa Filho
Conselheiro Presidente

Bruna Ferreira Bezerra
Conselheira Membro

Magno Vieira da Silva
Conselheiro Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou no dia 27 de março de 2024 o Relatório Integrado de Gestão 2023 que contempla o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Caern, exercício findo em 31/12/2023, que compõe-se Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Demonstração de Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas que compreendem as políticas contábeis significativas as demonstrações, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Caern.

Após análise e discussão, os Conselheiros aprovaram o Relatório da Administração que apresentou o desempenho da Caern em todas as suas áreas durante o exercício. No tocante as Demonstrações Contábeis exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração, considerando o Parecer dos Auditores Independentes sem ressalvas, Parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário, e todos os esclarecimentos prestados através da Gerência de Contabilidade da Caern, opinou favoravelmente à aprovação das demonstrações Contábeis e deliberou que todos os documentos apresentados, inclusive, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal, sejam encaminhados à Assembleia Geral Ordinária, órgão de deliberação superior para apreciação. Natal, 27/03/2024

Nádia Santos Carlos Belarmino Tavares
Conselheira Presidente

Hugo Alexandre Meneses Fonseca
Conselheiro Vice-Presidente

Roberto Sérgio Ribeiro Linhares
Conselheiro Membro

Kézia Cristina da Silva Cirne
Conselheira Membro

Márcio Bruno Dantas
Conselheiro Membro

Kathia Frassinetti Palhano de Oliveira
Conselheira Membro

Marcos Rodrigues Queiroz
Conselheiro Membro

Luiza Maria de Souza Melo Lima
Conselheira Membro

Maria Virgínia Ferreira Lopes
Conselheira Membro

Assinado digitalmente por:
ALEXSANDRO DE OLIVEIRA VIANA
CPF: 008.291.254-85
Certificado emitido por AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5
Em nome de PARAMETRO AGENCIA DE NOTICIAS, COMUNICACAO, MARKE
CNPJ: 12.152.402/0001-90
Data: 18/04/2024 09:05:37 -03:00

CCN Signer

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no CCN Signer, pelos seguintes signatários:

Alexsandro de Oliveira Viana (CPF 008.291.254-85)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://www.ccnsigner.com.br/validate

Documento assinado no CCN Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.ccnsigner.com.br/validate/32LK3-89BED-PPM84-2LGCQ.